

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA

**OPERAÇÕES RIBEIRINHAS: POSSÍVEIS ATUAÇÕES NO NÍVEL ESTRATÉGICO
PARA O PODER NAVAL**

Emprego estratégico do Poder Naval a fim de cumprir as atribuições subsidiárias na
Amazônia Ocidental à luz da Política Nacional de Defesa

Rio de Janeiro

2018

CMG (FN) ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA

**OPERAÇÕES RIBEIRINHAS: POSSÍVEIS ATUAÇÕES NO NÍVEL ESTRATÉGICO
PARA O PODER NAVAL**

Emprego estratégico do Poder Naval a fim de cumprir as atribuições subsidiárias na
Amazônia Ocidental à luz da Política Nacional de Defesa

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval
como requisito parcial para conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (FN-RM1) WAGNER DA
S.REIS

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

Agradeço a Deus por tudo e por mais esta realização. Dedico este trabalho a Cristiane, minha esposa, e aos meus queridos filhos, Pedro e Marcos, pela compreensão e força para nunca desistir...

AGRADECIMENTOS

Quando recebemos uma tarefa e precisamos entender a complexidade do que está envolvido, recorremos às pessoas que se dispõem a nos ajudar, a escutar nossos anseios e a eles dedico este trabalho.

Ao meu orientador, o CMG (FN-RM1) Wagner da Silva Reis pelas orientações, observações e apoio sempre que foi preciso.

Finalmente a Deus por ter iluminado o caminho a ser seguido.

RESUMO

A Amazônia sulamericana tem uma singularidade especial que a diferencia de outras regiões existentes no mundo por conta de suas características geográficas, pelas riquezas existentes, e ainda não exploradas em sua potencialidade, e por sua importância geopolítica, o que torna fundamental a presença do Poder Naval na região, pois os rios constituem as principais vias para o transporte de pessoal e material. Um dos interesses é controlar melhor o que ocorre no interior da Amazônia, uma área muito difícil para se habitar, o que proporciona facilidades para a prática de crimes. O contrabando, o descaminho e outras ameaças conturbam a vida dos ribeirinhos, provocando insegurança pela dificuldade que o Estado tem de se fazer presente. Geopoliticamente é uma fraqueza do Estado Brasileiro não ter capilaridade para estar onde e quando é necessário. No momento, a Amazônia Ocidental cresce de importância como parte da imensa Amazônia, em virtude do aparecimento e crescimento de novas ameaças nos últimos trinta anos, principalmente o narcotráfico. Esta pesquisa analisará se o emprego estratégico do Poder Naval, seu atual dimensionamento e posicionamento estratégico, em face do cenário atual, e ainda, do planejado para articulação e equipamentos, está contribuindo para o cumprimento das atribuições subsidiárias na região, principalmente no combate contra o narcotráfico. Em um cenário prospectivo, a partir das capacidades atuais do Poder Naval, serão detalhados tópicos existentes no LBDN que apontam para projetos e subprojetos que podem ser alterados ou incluídos proporcionando a ampliação da capacidade de sua atuação na sua defesa.

Palavras-chave: Amazônia Ocidental. Novas Ameaças. Posição Estratégica. Ações do Poder Naval.

ABSTRACT

South American Amazon has a special singularity that differentiates it from others regions in the world not only because of its geographic characteristics, with its still not explored weathy in its potentiality, but also because of its geopolitical importance. It makes essential the Naval Power presence in the region, since the rivers are the main personnel and material transportation routes. One of the interests is to better control what happens inside the Amazon, a very difficult area to live in, which provides a better environment to the criminality development. Smuggling, mischief, and other threats disrupt the lives of riverine people, causing insecurity because of the state difficulty to make itself present. Geopolitically it is a Brazilian State weakness having no capillarity to be where and when it is necessary. At the moment, the importance of the Western Amazon is increasing, due to the appearance and growth of new threats in the last thirty years, mainly illegal drug trade. This research intends to analyze if the strategic use of Naval Power, its current dimension and strategic positioning, in the face of the current scenario, and also the planned for articulation and equipment, is contributing to the fulfillment of the subsidiary assignments in the region, especially in the fight against the drug trafficking. In a prospective scenario, from the current capabilities of the Naval Power, this work aims to detail topics existing in the LBDN that point to projects and subprojects that can be altered or included providing the capacity amplification of its action in its defense.

Keywords: Western Amazon. New Threats. Strategic Position. Actions of the Naval Power.

LISTA DE ABREVIATURAS

1ºBtlOpRib —	1º Batalhão de Operações Ribeirinhas
2ºBtlOpRib —	2º Batalhão de Operações Ribeirinhas
16ªBInfSI —	16ª Brigada de Infantaria de Selva do EB
2ª FFE —	2ª Força de Fuzileiros da Esquadra
3ºBPM —	3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Amazonas
8ºBIS —	8º Batalhão de Infantaria de Selva
ACISO —	Ação Cívico Social
AOC —	Amazônia Ocidental
BID —	Base Industrial de Defesa
BtlOpRib —	Batalhão de Operações Ribeirinhas
CEIMMA —	Centro de Intendência da Marinha em Manaus
CENSIPAM —	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPE —	Conselho de Estudos Político- Estratégicos
CFAOC —	Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental
CFN —	Corpo de Fuzileiros Navais
CFT —	Capitania Fluvial de Tabatinga
CiaFuzNav —	Companhia de Fuzileiros Navais
CMG —	Capitão-de-Mar-e-Guerra
Com9ºDN —	Comando do 9º Distrito Naval
ComFlotAM —	Comando da Flotilha do Amazonas
ComForTaRib —	Comandante da Força Tarefa Ribeirinha
CmdoTrDbqRib —	Comando da Tropa de Desembarque Ribeirinho
CNO —	Chefe de Operações Navais
ComOpNav —	Comando de Operações Navais
C-PEM —	Curso de Política e Estratégia Marítimas
CV —	Comando Vermelho
DTCEA —	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo
DMN —	Doutrina Militar Naval
ET —	Esquadra de Tiro
DRE —	Delegacia de Repressão a Entorpecentes

EB —	Exército Brasileiro
EGN —	Escola de Guerra Naval
EM - 15 —	Empreendimento modular número quinze
END —	Estratégia Nacional de Defesa
ENRN —	Estação Naval do Rio Negro
ETT —	Embarcações de Transporte de Tropa
EUA —	Estados Unidos da América
EsqdHU-3 —	Terceiro Esquadrão de Emprego Geral
FAB —	Força Aérea Brasileira
FER —	Força de Emprego Rápida
FA —	Forças Armadas
FARC —	Forças Armadas revolucionária da Colômbia
FDN —	Família do Norte
FN —	Fuzileiros Navais
GC —	Grupos de Combate
GLO —	Garantia da Lei e da Ordem
GptFNMa —	Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus
GptOpFuzNav —	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
InspNav —	Inspeção Naval
LBDN —	Livro Branco de Defesa Nacional
LC —	Lei Complementar
MB —	Marinha do Brasil
MD —	Ministério da Defesa
OpAnf —	Operações Anfíbias
OpENC —	Evacuação de Não Combatentes
OpRib —	Operações Ribeirinhas
PatNav —	Patrulha Naval
PDN —	Política de Defesa Nacional
PAED —	Programa de Articulação e de Equipamentos da Defesa
PNMa —	Policlínica Naval da Marinha em Manaus
PCC —	Primeiro Comando da Capital
PNM —	Programa Nuclear da Marinha

PelFuzNav —	Pelotão de Fuzileiros Navais
PND —	Política Nacional de Defesa
PNMa —	Policlínica Naval de Manaus
PPA —	Planos Plurianuais da União
ProjAnf —	Projeção Anfíbia
ProjRib —	Projeção Ribeirinha
PR —	Presidente da República
RADAM —	Radar da Amazônia
SegOrg —	Segurança Orgânica
SIPAM —	Sistema de proteção da Amazônia
SisGAAz —	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SSN-9 —	Serviço de Sinalização Náutica
SSTA —	Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário
SSP-AM —	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas
UAnf —	Unidade Anfíbia
URSS —	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNICAMP —	Universidade Estadual de Campinas
VANT-CFN —	Veículos Aéreos Não-Tripulados para o CFN

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1— Principais cidades no Rio Solimões	20
FIGURA 2 — Principais rios e cidade de Tefé	20
FIGURA 3 — Paraná do Copeá.....	21
FIGURA 4 — Terminal Aquaviário de Coari	21
FIGURA 5 — Mapa de rota do tráfico de cocaína.....	28
FIGURA 6 — Dias de navegação a partir de Manaus	45
FIGURA 7 — Modelo de Grove para o Poder Naval brasileiro	51
FIGURA 8 — rotas principais do narcotráfico	57
FIGURA 9 — posição estratégica e arco de segurança	57
FIGURA 10 — Lancha Multipropósito ARUANÃ	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A AMAZÔNIA OCIDENTAL.....	16
2.1	História.....	16
2.2	Geografia e posição geográfica estratégica.....	18
2.3	Considerações parciais.....	22
3	AS NOVAS AMEAÇAS NA AOC E O NARCOTRÁFICO.....	23
3.1	As ameaças clássicas.....	23
3.2	As Novas Ameaças.....	25
3.3	O Narcotráfico e sua presença na AOC.....	27
3.4	Considerações parciais.....	31
4	A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA DE DEFESA PARA A AOC.....	33
4.1	Política Nacional de Defesa (PND)	33
4.2	Estratégia Nacional de defesa (END)	35
4.3	Considerações parciais.....	40
5	O PODER NAVAL E SUA ATUAÇÃO NA AOC.....	41
5.1	O Poder Naval na AOC.....	41
5.2	As Ações do Poder Naval na AOC.....	44
5.3	Operações Ribeirinhas x Novas Ameaças.....	47
5.4	Projeção Ribeirinha.....	50
5.5	Considerações parciais.....	51
6	CAPACIDADES DESEJADAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	53
6.1	Capacidades.....	53
6.2	Subprojetos de Articulação para a MB.....	55
6.2.1	Criação de um BtlOpRib em Tabatinga.....	55
6.2.2	Criação de uma Estação Naval de Tabatinga.....	58
6.2.3	Criação de um Comando da Tropa de Desembarque Ribeirinho em Manaus...	58
6.2.4	Ampliação e Elevação da Agência Fluvial de Tefé à categoria de Capitania....	59
6.3	Subprojetos propostos para inserção no Plano de Articulação para a MB.....	60
6.3.1	Criação da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas.....	60

6.3.2	Criação da 1ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas.....	63
6.3.3	Criação de uma Companhia de Apoio ao Desembarque Ribeirinho.....	63
6.3.4	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR)	65
6.4	Subprojetos de Equipamentos para a MB.....	65
6.4.1	Lanchas de Combate e Subprojeto de Embarcações para o SSTA.....	65
6.5	Considerações parciais.....	67
7	CONCLUSÃO.....	69
	REFERÊNCIAS.....	75
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O CMG SILVA FILHO.....	78
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O CF(FN) MARCELO MENDES.	83
	APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O CF ANDRESSON.....	94
	ANEXO A – RELAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DO 1ºBTLOPRIB.....	100

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia sul-americana tem uma singularidade especial que a diferencia de outras regiões no mundo. Ela é parte dos territórios de vários países, todavia continua sendo um vazio demográfico e tem boa parte de seu interior ainda desconhecido.

A Amazônia Ocidental (AOC), parcela da Amazônia sul-americana, é importante para o Brasil por conta de suas características geográficas, pelas riquezas existentes, e ainda não exploradas em sua potencialidade e pelos inúmeros rios existentes. Essas peculiaridades tornam a presença do Poder Naval na região fundamental, pois os rios constituem as principais vias para as comunicações e para o transporte de pessoal e material.

Ainda na década de 1960, Soares dizia que a AOC representaria um desafio permanente à imaginação criadora do povo brasileiro, pois exigiria um esforço gigantesco para promover suas riquezas por meio da extensa rede de rios principais e secundários (SOARES, 1967).

Becker avaliou que na região se processam importantes ocorrências que afetam as mudanças ambientais globais as quais não podem ser desvinculadas de interesses que não são unívocos e sim conflituosos entre si (BECKER, 2004).

Um dos interesses é controlar melhor o que ocorre no interior da AOC, uma área difícil para se habitar, e que proporciona facilidades para a prática de crimes, tais como o narcotráfico. Este crime, inserido no contexto de novas ameaças, conturba a vida dos ribeirinhos, provocando insegurança pela dificuldade que o Estado tem de protegê-los, e indicando uma fraqueza, pois esse mesmo Estado não tem capilaridade para estar onde e quando é necessário.

Dessa forma, o autor¹ acredita que é fundamental manter o estudo sobre a AOC em função de variáveis que se apresentam em determinado momento de sua história. Algumas variáveis tornam reais cenários que antes eram inimagináveis. No momento, a região ganha

¹ O autor serviu na AOC durante onze anos, entre 1998 e 2017. Exerceu funções nos setores de operações, inteligência, logística e de pessoal, além de ter sido comandante de pelotão e de companhia na Unidade. Foi o Imediato nos anos de 2013 e 2014, e seu Comandante em 2017. Profissionalmente, teve a oportunidade de realizar o Curso Especial de Operações na Selva no Exército Brasileiro (EB) e navegar em toda a calha do Rio Solimões e Amazonas, de Tabatinga à sua foz, no Pará. Visitou a cidade de Iquitos no Peru em quatro ocasiões (1999, 2004, 2012 e 2017), navegando a partir de Tabatinga. Conheceu as principais cidades ribeirinhas da AOC. Presenciou o crescimento de unidades do Poder Naval na região, as alterações que ocorreram ao longo de vinte anos e, principalmente, as dificuldades encontradas quando houve necessidade de realizar algum tipo de mobilização logística de pessoal e material para alguma área ou localidade próxima a fronteira oeste em virtude das distâncias envolvidas e das peculiaridades inerentes ao ambiente amazônico.

importância em virtude do crescimento de ilícitos transnacionais, que muito influencia o aumento de incidentes envolvendo tanto as Forças Armadas (FA), no cumprimento de sua tarefa de defesa e segurança da AOC, quanto os órgãos de segurança pública (OSP) do Estado do Amazonas.

Nesse contexto, este estudo terá como foco a área que abrange a AOC, pois o cenário atual mostra um ambiente ribeirinho antagônico onde esses crimes, particularmente o narcotráfico, provocam uma percepção negativa da população residente na região, esta que mais sofre.

O objetivo principal é analisar se as ações estratégicas do Poder Naval, em face do cenário atual, estão contribuindo na execução das atribuições subsidiárias na AOC, principalmente no combate ao narcotráfico, à luz do previsto na Política Nacional de Defesa (PND) e nos documentos decorrentes.

Será realizada uma abordagem quanto ao cenário atual, o dimensionamento do Poder Naval na AOC e sua atuação, a posição estratégica que os meios de combate do Poder Naval ocupam no momento, o planejado para articulação e equipamentos de defesa e alguns conceitos inerentes às Operações Ribeirinhas.

Condicionam esta abordagem a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Doutrina Militar Naval (DMN) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Para a consecução deste estudo, ele foi dividido em sete capítulos.

Na primeira seção será delineada a importância histórica e geográfica da AOC, e como esses assuntos, quando interligados, influenciam na geopolítica da América do Sul e na compreensão do conceito de posição geográfica estratégica. Identificar corretamente essa posição contribui diretamente para que se tenha um melhor controle sobre toda uma região e a navegação nela realizada. Esses assentamentos serão importantes para contextualizar a construção do estudo.

Posteriormente será abordado o que eram as ameaças clássicas e o que são as novas ameaças que surgiram e se ampliaram na AOC nos últimos trinta anos, enfatizando-se o crescimento de crimes transnacionais, focando no narcotráfico. As descrições realizadas nesta seção, em consonância com o anterior, mostrarão a grave situação ora existente na AOC e o quanto é desafiador para o Poder Naval combater essa nova ameaça.

Em seguida, serão apresentados tópicos da PND e da END, importantes documentos de alto nível para a compreensão de objetivos estratégicos da MB na AOC.

Tendo um melhor entendimento sobre o conceito de posição geográfica estratégica, será mostrado o atual dimensionamento do Poder Naval, sua posição atual, e suas

ações estratégicas na AOC, tendo como referência alguns conceitos utilizados em Operações Ribeirinhas (OpRib). Neste ponto do estudo, serão mostrados os possíveis conflitos ao se empregar, em tempos de paz, os conceitos de uma Operação de Guerra Naval, e quais as conseqüências advindas dessa ação.

Em um cenário prospectivo, em consonância com o mostrado até este ponto, e a partir das capacidades atuais da MB na AOC, serão detalhados tópicos existentes no LBDN que, na visão deste autor, apontam para subprojetos que poderiam ser alterados e outros que poderiam ser incluídos, possibilitando a ampliação da capacidade de atuação do Poder Naval na defesa da AOC.

Na conclusão serão mostradas algumas reflexões sobre as possibilidades de emprego do Poder Naval ao cumprir sua missão na AOC, principalmente na execução das atribuições subsidiárias na AOC contra crimes transnacionais, focando no combate ao narcotráfico.

2 A AMAZÔNIA OCIDENTAL

Construir uma linha de entendimento conectando fatos históricos e a geografia da AOC² facilitará a compreensão sobre sua importância no contexto da geopolítica do continente. Para a MB manter-se ativa na região, atuando em uma área tão extensa, requer um planejamento preciso e o emprego de seus meios de combate de forma eficiente e eficaz.

Neste capítulo, serão descritos alguns aspectos da História e da Geografia da região a fim de possibilitar o entendimento sobre algumas peculiaridades da região. Será abordado o conceito de posição geográfica estratégica, que podem ser cidades, junção de rios ou construções não naturais, identificadas às existentes na AOC e aquelas que possam auxiliar no desenvolvimento de uma estratégia de defesa que possibilite um melhor controle de ações do Poder Naval³ no cumprimento de atribuições subsidiárias onde for necessária a presença do Estado brasileiro.

2.1 História

A importância da Amazônia remonta ao ano de 1500 quando Vicente Yañes Pizon descobriu a entrada do rio que dá nome a região. O rio Amazonas foi navegado pela primeira vez em 1541 por Francisco de Orellana, da nascente em Quito, Equador, até sua foz no Atlântico. Percebeu-se que o grande rio, e a região que o dominava, poderia proporcionar promissores ganhos a coroa portuguesa (MATTOS, 1980).

Em 1613, fruto de interesses da coroa inglesa, que já dominava parcela do Caribe, exploradores receberam autorização daquela coroa para explorar uma vasta área entre o que hoje conhecemos como o Estado do Amazonas e a região de Essequibo, atual Guiana Inglesa. Algo parecido a esse tipo de ação também foi autorizada pela coroa holandesa a exploradores

² Considera-se AOC a área que compreende os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e está sob Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN).

³ De acordo com o Glossário das Forças Armadas, Poder Naval é “parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Compreendem as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval” (BRASIL, 2015).

daquele reinado. Eles se estabeleceram no baixo Amazonas por meio de um forte e um porto. Os franceses fizeram tentativas por meio da construção de comunidades na região onde hoje está o estado do Amapá. Contra todas essas invasões os portugueses reagiram, expulsando os invasores ou fazendo acordos para manterem-se possuidores da região. Com a França assinaram o Tratado de Utrech em 1713, pacificando a situação (REIS, 1982).

Com a Espanha, reino que dominava boa parte da região a oeste do continente sul-americano, Portugal assinou o Tratado de Madri em 1750, oficializando o *Utis Possidetis* para manter-se possuidor definitivo de parte da região sob seu domínio. O tratado favoreceu imensamente a coroa portuguesa, pois permitiu que suas posses fossem aumentadas (MATTOS, 1990).

Os americanos, visando aumentar seu domínio na região do Caribe, solicitaram à coroa portuguesa, entre os anos de 1850 e 1860, autorização para explorar a região. Esta foi negada. Insatisfeitos, iniciaram, sem autorização, levantamentos estratégicos na foz do rio Amazonas, provocando o Brasil por meio de um processo de difamação internacional. O Imperador brasileiro, Pedro II, ao perceber tal situação, conseguiu um acordo com os Estados Unidos em 1854 pacificando os interesses comuns (REIS, 1982).

Observando a geopolítica⁴ na região pelos olhos do presente, há uma clara percepção de que a coroa portuguesa agiu corretamente ao preservar sob seu controle a área da Amazônia que havia descoberto, e mais ainda, quando conseguiu aumentá-la sua dimensão no final do século XVIII.

No entanto, não bastava manter e aumentar. Mattos, em seus escritos, cita o que Toynbee já afirmava em seu tempo, ou seja, “para uma nação controlar uma área sob sua posse faz-se necessário ocupá-la por meio de sua população a fim de que esta possa atuar na defesa contra agentes externos”. Dois países com grandes dimensões, e que adotaram tal conduta, foram os Estados Unidos e a Austrália. Ambos incentivaram a ocupação de seus territórios, fomentando movimentos migratórios internos. No Brasil, tal movimento não ocorreu. Ao contrário, foi um completo fracasso, pois não houve investimentos em meios de transportes que favoreceriam a migração para o interior e a consequente ocupação da AOC por brasileiros (TOYNBEE apud MATTOS, 1977).

A AOC ficou durante boa parte de sua história praticamente esquecida dos brasileiros. Segundo Becker, foi o caráter político-ideológico da atuação inicial da coroa portuguesa, e depois do povo brasileiro, que conseguiram controlar o território mesmo sem ter

⁴ Esta palavra ainda era desconhecida pela coroa portuguesa, pois seu estudo inicial foi atribuído ao jurista sueco Rudolf Kjellén em 1905 (KJELLÉN *in* VESENTINI, 2003)

uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a região (BECKER, 2004).

A História registra que a conquista e manutenção da configuração da Amazônia é rica em atos heróicos e visionários. Foi por meio de combates sangrentos e debates em fóruns internacionais que seu contorno inicial foi mantido e posteriormente, aumentado. No entanto, a população não acreditou, em épocas passadas, que migrar para uma região tão inóspita, e se estabelecer, poderia contribuir para a manutenção do território.

Nos dias atuais, há que ser desenvolvida e consolidada a crença de que a AOC é fundamental para o Brasil. Um correto planejamento de ocupação, sem dúvida, criaria condições para que a população pudesse acreditar que teria menos dificuldade ao realizar movimentos migratórios internos visando instalar-se na região e contribuiria para o seu desenvolvimento e a consolidação da geografia hoje existente.

2.2 Geografia e posição geográfica central

A Amazônia sul-americana tem dimensões continentais. No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), em seu capítulo um, “O Estado Brasileiro e a Defesa Nacional”, destaca-se que

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse da defesa. A Pan-Amazônia, equivalente à totalidade da Amazônia na América do Sul, tem, em números aproximados, 40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce. A maior parcela de extensão amazônica pertence ao Brasil — cerca de 70%. O Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que possui mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais (BRASIL, 2012).

Ela está posicionada em uma área que corresponde a cerca de 2/5 da América do Sul. Inserida nesta grande região, encontra-se a AOC, parcela menor, que a geógrafa Becker diz em seus estudos que é marcada pela vulnerabilidade de suas fronteiras, principalmente com a Bolívia, a Colômbia e o Peru, um arco de grande dimensão geográfica e de difícil controle. A geógrafa afirma ainda que uma vigilância e expansão orientada devem ser as

palavras-chaves para a ação político estratégica nessa região, onde é crucial a contribuição do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)⁵ (BECKER, 2004).

Objeto deste estudo, a AOC engloba quatro Estados, Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Limita-se com sete países da América do Sul e está centralizada em relação ao continente, posição estratégica que favorece o Brasil em muitos aspectos.

Esta peculiaridade tem relação direta com o estudo do Almirante Mahan, historiador americano considerado um dos maiores teóricos em estratégia. Mahan, citado por Alves de Almeida, mostra a importância de se dominar uma posição geográfica estratégica. A consequência básica, afirma Mahan, é o domínio de todo o conjunto ao seu redor. Ao observar a AOC no contexto do continente sul-americano, sua conformação física e extensão, Alves de Almeida mostra que seu domínio favorece o Brasil em termos de controle na região, possibilitando uma melhor possibilidade de explorá-la (MAHAN apud ALVES DE ALMEIDA, 2009).

Alves de Almeida, ao citar Jomini, general do exército francês de Napoleão e principal teórico militar da primeira metade do século XIX, destaca que o grande general definia em seus escritos que dominar uma posição geográfica estratégica pode não apenas beneficiar a concentração de forças navais, mas provocaria uma grande vantagem estratégica em relação a elementos adversos (JOMINI apud ALVES DE ALMEIDA, 2009).

Violante, citando Mahan, afirma que uma extensão do território deveria ser equiparada ao tamanho da população, caso contrário, tendo uma população pequena, mesmo que preparada para defendê-la, minaria a capacidade de seu poder naval (MAHAN apud VIOLANTE, 2009).

Além de ter uma posição privilegiada na América do Sul, na AOC existe o mais extenso segmento fronteiro do Brasil, representando cerca de 70% do total do território brasileiro. Tem em seu interior mais de 22.000Km de rios que se intercomunicam desde os pontos mais distantes existentes nas fronteiras até as capitais, possibilitando uma navegação por ampla área que não é atingida por outros meios de locomoção (BECKER, 2004).

Essa conjugação existente entre enorme espaço geográfico, posição estratégica privilegiada no continente, combinando com um imenso modal fluvial, atribui a AOC um valor estratégico importante no cenário amazônico e da América do Sul. Cabe ressaltar que esse modal fluvial não se restringe à Amazônia brasileira, pois os ecossistemas existentes não

⁵ <http://www.sipam.gov.br/>

obedecem aos limites políticos dos países, e muitas nascentes dos rios amazônicos localizam-se fora do território nacional (Ibidem, 2004).

No contexto de se identificar e definir uma posição geográfica estratégica no interior da AOC, e observando a geografia da região, nota-se que algumas cidades ribeirinhas ganham importância por estarem bem posicionadas ao longo do rio Solimões. Na figura 1 podemos observar que Tabatinga, Santo Antônio do Içá, Tefé e Coari são cidades que se encontram muito próximo a foz de alguns rios que penetram no território brasileiro pela fronteira oeste e deságuam no rio Solimões.

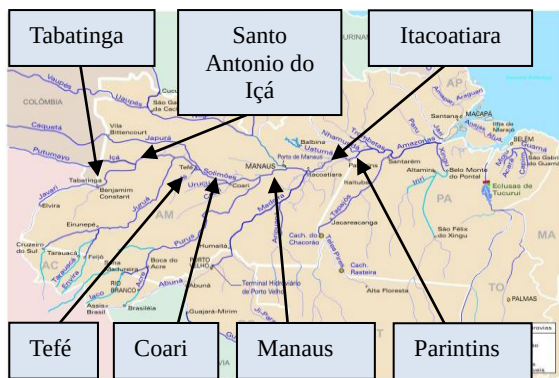


FIGURA 1- Principais cidades no rio Solimões
Fonte: Exército Brasileiro

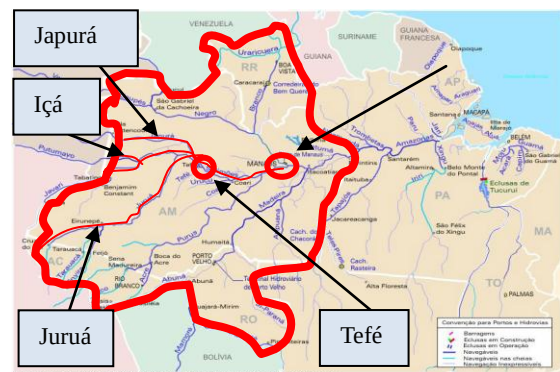


FIGURA 2 – Principais rios e cidade de Tefé
Fonte: Exército Brasileiro

Com um olhar mais atento percebe-se na figura 2, que, dentre todas, a cidade de Tefé está em uma posição central no rio Solimões, e localizada logo abaixo da foz dos três principais rios - rios Japurá, Içá e Juruá.

O CMG Silva Filho comandou a Flotilha do Amazonas nos anos de 2016 e 2017 e afirma que é favorável ao estabelecimento de uma posição estratégica, a meio caminho, entre Manaus e Tabatinga, a qual favoreceria o desenvolvimento de ações do Poder Naval nos rios da região, principalmente no rio Solimões, e que as “cidades de Coari e Tefé seriam os melhores locais por estarem próximas a foz dos rios Içá e Japurá, dois rios com acesso à fronteira com a Colômbia” (Apêndice 1).

O CF(FN) Marcelo Mendes, assessor de inteligência do Com9ºDN por dois anos e atual Comandante do 1ºBtlOpRib, ao ser entrevistado, afirmou que o estabelecimento de uma posição geográfica estratégica (...) entre Manaus e Tabatinga favoreceria o desenvolvimento de ações do Poder Naval. “A distância entre Tabatinga e Manaus é cerca de 890 milhas náuticas e o desdobramento de um ou mais pontos entre as cidades para servir de base de apoio logístico e de combate contribuiria em muito nas ações” e sugere Tefé, pois seria “um

ponto de importância operativa com boas características. Ela encontra-se nas proximidades da confluência dos rios Japurá, Içá e Juruá. Com a mobilidade adequada, o Batalhão poderia ser rapidamente desdobrado para foz dos rios fronteiriços da AOC” (Apêndice 2).

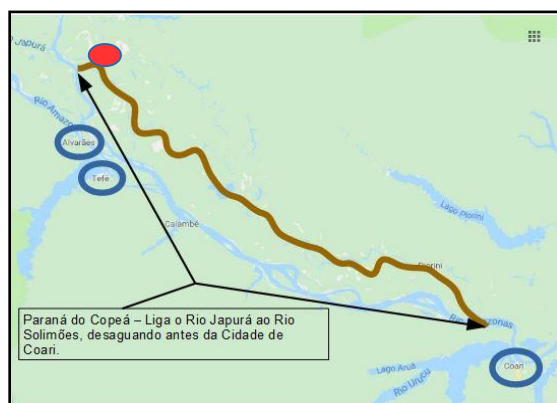


FIGURA 3 – Paraná do Copeá
Fonte: Exército Brasileiro

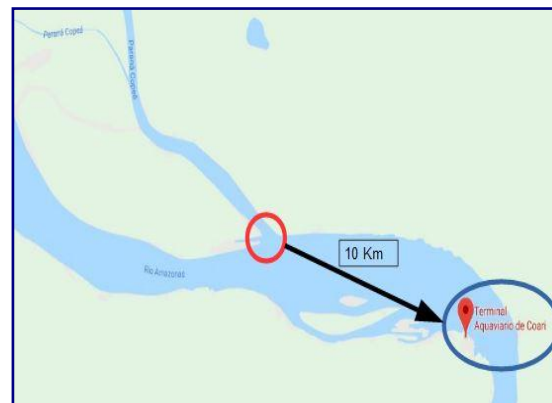


FIGURA 4 – Terminal Aquaviário de Coari
Fonte: Exército Brasileiro

Cabe registrar que a posição de Tefe não exerce o controle direto sobre a entrada do paraná do Copeá, conforme é mostrado na figura 3. Este tem início no rio Japurá, um pouco antes deste rio desaguar no rio Solimões. O paraná corta a floresta ao norte do rio Solimões e retorna para este um pouco acima da cidade de Coari. Estrategicamente, qualquer elemento ou grupo mal intencionado poderia fazer uso desse paraná visando, a partir da fronteira com a Colômbia e descendo pelo rio Japurá, alcançar o rio Solimões. Ressalta-se, no entanto, que o Terminal Aquaviário da Petrobrás em Coari, fica muito próximo a foz do paraná do Copeá, a cerca de 10km, como é mostrado na figura 4. Esse terminal é estratégico para as regiões norte e nordeste do País e faz-se necessário protegê-lo mantendo distante qualquer possibilidade de ação adversa.

O planejamento atual para o posicionamento de novas organizações militares na AOC está vocacionado para a cidade de Tabatinga. Observando-se novamente a figura 2, nota-se que qualquer Organização Militar (OM) estando nesta cidade não impede ou controla qualquer movimento iniciado nas fronteiras do Brasil com Colômbia, Peru e Bolívia, a partir dos rios Japurá, Içá e Juruá, respectivamente. É sobre essa geografia da AOC que parte deste estudo irá se debruçar para apresentar possibilidades de se efetuar um melhor controle da região dentro do contexto geopolítico do espaço terrestre.

2.3 Considerações parciais

Nos dias atuais, a importância histórica, somada a sua dimensão geográfica, dá a AOC um valor geopolítico imensurável para o Brasil na América do Sul.

Manter, controlar e garantir a segurança da população que nela vive, realizar a defesa contra agentes externos e cumprir atribuições subsidiárias, onde for necessária a presença do Estado brasileiro, requer uma visão apurada para que seja definida uma posição geográfica estratégica que possibilite o posicionamento tanto das FA quanto das forças de segurança pública, a fim de que elas possam ter mobilidade, versatilidade, flexibilidade e capacidade de permanecer o tempo necessário a fim de cumprir suas atividades com excelência.

O emprego de FA na AOC demanda um correto planejamento para que se façam investimentos em uma posição geográfica estratégica que centralize melhor as ações, que promova o desenvolvimento de um poder de defesa e segurança e que continue fortalecendo o domínio geopolítico do Brasil sobre a região.

A melhor posição é a cidade de Tefé, de onde o Poder Naval poderá agir em situações diversas, controlando ou impedindo, se necessário, que embarcações de qualquer tipo ou tamanho, navegando no rio Solimões, a partir de três rios penetrantes no Brasil, tentem chegar com facilidade a Manaus, capital do Estado do Amazonas, e outras cidades lindeiras.

A partir de Tefé, mesmo esta cidade não tendo controle direto sobre a junção do paraná do Cope com o rio Japurá, por sua característica geográfica e proximidade, há condioes de enviar meios navais para controlar essa junção, a fim de impedir que elementos ou grupos adversos possam chegar ao rio Solimões por esta importante via, alcançando o Terminal Aquaviário da Petrobrás em Coari, local estratégico para as regiões norte e nordeste.

3 AS NOVAS AMEAÇAS NA AOC E O NARCOTRÁFICO

Após o fim da guerra fria, a geopolítica mundial passou por transformações antes não imaginadas. Acreditava-se que a paz mundial seria finalmente alcançada, no entanto, isso não ocorreu. As ameaças clássicas, ou seja, uma guerra declarada entre Estados não mais ocorreria, e apareciam novas ameaças, tais como o narcotráfico, foco deste estudo.

Nesse contexto, serão descritas a seguir o que eram as ameaças clássicas e, numa linha do tempo, como o narcotráfico cresceu na AOC, favorecido pelo contexto histórico já apresentado, e pela geografia da região, entendendo-se ainda que o Poder Naval é parcela importante no processo de combate a esse crime transnacional de acordo com o que está previsto na sua missão no que tange a contribuir com as atribuições subsidiárias⁶.

3.1 As ameaças clássicas

Saint-Pierre destaca que do ponto de vista etimológico:

Ameaça deriva da palavra latina *minacia* e pode significar: 1) palavra ou gesto intimidativo; 2) Promessa de castigo ou malefício; 3) Prenúncio ou indício de coisa desagradável ou temível, de desgraça, de doença. Em todos os casos é algo que indica, que mostra, que anuncia ou denuncia um dano, uma desgraça. Não é a própria desgraça ou dano, mas seu anúncio, seu indicativo, seu sinal. Portanto, a ameaça é essencialmente diferente do que ela manifesta: não é ela que provoca o temor, mas quem o anuncia (SAINT-PIERRE, 2014).

Para as FA o termo ameaça foi definido no seu glossário como “qualquer conjunção de atores, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais”, e ainda “explorar suas deficiências e vulnerabilidades, possibilitando a ocorrência de danos ou comprometendo a sociedade

⁶ De acordo com o Glossário das Forças Armadas podem ser **Atribuições Subsidiárias Gerais**, ou seja, o emprego das Forças Armadas, de natureza não-militar, estabelecido em instrumentos legais que dizem respeito à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. Integram estas atribuições: a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; o atendimento às solicitações de diversas naturezas de órgãos governamentais; e a participação em planos e programas públicos, e **Atribuições Subsidiárias Particulares**, ou seja, constituem uma contribuição das Forças Armadas, de natureza não-militar, vinculadas com suas atividades finalísticas, levadas a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas no País, fora do âmbito militar, e pela natureza estratégica das atribuições em apreço. Algumas destas atribuições são realizadas em atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo País (BRASIL, 2015).

nacional e seu patrimônio”. Ameaças ao País e a seus interesses nacionais também podem ocorrer na forma de eventos não intencionais (BRASIL, 2015).

É de conhecimento histórico que, para formar a atual configuração de suas fronteiras, muitos países, sentindo-se ameaçados, participaram de vários tipos de conflitos em diferentes momentos. Nesses conflitos, de forma clássica, posicionavam-se Estados contra Estados, ou seja, adversários e campos de batalhas bem conhecidos. Essas eram as conhecidas ameaças clássicas.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, quando mais de 50 milhões de pessoas pereceram, é de conhecimento histórico que os EUA e a URSS afastaram-se politicamente, economicamente e socialmente. Seus sistemas políticos eram conflitantes. Ao desenvolverem a capacidade de empregar bombas nucleares no final da década de quarenta⁷, chegaram a um impasse, ou seja, ambos perceberam que não poderiam atacar um ao outro diretamente, pois se autodestruiriam e aniquilariam a humanidade.

Então, como objetivos políticos e econômicos, durante o período entre 1945 e 1991, ambos passaram a influenciar outros países de forma a criar um círculo de poder visando minar ou se opor a infraestrutura do grupo oponente. Naquele período, conhecido como Guerra Fria⁸, os EUA e a URSS, com o objetivo de protegerem-se de ações externas contra seus sistemas de governo, passaram a disputar o poder de influência no mundo.

Houve uma guerra não declarada entre as duas potências nucleares, que fomentaram vários conflitos regionais patrocinados por ambos, todos com o propósito de enfraquecer o oponente clássico. Dentre esses conflitos, destacam-se as Guerras do Vietnã⁹ e do Afeganistão¹⁰.

Na primeira, a História mostrou que o apoio da URSS ao Vietnã do Norte teria sido fundamental para a derrota americana e sua humilhação perante o mundo, pois os EUA jamais haviam sido derrotados em guerras anteriores. Na segunda, entendendo-se como uma espécie de revanche, os EUA apoiaram maciçamente o Afeganistão em suas ações quando este foi invadido pela URSS em 1979. O apoio militar americano teria sido fundamental para

⁷ Os EUA explodiram duas bombas sobre o Japão em 1945 e a URSS alcançou sua bomba em 1949.

⁸ Guerra Fria é o nome utilizado para falar do cenário político internacional no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os EUA, capitalista, e a URSS, socialista, polarizaram as relações internacionais. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia/guerra-fria/>>. Acesso em 02Jul 2018.

⁹ A Guerra do Vietnã foi um conflito entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, no período de 1959 a 1975. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/guerra-vietna.htm>> Acesso em: 04 jul. 2018.

¹⁰ A Guerra do Afeganistão foi um conflito entre Afeganistão e a antiga URSS, no período de 1979 a 1989. Disponível em: <<https://www.colegioweb.com.br/guerras/guerra-do-afeganistao.html>> Acesso em: 04 jul. 2018.

a derrota soviética em 1989 e sua humilhação, contribuindo para provocar em 1991 seu desmembramento.

Até 1991, observa-se que as ameaças eram chamadas clássicas, por conta do domínio bipolar entre as duas potências e suas influências sobre países que conflitavam com países antagônicos, ou seja, havia um inimigo declarado. No Brasil, suas FA se prepararam ao longo dos anos alinhando-se militarmente aos EUA. O preparo, incluindo os cursos e treinamentos, era todo voltado para este tipo de conflito.

A partir de 1991, deixa de existir a bipolaridade, novos países surgem, e fatores sociais, econômicos e religiosos passam a ter muita influência nas decisões políticas. Além desses fatores, ganham força com bastante vigor, outros tipos de ameaças que, por terem um perfil diferente, a elas deu-se o nome de novas ameaças.

3.2 As Novas Ameaças

A partir do esfacelamento político da URSS em 1991, outros problemas ganham importância com o passar dos anos, destacando-se o aumento de ilícitos transnacionais. Esses ilícitos foram nomeados nos meios político, econômico e acadêmico como novas ameaças justamente por terem crescido de importância nos últimos trinta anos quando entraram verdadeiramente na agenda de segurança internacional.

Oliveira, citando Saint-Pierre em sua obra “Reconceituando Novas Ameaças”, descreveu que o termo “novas ameaças” é “algo subjetivo que indica um dano”. Uma ameaça reside na “percepção do ameaçado”, fazendo com que este se prepare adequadamente para enfrentar uma possibilidade que ainda não se concretizou, mas que já emitiu sinais suficientes para que, em algum momento, se nada for feito para detê-la, se concretize. Uma dessas novas ameaças que mais é percebida e cresce na AOC é o narcotráfico (SAINT-PIERRE apud OLIVEIRA, 2011).

Tendo essa percepção, Fortuna menciona em seu estudo, “Amazônia: Visão Político-Estratégica”, alguns aspectos da concepção política e do conceito estratégico de segurança dos EUA emanados em 1995 pela Casa Branca e pela Chefia do Estado-Maior Conjunto. Cita que “o combate às drogas é uma preocupação da estratégia nacional dos EUA” e pontua que se “não bastassem essas preocupações, existem desdobramentos nas áreas de reservas indígenas”, reforçando que questões tais como a instalação dessas reservas próximo

as fronteiras, sem um profundo conhecimento do seu subsolo, podem gerar “vulnerabilidades, facilitando o tráfico de drogas” (FORTUNA, 2000).

A nível mundial, em 2005 o Almirante Vern Clark, Comandante de Operações Navais da Marinha dos EUA, citado pelo Contra-Almirante Ruy Silva em seu estudo “As novas ameaças e a Marinha do Brasil”, afirma que “terroristas poderiam utilizar os mares para traficar armas, drogas e pessoas” (VERN CLARK apud SILVA, 2008).

No mesmo artigo, o Almirante Ruy Silva, citando palavras do Almirante Collins, Comandante da Guarda-Costeira dos EUA, afirmou que

O pensamento clássico de Mahan quanto à predominância do conflito interestatal como razão de ser dos poderes navais necessita ser mais flexível, pois “a mais perigosa ameaça para todas as nossas nações não são os assuntos inteiramente tradicionais dos Estados com exércitos e marinhas organizadas para enfrentar a guerra entre nações”. As ameaças transnacionais que afetam a segurança dos mares seriam, portanto, na sua visão, as maiores preocupações para o Poder Naval, nos dias em que vivemos (COLLINS apud SILVA, 2008).

Collins citou os mares como ambiente afetado. Esse posicionamento americano reflete o período pós 11 de setembro de 2001 quando os EUA lideraram um processo de unir forças em âmbito mundial a fim de conter ameaças terroristas que afloravam principalmente a partir do oriente médio.

No Brasil, por meio do LBDN, está descrito que “novas formas de abordar temas tradicionais passaram a influenciar no ambiente internacional no século XXI”. Problemas tais como “tráfico mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, ilícitos transnacionais e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa”. Acredita-se que o fenômeno da globalização, após o surgimento da internet, trouxe consigo o “agravamento de ameaças de naturezas distintas, tais como o narcotráfico, que põem à prova a capacidade do Estado” (BRASIL, 2014).

Pawlyschyn, citando Andrés Fontana em suas pesquisas sobre “Novas Ameaças e o Impacto da Defesa e Desenvolvimento da Amazônia”, destaca que novas ameaças “não atentam necessariamente contra a integridade territorial dos Estados, porque não atuam contra este diretamente”. Elas tendem a “desprezar as instituições, mas objetivam tornar as fronteiras permeáveis, relativizando seu valor”. Em conjunto, “introduzem instabilidade nos contextos local, regional e internacional”. Elas tendem a “pôr em risco a integridade física e moral dos cidadãos, corroendo sistematicamente o sentido de comunidade tanto a nível nacional como internacional” (FONTANA apud PAWLYSCHYN, 2016).

Na América do Sul, alguns grupos, tais como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ainda são considerados pelos EUA nos dias atuais como terroristas¹¹, no entanto esses grupos, visando sobreviver, tenderam para a prática de crimes transnacionais, unindo-se a narcotraficantes. Os EUA se preocupam com ameaças nos mares, em outros teatros de operações, e, nos dias atuais, com a AOC, pois é notório o uso dos rios para a realização de ilícitos.

A preocupação americana com a expansão do tráfico de drogas serve como um alerta ao Brasil no âmbito interno, pois nesses rios narcotraficantes fazem uso de embarcações de médio e pequeno porte para transportar drogas ou atacar grupos adversos visando o domínio de uma determinada área.

3.3 O Narcotráfico e sua presença na AOC

Olhando a geografia do rio Solimões, e seus afluentes, tem-se uma noção exata da potencialidade que esse modal pode oferecer para navegações sem qualquer controle em seu interior. Além da quantidade de rios navegáveis, existe a possibilidade do uso desse modal para navegar desde o interior da Colômbia e do Peru, principais produtores mundiais de cocaína, até cidades no interior do Brasil, e destas para mercados externos tais como EUA e Europa.

A fronteira brasileira da AOC com os países limítrofes é bastante porosa, ou seja, devido ao imenso tamanho e baixo controle, inclusive por ausência demográfica, conforme já mostrado no item 2.2, Geografia e Posição Geográfica Central, ela possibilita que pessoas, ou grupos de pessoas mal intencionadas, façam uso irrestrito dessas áreas para cometer atos ilícitos.

A Colômbia é o maior produtor de cocaína do mundo¹², faz fronteira com o Brasil a leste e o Peru ao sul, formando uma região de tríplice fronteira. Esta região é de difícil controle e continuamente está vulnerável e sob “mão de ferro” de narcotraficantes. Estes se utilizam de rotas antigas, mas que ganharam importância nos últimos anos (figura 5).

¹¹https://theodora.com/wfbcurrent/colombia/colombia_terrorism.html

¹²Relatório do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC). Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/colombia/2016/Julio/Censo_Cultivos_Coca_2015_SIMCI.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.

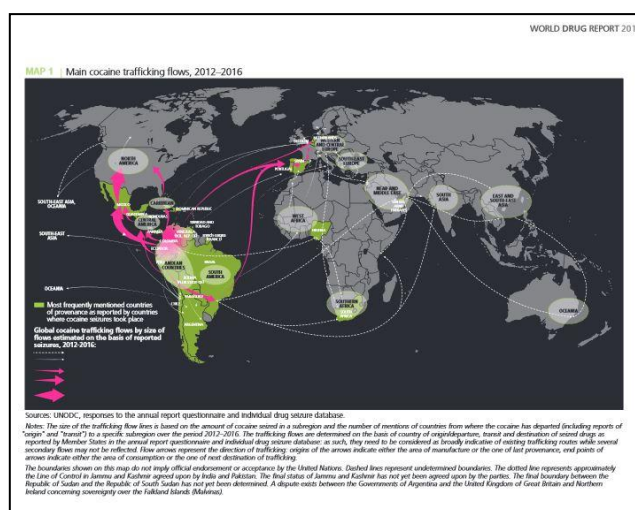


Figura 5 – Mapa de rota do tráfico de cocaína¹³
 Fonte: <https://www.unodc.org/wdr2018>

O controle feito pelas FARC sobre o tráfico de drogas mudou a configuração da região a partir dos anos setenta. Segundo Vidigal, as FARC passaram a “controlar o produto, o produtor, o atravessador e o cliente em um círculo vicioso que, dificilmente, se encerra” (VIDIGAL, 2002).

Na fronteira seca Tabatinga/ Letícia, as FARC dominam o narcotráfico. Letícia é uma cidade bem mais aparelhada do que Tabatinga, pois é a capital do Departamento do Amazonas da República da Colômbia e foi criada há muito mais tempo, cuja origem e papel primordial estão ligados à presença do Exército. Os colombianos dominam o comércio local e essa peculiaridade, olhando-se estrategicamente, torna-se uma vulnerabilidade para o Brasil (BECKER, 2004).

Essa vulnerabilidade fica patente quando eles utilizam os rios da região e aumentam a criminalidade contra a população ribeirinha, contra os meios de transporte dessa população ao longo dos rios e causam enormes danos econômicos ao comércio. Os danos são maiores ainda quando as ações são perpetradas contra as embarcações e navios que transportam mercadorias da população, visando garantir a segurança e manutenção dos meios fluviais utilizados para o transporte de drogas.

O Almirante Vidigal escreveu que, em certas circunstâncias, a expressão criada por ele, “vulnerabilidade estratégica”, pode substituir o estratégico conceito de ameaça quando a

¹³https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/6.3.2_Main_cocaine_trafficking_flows.pdf

“posse de um bem de grande valor, sem os meios necessários para garanti-lo, é, sem dúvida, uma vulnerabilidade” (VIDIGAL *apud* ELIA, 2008).

O Almirante Elia, em seu artigo na Revista Marítima Brasileira, “As Forças Armadas e a integridade do estado democrático”, já apontava que a “realidade vivida pela Colômbia a alguns anos atrás convida todos os brasileiros a uma profunda reflexão, pois caso não seja adotada uma atitude firme na política de combate ao crime organizado, e ao narcotráfico, a situação pode piorar ainda mais” (ELIA, 2008).

Fortuna destaca que o “Brasil não tem nenhum contencioso ou problema de fronteiras, porém apresenta problemas nas fronteiras”. Na Amazônia brasileira, com sua faixa setentrional estendendo-se de Tabatinga, no Amazonas, até o Amapá, a fronteira apresenta vulnerabilidades apreciáveis com relação ao narcotráfico, guerrilhas ideológicas e contrabando de armas, partindo dos países vizinhos para o território nacional. Já na faixa oeste/ sudoeste da fronteira, tocando Colômbia, Peru e Bolívia, cresce de importância o tráfico ilegal de drogas (FORTUNA, 2010).

Saint-Pierre¹⁴, com reservas, escreveu que estrategicamente, “estar vulnerável significa ter deficiência ou debilidade, causando desvantagem clara com relação a alguém ou alguma coisa em uma situação de conflito, e em sua forma mais extrema, o combate”. A diferença está na percepção de cada situação. Há que se notar que quando se tem consciência de que há uma vulnerabilidade em alguma situação, aumenta-se a possibilidade de ser ameaça (SAINT-PIERRE, 2010).

A vulnerabilidade hoje existente a partir da fronteira oeste da AOC provoca uma ameaça ao Brasil e sua população na região. Os narcotraficantes estão cada vez mais audaciosos. Fazem uso de embarcações de pequeno porte para transportar uma quantidade elevada de drogas pelos rios e usam ribeirinhos, muitos sem qualquer passagem pela polícia. Nos últimos anos, os casos de apreensões de drogas cresceram substancialmente.

Oliveira citando Cardoso em seu estudo “novas Ameaças: reflexos para a defesa e a segurança no continente Sul-Americano” destaca que na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru existe um amplo espaço para o cultivo da folha de coca que utiliza o rio Solimões como via de transporte de mercadorias ilícitas. Destaca ainda que “o Brasil deixou de ser apenas uma rota de passagem e passou a ser um mercado muito lucrativo” (CARDOSO *apud* OLIVEIRA, 2011).

¹⁴ Héctor Luis Saint Pierre é Licenciado em Filosofia pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Mestrado em “Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência” (1988) e doutorado em Filosofia Política (1996) pela Universidade Estadual de Campina (UNICAMP)

Duas facções de domínio público controlam o tráfico na Amazônia: a Família do Norte (FDN), ligada ao Comando Vermelho (CV), e o Primeiro Comando da Capital (PCC). O jornalista Leandro Prazeres¹⁵ escreveu em 26 de fevereiro de 2018, que as “facções criminosas CV e FDN estão explorando uma nova rota para o tráfico. Essa rota utiliza os rios Japurá, Içá e Negro, que interligam a Colômbia e a Venezuela ao Brasil”. A nova rota é monitorada pela Polícia Federal e pelas FA. A chamada “rota do Solimões”, com mais de 20 anos de utilização, é uma das “principais portas de entrada da cocaína produzida no Peru e na Colômbia”.

A SSP-AM, por meio do seu site¹⁶, divulga números mostrando que houve um aumento em 2018 de 64% da apreensão de drogas somente no Estado do Amazonas em relação a 2016.

As forças de segurança do Amazonas apreenderam 16.443,73 kg de entorpecentes, a maior quantidade de drogas em 12 anos. O montante representa um aumento de 64% em relação a 2016, quando as apreensões totalizaram 10.012,59 kg. Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, o quantitativo de apreensão de entorpecentes chegou a mais de seis toneladas, a maior quantidade de drogas apreendidas entre os quatro trimestres do ano, um crescimento médio de 105% em relação aos outros três trimestres do ano passado. No comparativo com os quatro trimestres de 2016, o crescimento médio nas ocorrências de apreensão de entorpecentes chegou a 277% (SSP-AM, 2018).

Além do tráfico, vários ex-integrantes das FARC, descontentes com os acordos recentes realizados com o governo colombiano, utilizam armamentos que não entregaram ao governo para fazer a segurança nos transportes que ocorrem pelos principais rios da AOC. Segundo o chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) da PF no Amazonas, Caio Eduardo Avanço¹⁷, da SSP-AM, “elementos agem como seguranças no transporte de drogas e viajam pelos rios da região até Manaus, de onde esses carregamentos são depois transportados para outras regiões do país e para outros países”.

O delegado Avanço aponta que “os piratas¹⁸ não respeitam facção. Eles atacam e tomam a droga. Os ex-guerrilheiros têm treinamento militar e armas que podem ser usadas

¹⁵ Leonardo Prazeres é jornalista, formado em 2005 na Universidade Federal de Mato Grosso em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo. Fez o Mestrado em política internacional e direitos humanos em 2011-2012 na City University London. Trabalhou na revista Rolling Stone Brasil, no jornal A Crítica e atualmente trabalha no site UOL.

¹⁶ Disponível em <<http://transparencia.ssp.am.gov.br/>> da SSP-AM. Acesso em 04 jul.2018.

¹⁷ Disponível em <<http://amazonia.org.br/2018/04/ex-guerrilheiros-das-farc-atuam-como-free-lancers-do-traffic-na-amazonia-diz-pf/>>. Acesso: 09 jul 2018.

¹⁸ O termo “pirata” utilizado pelo Delegado não está correto, pois pirataria ocorre em alto-mar ou em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado, de acordo com o glossário das FA. O termo correto seria bandidos, pois é um assalto a mão armada.

contra eles”. Eles usam armas de guerra “atacar grupos que transportam drogas pelos rios sem se preocuparem sobre qual facção está à frente do transporte” (PRAZERES, 2018).

3.4 Considerações parciais

Até 1991 o mundo político, econômico, militar e social de todos os países girava em torno dos EUA e da URSS. Com o Brasil ocorreu o mesmo. O pensamento reinante, militarmente falando, era estar preparado para se opor a outro Estado, inserido em um contexto de ameaças clássicas.

A partir do esfacelamento da URSS em 1991, o aparecimento da internet e o fenômeno da globalização, houve o surgimento e um enorme crescimento de problemas que afetaram sobremaneira o modo de pensar e planejar de governos. A esses problemas deu-se o nome de novas ameaças, uma delas o tráfico internacional de drogas, tratado como um ilícito transnacional.

O aumento desse ilícito e, particularmente, o descontrole em países produtores de cocaína na América do Sul, tais como o Peru e a Colômbia, influenciou o modo de pensar dos países vizinhos nas questões de segurança ao longo dos anos.

Junto à fronteira do Brasil, o tráfico de drogas passou a ser controlado por grupos armados no Peru e na Colômbia. Neste último, as FARC colocaram à prova a capacidade de reação do Estado colombiano durante anos. Recentemente, ambos fizeram um acordo de desmobilização do grupo que incluía a devolução de todo o armamento.

No entanto, membros discordantes das FARC não cumpriram o acordo e passaram a realizar a segurança dos carregamentos de drogas que entram no Brasil pelos rios que saem desse País e penetram no Brasil.

A configuração geográfica da AOC, principalmente no seu setor oeste, e o grande vazio demográfico, somado ao imenso espaço aéreo e a grande quantidade de rios navegáveis, favorecem o crescimento do narcotráfico o qual precisa ser combatido com eficiência e eficácia.

Apesar de algumas ações já terem sido tomadas pelas forças de segurança do Brasil, entende-se que para o Poder Naval, orientado pela Política e pela Estratégia Nacional

de Defesa, há espaço para que seja realizado um estudo sobre quais capacidades¹⁹ ele necessita desenvolver, qual a dimensão adequada e quais posições geográficas estratégicas deve ocupar na AOC, para melhor atuar estrategicamente contra o narcotráfico, um crime transnacional que se insere nas atribuições subsidiárias previstas na missão da MB.

¹⁹ O significado de cada capacidade está descrito no Glossário das Forças Armadas, MD35-G-01,. 5 ed. Pág 54.

4 A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA DE DEFESA PARA A AOC

Após delinear a formação histórica e geográfica da Amazônia, e as dificuldades sempre presentes quanto à dificuldade em vivificar a região, foi descrito a diferença entre ameaças clássicas e as novas ameaças, principalmente quanto ao crescimento descontrolado do narcotráfico e os males que este vem causando aos moradores da AOC.

Neste capítulo, serão mostrados tópicos existentes na PND e na END, documentos de alto nível que definem a política e as ações que o Estado brasileiro entende como sendo prioritários para a atuação das FA, objetivando-se apontar decisões que o Poder Naval poderá estudar e adotar na AOC, visando combater o narcotráfico. Alguns objetivos estratégicos foram descritos e o atualmente planejado tem previsão de ser concretizado em um espaço temporal de trinta anos.

4.1 A Política Nacional de Defesa (PND)

A PND além de ser o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações coordenadas pelo MD destinadas à defesa nacional volta-se essencialmente para ameaças externas, estabelecendo objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, devendo “priorizar o Atlântico Sul e a Amazônia” (BRASIL, 2016).

A AOC como foco deste estudo está inserida em uma das prioridades. Para efeito da PND os conceitos de Segurança e Defesa Nacional são os seguintes:

Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais. **Defesa Nacional** o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2016).

Em seu item 2.1, a PND destaca que o Brasil tem “pressupostos básicos tais como seu território, o povo, as leis, governo próprio e independência nas relações externas. Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem,

estabelecidas democraticamente, provendo, também, a segurança”. Ressalta que a defesa externa é a destinação precípua das FA (BRASIL, 2016).

No entanto, no item 2.3, em virtude do surgimento de novas ameaças, e a realização de ações internas e externas, foi apontado que para preservar a segurança, também seria necessário tomar “medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa, a defesa civil e a segurança pública” (Ibidem, 2016), normalmente medidas que não tem relação com as atividades das FA.

Essas medidas nos remetem para os problemas existentes na AOC. No item 5.4, é apontado que a Amazônia, em virtude de possuir um “grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, ao longo de anos tornou-se foco da atenção internacional” (Ibidem, 2016).

Na PND consta em seu item 7.5 que o “País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa das águas jurisdicionais brasileiras, do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima”. Consta ainda em seu item 7.6 que “para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar” (Ibidem, 2016).

As fronteiras são um exemplo de vazio demográfico. Com o propósito de tentar solucionar esse problema, foi instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras²⁰ o qual teria como objetivos “integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das FA com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira”. Esse programa certamente seria o farol na elaboração de medidas para resolver problemas na fronteira e em águas interiores, pois teria como diretrizes “a atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Estado-Maior Conjunto das FA, nos termos da legislação vigente” (BRASIL, 2016).

Mesmo com a assinatura do decreto, o percebido nos dois últimos anos, 2016 e 2017, foi um efeito diferente do esperado, pois, como já foi apontado no item 3.3 deste estudo, o narcotráfico está utilizando o modal fluvial e aumentando de forma vertiginosa sua presença na região.

Na PND são descritos alguns objetivos nacionais de defesa. Considerando que um destes é “manter FA modernas, integradas, adestradas, balanceadas e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional”, e ainda, estruturá-las para que elas “tenham as capacidades necessárias, em matéria

²⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm

de pessoal e material, compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais” (BRASIL, 2016).

Essas políticas são fundamentais. Vigiar as fronteiras, controlar o que entra no território de forma ilícita, e vivificar não apenas as fronteiras, mas toda a região são passos importantes para que se atenda ao previsto na PND. No entanto, não houve uma atenção por parte do Estado quanto à promoção da migração, com atrativos suficientes, a fim de possibilitar que imigrantes se estabelecessem na região. O Estado brasileiro pouco está presente devido às distâncias envolvidas que muito dificultam todos os movimentos e causam o aumento de algumas ocorrências tais como o narcotráfico.

Entende-se que a PND exerceu um papel fundamental como referência para que fossem delineadas ações na Estratégia Nacional de Defesa para combater o narcotráfico, fato este que possibilitou o aumento do número de apreensões de entorpecentes em 2018.

4.2 Estratégia Nacional de Defesa (END)

Considerando que a PND fixa os objetivos nacionais de defesa e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los, a END estabelece o como fazer. Ambos os documentos pavimentam o caminho para a construção da defesa que o Brasil almeja (BRASIL, 2016).

A END está organizada em torno de três eixos estruturantes. “O **primeiro eixo estruturante** diz respeito a como as Forças Armadas devem se **organizar** e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra. O **segundo eixo estruturante** refere-se à **reorganização da Base Industrial de Defesa**, para assegurar que o atendimento às necessidades de tais produtos por parte das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil). O **terceiro eixo estruturante** versa sobre a **composição dos efetivos** das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. (Ibidem, 2016).

Por tratar-se de ações, na END algumas diretrizes foram elaboradas e tornaram-se foco para o desenvolvimento das atividades das FA. Uma das diretrizes é organizá-las sob a égide do trinômio monitoramento, controle e mobilidade, com as adaptações cabíveis, para cada Força. Deste trinômio resultou a definição das capacitações operacionais de cada uma das Forças.

Outra diretriz que se tornou fundamental foi desenvolver capacidade de ter mobilidade estratégica a fim de responder rapidamente a qualquer tipo de ameaça ou

agressão. Essa mobilidade significa ter capacidade de chegar rapidamente à região sob conflito, o que a diferencia de mobilidade tática que significa manter-se se movimentando dentro da área ou da região sob conflito (BRASIL, 2016).

A MB, por meio do Programa de Articulação e de Equipamentos de Defesa (PAED), com informações disponíveis no LBDN, projeta a aquisição de meios navais que possibilitarão ao Poder Naval ter a mobilidade necessária, tanto estratégica quanto tática.

A diretriz oito da END orienta que “seja feito um reposicionamento dos efetivos das três Forças” (BRASIL, 2016).

O Exército iniciou nos anos noventa do século passado, todavia ele encontra-se posicionado no interior da AOC em cidades ribeirinhas e próximo às fronteiras, fomentando nestas últimas o surgimento de pequenas comunidades. Contudo, ele é estático e tem como principal tarefa a defesa do território brasileiro contribuindo para impedir a entrada por terra, e pelos rios penetrantes, de elementos adversos.

A Força Aérea também iniciou lentamente, mas acelerou as mudanças a partir de 2017, todavia ela encontra-se posicionada nas capitais, tem pequenos destacamentos em algumas cidades ribeirinhas e tem pistas nas fronteiras em apoio aos pelotões do EB. Ela é dinâmica no espaço aéreo atuando para impedir a entrada pelo ar de aeronaves não registradas.

Quanto à MB, decorrente da extensão do mar territorial brasileiro e por ter como foco principal garantir a segurança e a defesa da Amazônia Azul²¹, ainda mantém o maior número de seus meios de combate na sua Esquadra²² com sede no Rio de Janeiro. Outros meios de combate estão posicionados nos Distritos Navais²³ que ficam ao longo do litoral. Para outros ambientes operacionais, tais como o fluvial, a MB mobiliza o que entende ser necessário no atual cenário político estratégico.

Na AOC, a partir dos anos dois mil, a MB tomou algumas decisões. Incorporou dois navios hospitalares ao longo de dez anos. Em 2002, ampliou o Grupamento de Fuzileiros

²¹ De acordo com a DMN, a Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da PC brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e da soberania. A defesa da Amazônia Azul, assim como qualquer outra operação defensiva, não deve restringir-se às operações no interior da área a ser defendida. As forças oponentes ou adversas devem ser detidas ou, preferencialmente, dissuadidas, muito além dos limites dos espaços marítimos brasileiros. Essa defesa passa pelo adequado emprego do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (BRASIL, 2017).

²² De acordo com o Glossário das FA, é uma organização constituída de navios, aeronaves, forças de fuzileiros e estabelecimentos de apoio diretamente relacionados com suas atividades, subordinada a um comandante-em-chefe (Brasil, 2016).

²³ São nove os Distritos Navais, estando do primeiro ao quinto no litoral – Rio de Janeiro, Salvador, Natal, Belém e Rio Grande. Ainda existem o sexto em Ladário, o sétimo em Brasília, o oitavo em São Paulo e o nono em Manaus.

Navais de Manaus (GptFNMa) para um Batalhão de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), quando foi somado ao seu efetivo seiscentos militares combatentes, o que equivale ter mais três companhias de fuzileiros navais. Ainda em 2002, a delegacia de Tabatinga foi elevada à condição de Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT). Em 2005, promoveu a criação do Com9ºDN e ampliou o antigo Ambulatório Naval de Manaus para uma Policlínica (PNMa). Em 2013, criou o Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste (SSN-9), tendo sido incorporados um navio e dois avisos hidrográficos e, finalmente, em 2016, a denominação do BtlOpRib passou a ser 1ºBatalhão (1ºBtlOpRib) em virtude da criação em Belém do 2ºBatalhão, sem alteração de efetivo.

No entanto, exceto a CFT, todas as unidades estão concentradas na cidade de Manaus, posição geográfica considerada estratégica desde os primórdios da criação do Estado do Amazonas, por ter a maior concentração demográfica e estar na junção dos rios Negro e Solimões.

Apesar de estar descrito na END que o posicionamento deverá “defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País” (BRASIL, 2012), cabe registrar que a concentração atual dos meios de combate do Poder Naval, observando-se o cenário que envolve o narcotráfico, não contribui ou pouco contribui para combatê-lo com efetividade. Entende-se ainda, que a atual posição desses meios impossibilita uma “resposta imediata em uma crise ou em um conflito” próximo as fronteiras quando estas distantes de Manaus.

A diretriz nove descreve que as FA devem criar condições para adensar a presença de suas Unidades nas fronteiras. No entanto, estar presente em uma região de difícil acesso, com poucos recursos e infraestrutura precária poderia, no entendimento deste autor, tornar-se uma triste epopéia²⁴, na medida em que demandaria muitos recursos, e um tempo ainda não calculado, para tornar realidade esse objetivo, e a certeza do sucesso. Na mesma diretriz, aponta-se que “dadas as dimensões continentais do território nacional, estar presente não pode significar onipresença, ou seja, presença ganha efetividade devido à sua relação com monitoramento, controle e mobilidade” (BRASIL, 2012).

Logo, cresce de importância a interoperabilidade entre as FA no sentido de vigiar de forma conjunta a navegação nas águas jurisdicionais brasileiras, o espaço aéreo e as

²⁴ Segundo o dicionário informal, epopéia é um gênero literário constituído de longos versos que narram histórias de um povo ou de uma nação, envolvendo aventuras, guerras, viagens, gestos heróicos (<https://www.significados.com.br/epopeia/>)

fronteiras terrestres. Para vigiar pró-ativamente, há que ser ter capacidade de reagir empregando, quando e onde for necessário, as reservas táticas e estratégicas²⁵.

Em sua diretriz dez, a END prioriza a região amazônica para defesa, pois ela representaria “um dos focos de maior interesse” para o Brasil, e repudia “qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de sua defesa”. Esta descrição tão forte deve-se ao fato de que a partir dos anos oitenta, foram dadas declarações por parte de líderes mundiais visando enfraquecer a posição brasileira sobre a região.

Margareth Thatcher²⁶ disse certa vez em 1983 que “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”. Al Gore²⁷, em 1989, disse que “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Em 1989, François Mitterrand²⁸ disse que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”, declarou em 1992 Mikhail Gorbachev, Chefe do governo soviético entre 1985 e 1991.

Esses tipos de declarações não cabem nos dias atuais, todavia, elas foram intensamente difundidas em um determinado período o que muito preocupou o governo brasileiro e, especificamente, as FA. Ao longo dos anos, discussões foram realizadas, tropas foram deslocadas, Unidades militares foram criadas e foi construída uma END onde consta o seguinte: “quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. Soma-se a esse objetivo permanente o destaque para o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) o qual deverá atuar integradamente com as FA a fim de fortalecer o monitoramento, o planejamento, o controle, a logística, a mobilidade e a presença na Amazônia brasileira” (BRASIL, 2012).

A diretriz onze aponta para uma necessidade premente de criar condições para que seja adquirida uma capacidade logística visando aumentar a mobilidade, principalmente na AOC. Para isso, sem dúvida, devem ser criadas condições favoráveis para que se tenha um

²⁵ Entende-se por **reservas táticas forças articuladas**, em profundidade, numa determinada área estratégica, com mobilidade suficiente para serem empregadas na própria área estratégica onde estão localizadas. Reservas estratégicas **são forças dotadas de alta mobilidade estratégica**, com estrutura organizacional completa desde o tempo de paz, dotadas do mais alto nível possível de capacitação operacional e aprestamento, em condições de atuar no mais curto prazo, no todo ou em parte, em qualquer área estratégica compatível com sua doutrina de emprego” (BRASIL, 2012, p. 52).

²⁶ Foi Primeira-Ministra do Reino Unido entre 1979 a 1990.

²⁷ Foi Vice-Presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001.

²⁸ Foi Presidente da França entre 1981 e 1995.

melhor controle sobre o transporte, e toda a gama de infraestrutura necessária ao suporte estratégico (Ibidem, 2012).

A soma dessas diretrizes descritas na END nos passa uma mensagem de que dois pontos são fundamentais, e devem ser desenvolvidos: a logística, para fortalecer a mobilidade, sobretudo na região amazônica; e estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades, evitando-se de toda ordem planejar baseado em elementos adversos específicos. Para que essas ações possam ser concretizadas, entendem-se como necessário “desenvolver capacidade de permanente prontidão operacional, integrando forças conjuntas ou mantendo unidades em condições de atuar em diferentes cenários operacionais e projetar poder em áreas de interesse estratégico” (BRASIL, 2016).

Há que serem definidos objetivos estratégicos para melhor controlar a AOC, entendendo este autor como importante a escolha de pontos geográficos estratégicos para o país na sua fronteira oeste, ou próximo desta, a fim de aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e operacionais da mobilidade, e que permita aproveitar ao máximo o potencial das tecnologias de movimento. Dentre outros objetivos estratégicos, “há um que guarda relação especialmente próxima com a mobilidade: a capacidade de alternar a concentração e a desconcentração de forças, com o propósito de dissuadir e combater ameaças” (Ibidem, 2012).

Além dessa capacidade, e visando concretizar o que prevê a END, o Poder Naval deverá contar, também, com meios fluviais de combate, de transporte e de inspeção naval para checar como estão navegando os ribeirinhos. Os fuzileiros navais deverão manter sua capacidade de projeção de poder e permanecer em condições de pronto emprego, pois, “nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência.” (Ibidem, 2016).

Em função desse prognóstico, foi desenvolvido no MD um programa que se baseou em levantamentos das necessidades de cada FA em função dos planejamentos estratégicos realizados no âmbito de suas estratégias de emprego. Foram inseridos no LBDN itens desse programa, tais como aumentar a presença militar na região amazônica; aumentar a participação de órgãos governamentais, de militares e civis no plano de vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, empregando a estratégia da presença; e ainda, desenvolver forças estratégicas com elevada mobilidade e flexibilidade, tendo pessoal e material em condições de emprego, e articulados de maneira a melhor atender as hipóteses de emprego (BRASIL, 2014).

4.3 Considerações parciais

Após delinear a formação histórica e geográfica da Amazônia, as diferenças entre ameaças clássicas e novas ameaças, principalmente quanto ao crescimento descontrolado do narcotráfico, era importante identificar os documentos de alto nível que regulam e normatizam a Política e a Estratégia Nacional de Defesa voltadas para a AOC.

Neste capítulo, aprofundamos alguns tópicos inseridos na PND e na END, pois entende-se que a política precisa indicar o caminho a ser seguido e a estratégia, quais ações o Estado brasileiro precisa adotar como prioritários para a atuação das FA na AOC a fim de alcançar objetivos estratégicos.

Alguns objetivos são fundamentais. Um deles, a importância a interoperabilidade entre as FA no sentido de vigiar de forma conjunta a navegação nas águas jurisdicionais brasileiras, o espaço aéreo e as fronteiras terrestres, tendo capacidade de reagir empregando, quando e onde for necessário, as reservas táticas e estratégicas.

Para empregar essas reservas com eficiência e eficácia, urge adquirir tanto a mobilidade estratégica quanto a tática na AOC em virtude das grandes dimensões envolvidas. A base dessa mobilidade é ter um sistema de vigilância, controle e monitoramento de toda a região, a escolha de uma posição geográfica estratégica e uma correta articulação e posicionamento do Poder Naval. Esse conjunto possibilitará antecipar movimentos ao longo das fronteiras, ou quando estas forem ultrapassadas, e assim poderão ser empregados os meios navais de combate de forma adequada, exequível e aceitável.

O planejado por cada Força e inserido no LBDN tem previsão de ser concretizado em um espaço temporal de trinta anos. Se cumprido com relação aos meios navais previstos, seria formidável em virtude da necessidade premente de dar continuidade e aprimorar a capacidade do Poder Naval de se fazer presente quando e onde for necessário, no menor tempo possível e em condições de combater.

5 O PODER NAVAL E SUA ATUAÇÃO NA AOC

Uma pergunta que devemos sempre nos fazer é a seguinte: as ações estratégicas de emprego do Poder Naval na AOC terão resultados positivos se o controle for realizado por meio da sua presença da forma como hoje se encontra dimensionado? A resposta tenderia a ser um não, pois a presença de meios de combate nas fronteiras, ou realizando patrulhas nos rios que demandam as fronteiras, não ocorrem com a frequência que se almeja. É possível que ela sofra influência direta do atual dimensionamento do Poder Naval e a concentração de seus meios de combate em apenas um local, Manaus, a capital do Estado do Amazonas.

Descrevemos nos capítulos anteriores o histórico e a geografia da Amazônia, o conceito de posição estratégica e suas consequências para a MB no tocante ao emprego de seus meios na AOC, as novas ameaças que surgiram a partir de 1991 e os documentos de alto nível que regulam e normatizam a política e a estratégia nacional de defesa.

Neste capítulo serão descritos alguns conceitos inerentes a aplicação do Poder Naval na AOC, assim como alguns conceitos utilizados na AOC sobre Operações Ribeirinhas (OpRib), e os possíveis conflitos ao aplicar-se, em tempos de paz, os conceitos de uma Operação de Guerra Naval.

5.1 O Poder Naval na AOC

Em virtude do narcotráfico ocorrer na AOC em muitas ocasiões pelos rios, o Poder Naval torna-se o ator fundamental no seu combate. O Almirante Ruy afirma que há uma necessidade de a MB se posicionar diante das “novas ameaças”, pois este é um fenômeno internacional que precisa ser controlado, observado e enfrentado (SILVA, 2009).

Pelo fato de os narcotraficantes usarem o modal fluvial para realizar ações ilícitas, entende-se que o Poder Naval, tendo por base a PND e a END, conforme já foi delineado, tem parcela fundamental no combate, pois apesar de não constituir elemento inserido na Segurança Pública, no artigo 142 da Constituição Federal está definido que as FA podem contribuir, por iniciativa dos poderes constitucionais, com a garantia da lei e da ordem. Na PND, no seu item 7.22, destaca-se que “o emprego das FA na garantia da lei e da ordem (GLO) é regido por legislação específica” (BRASIL, 2014).

Na missão da MB²⁹ está descrito que ela deve se “preparar e empregar o Poder Naval a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa”. Assim, entende-se que a MB, por meio do Poder Naval, deve participar ativamente do combate ao narcotráfico visando cumprir atribuições subsidiárias.

As FA estão posicionadas na AOC com unidades militares em alguns municípios e locais que possibilitam algum controle. O Comando das três forças na região tem como sede a cidade de Manaus. Com relação a MB, além ter posicionado em Manaus o Com9ºDN que é responsável por toda a AOC, também tem suas unidades de combate concentradas nesta cidade. Fora da capital existem algumas Agências e Delegacias, subordinadas a Capitania dos Portos da AOC (CFAOC), e a Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT).

Neste ponto, cabe esclarecer que as Capitânicas, Agências e Delegacias não estão vocacionadas para combater³⁰. Elas exercem as atividades administrativas de autoridade marítima³¹, realizando o controle da documentação das embarcações e da segurança dos usuários que as utilizam quando navegam nos rios.

Subordinadas a CFAOC, existe uma delegacia e nove agências - Delegacia Fluvial de Porto Velho, Agências Fluviais de Boca do Acre, de Tefé, de Eirunepé, de Guajará-Mirim, de Itacoatiara, de Parintins, de Humaitá, de Cruzeiro do Sul e de Caracaraí, as quais estão posicionadas nos principais rios da região.

Em Manaus encontram-se o Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), o Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM), o qual tem sob seu comando nove navios, sendo cinco de combate e quatro de assistência hospitalar. Na cidade estão posicionados ainda o 1ºBtlOpRib e o Terceiro Esquadrão de Emprego Geral (EsqdHU-3).

Os dois navios Classe Pedro Teixeira, construídos no início dos anos setenta, são um excelente meio de combate para a região. Eles têm capacidade de estabelecer internamente um sistema de comando e controle que possibilita comandar uma força naval em

²⁹ <https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>.

³⁰ Segundo dicionário Aulete, combater significa: “sustentar combate, batalha, guerra contra”.

³¹ De acordo com a LC nº 97, de 9 de junho de 1999 que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das forças armadas, no seu Art. 17, define que cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares: I- orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional; II- prover a segurança da navegação aquaviária; III- contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; IV- implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas. *Parágrafo único.* Pela especificidade dessas atribuições, é da **competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima"**, para esse fim.

deslocamento para cumprir alguma atividade, receber e lançar aeronaves modelo esquilo do EsqdHU-3, capacitando o modelo para projetar poder de combate a uma distância além do campo de visão a partir do navio, e ainda, transportar um pelotão de fuzileiros³² navais com plena capacidade de pronto emprego.

Os três navios Classe Roraima, construídos no início dos anos setenta, são também um excelente meio de combate. No entanto, eles não têm capacidade de receber e lançar aeronaves modelo esquilo e transportam apenas um grupo de combate³³ de fuzileiros navais com plena capacidade de pronto emprego.

Além das OM voltadas para o combate, também encontram-se em Manaus as Unidades de apoio, tais como a Estação Naval do Rio Negro (ENRN), a PNMA, o Centro de Intendência da Marinha em Manaus (CEIMMA) e o SSN-9. Na cidade de Tabatinga, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, encontra-se a Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT).

O Almirante Gama e Silva afirma que “a melhor estratégia para a defesa da região amazônica é a dissuasão, onde o mais fraco demonstra a capacidade de retaliar uma agressão, infligindo danos inaceitáveis ao mais forte” (GAMA E SILVA, 2004). Alguns anos mais tarde, recomendou “a criação e articulação de novas OM, bem como o aumento do número de meios navais de forma a incrementar a presença da MB na região amazônica” (GAMA E SILVA, 2009), no entanto não é o que ocorre nos dias atuais.

Além de não estar presente em toda a Amazônia, a região, como já foi abordado, geograficamente é imensa e continua sendo um grande vazio demográfico onde urge sua vivificação por meio de um correto planejamento migratório, possibilitando aos imigrantes capacidades de sobreviver em um ambiente hostil por sua natureza intrínseca.

Paralelo a esse movimento migratório, há que se pensar em reposicionar os efetivos das três FA. O Exército Brasileiro (EB) já tomou essa iniciativa ao movimentar diversas unidades de outras regiões do país para a região a partir dos anos noventa. A Força

³² Um Pelotão de Fuzileiros Navais (PelFuzNav) faz parte da organização de uma Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav), como sua peça de manobra. É constituído pelo Comando do Pelotão (CmndoPel) e por três Grupos de Combate (GC). A CiaFuzNav é o elemento de manobra do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav) e está apta a executar tarefas variadas. Sua organização lhe permite ser modificada, quer sendo reforçada por meios adicionais de elementos de combate, apoio ao combate e apoio de serviços ao combate, quer pela redução de seus elementos constitutivos; isto lhe proporciona a necessária flexibilidade para ajustar-se ao cumprimento das tarefas recebidas, particularmente quando empregada nas Operações Anfíbias (OpAnf); em razão das peculiaridades desta, a CiaFuzNav, diferentemente de suas congêneres de forças terrestres, dispõe de um considerável apoio de fogo orgânico, sem perder a sua mobilidade, podendo inclusive ser totalmente helitransportada, junto com os seus apoios (BRASIL, 2008).

³³ Um Grupo de Combate de Fuzileiros Navais é a fração de manobra do CmtPelFuzNav. Cada um é composto, por 13 (treze) elementos, organizados em um Comandante do GC (CmtGC) e três ET. A ET é composta por Comandante, Atirador, Municador e Volteador (BRASIL, 2008).

Aérea Brasileira (FAB) iniciou suas alterações de efetivo, posicionamentos e denominações de unidades nos anos dois mil. A MB ampliou a quantidade de navios de assistência hospitalar e hidrógrafos, mas ainda não houve aumento, redistribuição ou reposicionamento de seus meios de combate, tanto navais quanto aeronavais.

5.2 As Ações do Poder Naval na AOC

Pimentel menciona que as operações realizadas na AOC são “domésticas”, ou seja, “estão confinadas ao território nacional, mais especificamente às bacias do Amazonas”. Isso ocorreria “em função da concepção da operação em si e das características de nossos meios fluviais, que em boa parte não foram concebidos para atravessar oceanos e, portanto, restringem, nesse caso, a mobilidade estratégica da força militar” (PIMENTEL³⁴, 2011).

Há que se notar que pela dimensão da região é impossível estar em todos os locais de importância operativa ao mesmo tempo. Também é praticamente impossível manter uma vigilância constante nas fronteiras, detectando todos os invasores, por terra, ar e água, devido à imensidão da floresta e todas as nuances e dificuldades envolvidas.

Quando há necessidade de realizar o emprego limitado da força, como são as operações de GLO, movimentando meios por água para a fronteira oeste para atender a alguma demanda, a fim de alcançar um dos limites mais extremos, como por exemplo a cidade de Cruzeiro do Sul, são consumidos até vinte dias de navegação (figura 6), segundo o ComFlotAM, impossibilitando uma ação imediata e a presença em todos os locais ao mesmo tempo.

Na AOC muitas são as dificuldades para navegar devido às profundidades. Desta forma, Pimentel afirma que nesta região, “operacionalmente, apenas arranha-se a AOC”. O Poder Naval estaria ligado ao que ele chamou de “trilhos”, ou seja, às calhas dos rios Juruá, Japurá, Purus, Içá, Negro (até São Gabriel da Cachoeira), Amazonas e Solimões, principalmente nos períodos das cheias, entre novembro e maio. Interpretando essas condições de operacionalidade, Pimentel entende que, “tendo em vista a enormidade das bacias consideradas e (...) as restrições de calado, (...) carecemos de mobilidade tática, por

³⁴ Gilberto Pimentel serviu no GptFNMa no início dos anos 90 e depois retornou ao batalhão para ser seu Comandante em 2009.

não podermos atuar de forma doutrinária em qualquer parte daquelas regiões” (PIMENTEL, 2011).

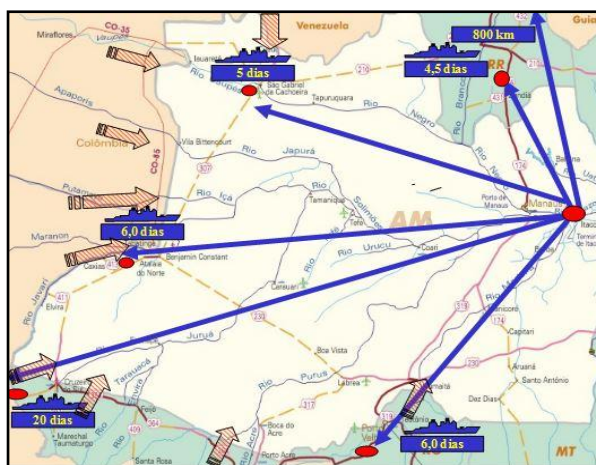


FIGURA 6- Dias de navegação a partir de Manaus
Fonte: Comando da Flotilha do Amazonas

Tendo esse entendimento, para manter sua presença na região, o Poder Naval realiza patrulhas navais. O ComFlotAM, que detém o controle dos meios de combate navais na região, planeja seu emprego para realizar essas patrulhas em diferentes pólos, de acordo com dados de planejamento da própria Flotilha, e cumprindo orientações recebidas do Com9ºDN e do Comando de Operações Navais (ComOpNav).

Nos rios que adentram o território brasileiro no setor oeste, particularmente o rio Solimões, entre Tabatinga e Santo Antônio de Içá; nos rios Japurá e Içá, afluentes que penetram a partir da Colômbia pelo setor noroeste; nos rios Juruá e Javari, afluentes que penetram a partir do Peru pelo setor sudoeste, sempre que possível, está presente um navio patrulhando.

Os navios Classe Pedro Teixeira têm plena capacidade para navegar e combater nos rios Solimões e Amazonas, este após sua junção com o rio Negro, ou seja, na calha do principal rio da região. No entanto, nos seus afluentes, esses navios não navegam com plena segurança nos períodos das vazantes que ocorrem de julho a outubro. Isso os impossibilita de atuar em determinadas áreas da região no período citado. Os navios Classe Roraima, por conta do calado, 1.60 m, são próprios para navegar e combater em todos os rios da AOC, em praticamente todas as épocas do ano.

Os navios de assistência hospitalar são utilizados pelo ComFlotAM para atender os moradores da região e também servem como detectores de alterações ambientais ou situacionais. Cada navio de assistência hospitalar deve estar presente em pólos pré-planejados

pelo menos duas vezes durante o ano. Construídos a partir do início da década de oitenta, navegam durante todos os períodos do ano.

Os Fuzileiros Navais também atuam de formas diferentes na AOC. Eles são organizados por tarefas em Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) cuja constituição dependerá da missão a ser cumprida e da natureza das atividades que serão desenvolvidas. Este modelo organizacional confere flexibilidade e versatilidade, combinando as “capacidades necessárias ao combate e as potencialidades dos meios dos componentes de combate terrestre, de combate aéreo e de apoio de serviços de combate”.

Os componentes de combate e suas unidades tarefas, diferentemente do que ocorre em uma Operação Anfíbia (OpAnf)³⁵, permanecem durante todo o tempo ligados aos navios e embarcados em lanchas a fim assegurarem o controle de margens e protegerem o avanço dos meios navais. Além disso, não se aprofundam em terra, permanecendo todo o tempo subordinados ao Comandante da Força Tarefa Ribeirinha (ComForTaRib). Dessa forma, navios, aeronaves, embarcações e equipamentos da tropa devem ter compatibilidade. Assim, o adestramento para essa operação deve ser específico, diferindo consideravelmente de uma OpAnf (BRASIL, 2017).

Monteiro³⁶, já em 2010, na publicação “O Anfíbio” descrevia esse modelo

modelo organizacional, além de conferir flexibilidade e versatilidade a seu comandante, pois combina as capacidades e competências dos meios de combate, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate de forma complementar e integrada, possibilita gradualismo no seu emprego. Desse modo, os GptOpFuzNav estão em condições de cumprir extensa gama de tarefas, podendo ser empregados em operações com diferentes níveis de violência, desde missões humanitárias até as de combate, e em ambientes operacionais diversos, como o ribeirinho ou o urbano. Essa organização é adotada tanto nas operações singulares como nas conjuntas (MONTEIRO, 2010).

Sua versatilidade e flexibilidade conferem aos GptOpFuzNav capacidade de rapidamente se adaptarem a “diferentes perfis de missão”, podendo atuar em um amplo “espectro da violência em combate, seja em ações humanitárias ou no combate às novas ameaças”. Desta forma, certamente devemos nos posicionar “para sermos a melhor opção de emprego de força estratégica da nação”. Como força estratégica, o CFN de hoje teria, por sua natureza, capacidade expedicionária, cujos requisitos são: “mobilidade estratégica,

³⁵Operação de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil ou, potencialmente hostil ou permissivo, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas. Deve-se considerar que projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a Operação Anfíbia contemporânea, não importando o grau de hostilidade do ambiente e nem o tipo de missão a ser cumprida”(BRASIL, 2015).

³⁶ O Almirante de esquadra (FN) Álvaro Augusto Dias Monteiro foi Comandante-Geral do CFN entre 2008.

flexibilidade, versatilidade, capacidade de assalto e retirada planejada, permanência, prontidão e austeridade”. Tal “imperativo naval nos fez leves e ágeis, características basilares tanto para a capacidade anfíbia como para a expedicionária”. Esse mesmo imperativo, “estarmos sempre prontos para rapidamente embarcar em navios da MB, e sermos estrategicamente por ela deslocados para cenários de interesse, deverá continuar a pautar nossa preparação para o combate” (MONTEIRO, 2010).

Barreira detalha que, em uma visão de futuro, diante de novas ameaças, o GptOpFuzNav rapidamente “se adaptará a diferentes tarefas a serem cumpridas, atuando em prol da defesa do Estado brasileiro tanto pelo combate convencional como pelo não convencional, em ações humanitárias ou em operações de GLO” (BARREIRA, 2018).

Cabe registrar que o emprego dos meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais na AOC ocorre por meio de Operações Ribeirinhas (OpRib) como consequência de levantamentos de inteligência realizados pela própria MB ou decorrentes de contatos estabelecidos com o EB, com a FAB ou com outras agências existentes na região.

5.3 Operações Ribeirinhas x Novas Ameaças

Operações de Guerra Naval³⁷ são desencadeadas a partir do surgimento de um conflito que pode ser definido como um “fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades decorrente do confronto de interesses, constituindo uma forma de buscar-se uma solução ou compromisso”. Os conflitos evoluem desde o estado de paz, quando prevalecem as negociações, passando por estado de crise, no qual a força é empregada, seletivamente, para induzir o adversário a negociar, até o limite desse espectro, caracterizado pelo emprego efetivo da força, como ocorre nos estados de conflito armado ou de guerra (BRASIL, 2017).

Uma OpRib é uma Operação de Guerra Naval. Ela “pode ser conjunta ou singular, e tem o propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma Área Ribeirinha (ARib)³⁸, ou para negá-la ao inimigo”. Nesse tipo de operação, “sempre haverá uma contínua

³⁷ De acordo com a DMN, Operações de Guerra Naval consiste no emprego do Poder Naval contribuindo para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa. Ocorre em situações de conflito armado ou guerra em seu extremo (BRASIL, 2017).

³⁸ ARib compreende hidrovia fluvial ou lacustre, terreno e espaço aéreo sobrejacente, caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica ou rede de hidrovias interiores (rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas), que servem de delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície (Ibidem, 2017).

associação à calha do rio” e a força que a realiza chama-se “Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib)” a qual são “atribuídos meios navais, terrestres e aéreos, estruturados em organização por tarefas, para a execução de uma missão específica em uma ARib” (Ibidem, 2017).

Pimentel destaca que na definição fica claro que essas operações somente ocorreriam em uma ARib e que, por si só, isso bastaria. No entanto, analisando com mais atenção a tarefa “obter e manter o controle da ARib”, Pimentel observou um fato incomum, pois definiu-se “uma operação não pelas ações desenvolvidas ou pelo modo de planejamento, mas sim pelo local onde é executada” e elaborou questionamentos, dentre os quais destaca-se o seguinte: “será que poderíamos ter uma OpAnf em um ambiente ribeirinho?” O próprio Pimentel responde que sim, pois uma OpAnf seria definida “pela forma de planejamento, relações de comando e a projeção em terra, não interessando expressamente onde possa ocorrer” (PIMENTEL, 2011).

No entanto, uma OpAnf tem características distintas de uma OpRib. Esta é definida pelo local onde ocorre e não pela forma ou finalidade. Difere também com relação ao preparo do elemento humano para atuar no ambiente ribeirinho, ao planejamento, às fases, as relações de comando e as peculiaridades dos meios navais utilizados.

Este autor entende que OpRib é uma Operação de Guerra Naval e seus conceitos são executados durante o estabelecimento de conflitos armados e em tempos de guerra. O Brasil não está em estado de guerra com seus vizinhos e não existem sinais de que poderá ocorrer tal situação em um curto espaço de tempo. O que existe hoje na AOC são novas ameaças, principalmente o narcotráfico. Este está ocorrendo em tempos de paz, no interior de um único Estado, ou nas fronteiras entre Estados que não estão em conflito. Nesse contexto, empregar o Poder Naval em tempos de paz, utilizando conceitos de uma OpRib, operação esta que está prevista para ser executada em tempos de guerra, estaria correto?

Este autor entende que não, inclusive quanto aos treinamentos que devem ser realizados. Pimentel cita que os americanos entenderam a diferença entre OpAnf e OpRib e “em maio de 2005, formaram um Grupo de Trabalho para apoiar a Revisão Quadri-annual de Defesa”. Foi identificado que existiam sérios vazios na sua capacidade ribeirinha. Sendo assim, ainda em 2005, a fim de combater as novas ameaças, o então Chefe de Operações Navais (CNO), Almirante Vern Clark, definiu que uma das “novas capacidades delineadas seria a de haver uma nova Força Ribeirinha pronta para atuar o mais rápido possível” e esta deveria ter uma nova concepção de emprego (PIMENTEL, 2011).

O almirante Mike Mullen, substituto do Almirante Vern Clark, menciona que os EUA precisariam de uma “força ribeirinha que pudesse operar no outro extremo do espectro”, ou seja, “com capacidade de operar também em águas marron, e balanceada em todos os sentidos da palavra”. Tendo uma força ribeirinha com essa capacidade, acredita que a marinha americana poderia influenciar em outros tipos de eventos. E completa: “Nós teremos uma” (HANCOCK apud PIMENTEL, 2011).

A Colômbia também se tornou referência na construção de uma doutrina de emprego de forças militares em áreas ribeirinhas. Atuando em ambiente operacional muito semelhante ao encontrado na AOC, construiu uma “força ribeirinha bem estruturada e adaptada para uma situação muito particular de crise” que persiste por várias décadas. No entanto, podem ser observados alguns pontos em comum com o Poder Naval hoje existente na AOC (Ibidem, 2011).

A Colômbia “está cuidando de um problema doméstico, quase exclusivamente dentro de suas fronteiras, semelhante à maneira como está previsto o emprego” de nosso Poder Naval. Ela possui “meios adaptados ao emprego regional”. No entanto, a maior diferença, é que “o inimigo está bem definido e não se trata de uma situação de defesa. O enfrentamento é assimétrico”. Eles estão vocacionados para “combater contra elementos adversos que estão nas margens e por isso existe uma grande preocupação com a blindagem contra armas automáticas”. Seu maior esforço visa à “garantir o uso seguro das hidrovias e negá-las à guerrilha” (Ibidem, 2011).

No Brasil, em sua DMN, o emprego Poder Naval abrange, além de suas características e tarefas básicas, aplicações em Guerras Navais, em Atividades de Emprego Limitado da Força³⁹ e em Atividades Benignas⁴⁰.

Este autor entende que o combate as novas ameaças, principalmente o narcotráfico, estariam inseridas em Atividades de Emprego Limitado da Força, muito semelhante ao que é realizado na Colômbia, e isto possibilitaria um estudo da Doutrina de OpRib e uma possível normatização de uma nova modalidade de emprego do Poder Naval decorrente das circunstâncias existentes no ambiente operacional da AOC, a qual nomeiei *Projeção Ribeirinha (ProjRib)*.

³⁹ São aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental. O emprego da força não deve se constituir no principal meio para se atingir um determinado fim; ao contrário, deve haver ponderação nesse sentido (BRASIL, 2017).

⁴⁰ São aquelas nas quais nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito. Quando desempenhadas no exterior, normalmente, são em ambiente permissivo. Há possibilidade de interação com outras forças singulares nacionais ou estrangeiras, organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas, conforme diretrizes emanadas pelo MD (Ibidem, 2017).

5.4 Projeção Ribeirinha

As OpAnf clássicas desenvolvidas e empregadas pelos EUA principalmente durante a Segunda Guerra Mundial no Teatro de Operações do Pacífico, tais como o assalto anfíbio, a incursão anfíbia, a demonstração anfíbia e a retirada anfíbia, perderam força a partir do término da guerra fria. As ameaças clássicas, ou seja, o conflito entre Estados não mais ocorreriam. Ao contrário de uma paz constante, como foi imaginado, começaram a ocorrer vários conflitos de menor porte, que passaram a ameaçar a paz em vários cenários geopolíticos, caracterizando o que foi denominado “novas ameaças a segurança internacional” (FERREIRA, 2014).

Ferreira descreve ainda que as nações perceberam que a forma de aplicação do Poder Naval em um OpAnf, como ela foi concebida e consagrada, já não era adequada. Assim, o conceito clássico de OpAnf teria que ser flexibilizado. Ela deixaria “de ser apenas uma ferramenta de combate para forçar a entrada do Poder Naval em litorais claramente hostis” e passaria a ser avaliada dentro de uma concepção menos bélica, ou seja, estaria “apta a levar soluções às crises que se desenvolveriam em ambientes apenas potencialmente hostis ou permissivos”, o que ensejaria a projeção de uma força “não mais para combater, e sim para colaborar ou mediar conflitos” (Ibidem, 2014).

Nesse contexto, surgiu o conceito de “Projeção Anfíbia (ProjAnf)⁴¹: filha legítima da nova ordem mundial instalada” que passou a integrar a DBM em 2014, assim como a nova DMN em 2017. Ela teria “uma característica ímpar de poder transitar entre os extremos do espectro, ou seja, ela pode ser iniciada como atividade benigna, passar para uma atividade de emprego limitado da força e terminar como uma Operação de Guerra Naval” (Ibidem, 2014).

Na AOC fato semelhante ocorre. A DMN descreve que uma OpRib é concebida para ser utilizada entre dois Estados hostis ou em conflito, com poder igual ou menor ao Estado Brasileiro. Ela é uma Operação de Guerra Naval e seus conceitos foram pensados e descritos para serem executados durante o estabelecimento de conflitos em tempos de guerra.

No entanto, a semelhança do que se definiu como ProjAnf para ser executado um ambiente operacional, na AOC entende-se que fatores iguais conduziram o entendimento

⁴¹ Projeção Anfíbia utiliza-se das capacidades intrínsecas do conjugado anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), operações de apoio a uma Força de Paz, resposta a desastres ambientais e operação humanitária (BRASIL, 2017).

para a adoção de uma nova modalidade de OpRib que este autor nomeou “ProjRib”, pois esta se adequaria perfeitamente ao que é realizado na região.

Ela seria utilizada na AOC em tempos de paz, primordialmente, e em situações que permeiam tanto o combate as novas ameaças, que são atividades de emprego limitado da força, como a ajuda humanitária, atividade considerada benigna, que pode ocorrer em caso de enchentes. Ela estaria ainda no centro do modelo de Grove (Figura 7) e teria total conformidade com o emprego do Poder Naval brasileiro no combate as novas ameaças.

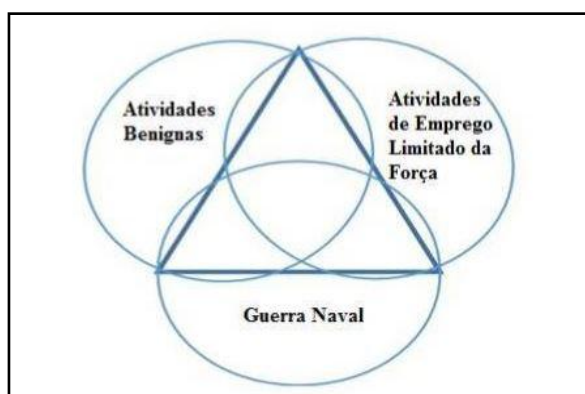


FIGURA 7 - Modelo de Grove para o Poder Naval brasileiro
Fonte: Doutrina Militar Naval, capítulo 2

Importante lembrar novamente que o Alte Monteiro, ainda em 2010, e corroborando com a END, descreveu em sua visão de futuro que “até 2030, o CFN, parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e de projeção de poder”. Como força Estratégica o CFN de hoje já possui “inegável valor estratégico”, decorrente de “capacidades e características desenvolvidas ao longo de sua história”. O CFN deve possuir “estruturas flexíveis e versáteis, ser dotada de grande mobilidade estratégica e ter capacidade de pronta resposta em situações nas quais a rapidez e a oportunidade constituam fatores preponderantes para seu emprego, dentro ou fora do território nacional” (MONTEIRO, 2010).

5.5 Considerações parciais

Considerando que a PND fixa os objetivos da defesa nacional e a END orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los, foi mostrado neste capítulo como está configurado

o Poder Naval na AOC e como suas ações são realizadas, a fim de cumprir o descrito em ambos os documentos.

Delineou-se ainda o que está sendo feito para combater o narcotráfico, a nova e principal ameaça que aflige os ribeirinhos, e que cresce vertiginosamente a partir da fronteira oeste do Estado brasileiro, da Colômbia e do Peru, principais países produtores. Percebe-se que nos dias atuais não há meios navais de combate suficientes para estarem em todos os rios realizando patrulhas navais a fim de se opor a esta ameaça.

Quando ao CFN, ele permanece como uma força estratégica da MB para projeção de poder no interior da AOC, podendo ser empregado de forma expedicionária em um amplo espectro de operações com emprego limitado da força, principalmente no combate as novas ameaças, e benignas, tanto em operações conjuntas⁴² como em operações interagências⁴³ que se impuserem naquela região. Esta modalidade de OpRib cumpre o previsto no LBDN, cujos tópicos considerados mais importantes serão abordados no próximo capítulo.

Concluiu-se também que em muitas ações do Poder Naval são utilizados conceitos inerentes a uma OpRib, o que poderia ensejar questionamentos sobre realizar uma operação de guerra naval sem que o Estado brasileiro esteja em situação de guerra.

Neste capítulo, em consonância com o que está previsto na doutrina do CFN, em relação a uma OpAnf, foram apresentadas questões mostrando que existem elementos suficientes para ser criada uma nova modalidade de OpRib denominada Projeção Ribeirinha, a qual se adequaria perfeitamente a atuação do CFN na AOC. Ela atende a todos os requisitos necessários ao emprego dos fuzileiros navais, a todas as características inerentes aos militares do CFN e ao perfil do ambiente operacional presente na AOC.

⁴² Operações Conjuntas caracteriza-se pelo emprego coordenado de elementos de mais de uma Força Singular nacional, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (BRASIL, 2017).

⁴³ Operações Interagências caracterizam-se pela interação das FA com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. Nesse contexto, agência é uma organização ou instituição com estrutura e competência formalmente constituídas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, nacional ou internacional (Ibidem, 2017).

6 CAPACIDADES DESEJADAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Tendo como objetivo mostrar a importância da AOC para o Brasil, e se a MB está contribuindo para o cumprimento das atribuições subsidiárias na região, principalmente no combate ao narcotráfico, foram descritos, até este momento, aspectos importantes daquele ambiente operacional.

Uma parte fundamental da história e da geografia da região foi descrita, assuntos que, se unidos e bem compreendidos, possibilitam um melhor entendimento da geopolítica feita pelo Brasil nos dias atuais. Inserido neste assunto, justificamos o conceito de posição geográfica estratégica e indicamos a cidade de Tefé que, se ocupada, muito contribuirá para um melhor controle do rio Solimões, principalmente no combate ao narcotráfico, uma das novas ameaças que surgiram a partir dos anos noventa.

Detalhamos algumas diretrizes e objetivos presentes na PND e na END, documentos essenciais e que apontam rumos a serem seguidos a fim de garantir a segurança e a defesa da AOC. Mostramos como o Poder Naval está presente, discriminando os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que estão vocacionados para o combate, seu dimensionamento, as localizações das OM na região e como estes meios atuam na AOC. Assim, seguindo uma linha do tempo, olhamos para o passado e para o presente.

Em virtude dos problemas que atualmente ocorrem na AOC, a partir de agora olharemos para o futuro. O foco neste capítulo, tendo como referência o LBDN, e textos presentes em revistas especializadas, publicadas entre os anos de 2010 e 2018, será indicar ações estratégicas que podem ser implementadas a fim de reavaliar alguns subprojetos de articulação e de aquisição de equipamentos que este autor considera fundamentais para que o poder naval possa, até o ano de 2030, adquirir as capacidades necessárias para melhor cumprir suas atribuições subsidiárias na região, principalmente no combate ao narcotráfico.

6.1 Capacidades

Quais capacidades são necessárias para atuar no ambiente ribeirinho existente na AOC, uma área estratégica para o Brasil? Inicialmente, tende-se a imaginar que ela impõe a qualquer militar combatente ter um preparo diferenciado. Além disso, com relação à logística,

há uma clara necessidade de serem criadas condições para o desenvolvimento de uma melhor articulação e para a aquisição de equipamentos que possibilitem às FA atuarem de forma eficiente, oferecendo-lhes condições de estarem presentes onde for necessário, e eficaz, ou seja, não apenas estarem presentes, mas realizarem qualquer atividade com a rapidez necessária.

Ainda em 2010, na Revista “O Anfíbio”⁴⁴, o CFN já apresentava algumas capacidades orientadoras que delineariam os trabalhos sobre o emprego da MB na AOC, e que estariam presente no LBDN. Ter capacidade de projetar poder, seu pronto emprego e controlar novas ameaças, é a primeira e considerada fundamental. Outra capacidade, a de número dois, estaria voltada para OpRib, a Amazônia, as hidroviáveis e as fronteiras.

Os BtlOpRib representam a principal contribuição do CFN para a priorização e a presença permanente da Marinha na Amazônia, nas fronteiras e nas grandes bacias fluviais, conforme determina a END. Posicionados ao longo das calhas fluviais, em locais considerados mais importantes e sensíveis sob o ponto de vista estratégico, os BtlOpRib terão papel preponderante na condução das operações ribeirinhas e no controle das margens, contribuindo também de forma permanente para o controle das hidroviáveis pela Marinha. **Visando assegurar a existência das necessárias agências de comando e controle, a compatibilidade de procedimentos operacionais entre os BtlOpRib e prover maior visibilidade externa quanto ao aumento da presença da Marinha na Amazônia, ficará sediado em Manaus o Comando da Tropa de Desembarque Ribeirinho (CmdoTrDbqRib).** Ele será responsável pelo emprego coordenado dos BtlOpRib que atuarão na Bacia Amazônica, com sedes nas cidades de Manaus, Tabatinga e Belém. Atualmente, já existe uma Unidade em Manaus, principal centro estratégico e núcleo do poder político na região (O ANFÍBIO, 2010).

Para ter as capacidades necessárias a fim de atingir os objetivos da defesa nacional, a MB desenvolveu internamente um plano de articulação e equipamentos em 2013 no qual estavam presentes projetos e subprojetos visando ampliar a capacidade da MB na AOC para participar de OpRib.

A END estabeleceu “metas para assegurar que os objetivos da Defesa Nacional fossem atingidos”. Importante reforçar que também foram delineadas diretrizes que visavam preparar as FA para terem “capacidades adequadas para garantir a segurança do País tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise”. Dentro desse aspecto, foi desenvolvido e incluído no LBDN todo o trabalho desenvolvido na MB, e “que consolida as propostas das três FA para a distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz” (BRASIL, 2014).

⁴⁴ <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/2010anf.pdf>.

Para a MB, foram inseridos no LBDN sete projetos prioritários e cento e vinte e cinco subprojetos, todos com a clara finalidade de aumentar e fortalecer o Poder Naval a fim de cumprir o estabelecido na PND e na END.

Os sete Projetos Estratégicos da MB são: Recuperação da Capacidade Operacional, Programa Nuclear da Marinha (PNM), Construção do Núcleo do Poder Naval, Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), Complexo Naval da 2ª Esquadra / 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra (2ªFFE), Pessoal e Segurança da Navegação. Esses projetos, em estreita sintonia com parcela importante da sociedade brasileira, têm como um de seus objetivos principais fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID), e capacitá-la a “projetar, desenvolver e construir meios e sistemas navais de alta e média complexidades (Ibidem, 2014).

De todos os subprojetos existentes, mostraremos que alguns este autor entende que podem ser aperfeiçoados no tocante ao seu dimensionamento e futuro posicionamento a fim de que a MB possa melhor cumprir sua missão.

6.2 Subprojetos de Articulação para a MB

Neste item abordaremos alguns subprojetos de Articulação já planejados pela MB, mas que poderiam ser aprimorados a fim de melhor atender ao previsto na END quanto a presença do Poder Naval na AOC.

6.2.1 Criação de um BtlOpRib em Tabatinga

Este subprojeto foi proposto a fim de aumentar a presença da MB nas calhas e regiões de fronteira da AOC, atendendo ao previsto em uma das diretrizes da END. Entretanto, em função da própria END, em um de seus objetivos estratégicos, está descrito que o CFN deve ser utilizado “para assegurar sua capacidade de projeção de poder (...) devendo estar em permanente condição de pronto emprego (...) para consolidar-se como A força de caráter expedicionário por excelência” (BRASIL, 2014).

A diretriz sete da END indica a necessidade de unificar e desenvolver “operações conjuntas das três FA, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos” e a diretriz oito direciona para o necessário reposicionamento de efetivos das três FA no Brasil como um todo, “sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País”. Consta ainda que os “Comandos de área das três FA terão suas áreas de jurisdição coincidentes”. A diretriz nove, já mencionada no capítulo 4, mostra a necessidade de “adensar a presença de unidades da MB, do EB e da FAB nas fronteiras” (Ibidem, 2014).

Sem desconsiderar o mostrado nas três diretrizes citadas, este autor entende que para o CFN, adensar sua presença na fronteira não significa estar estacionado fisicamente na linha de fronteira com um Batalhão. Sobre o posicionamento deste em Tabatinga, de forma estacionária, semelhante ao que faz o EB no local com o 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8ºBIS), questiona-se o seguinte: Ocupar fisicamente essa posição estaria de acordo com as características de emprego de tropas do CFN? Estaria alinhada ao que está descrito na END, ou seja, o CFN ser uma “uma força estratégica, devendo ter capacidade expedicionária”?

Este autor entende que não, pois estando estacionado fisicamente na fronteira, não lhe daria a necessária flexibilidade e, principalmente, capacidade de ter mobilidade estratégica, entendida como a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito. Não teria também mobilidade tática, entendida como a aptidão para se mover dentro da região” (BRASIL, 2014).

Estando em Tabatinga, entende-se que, em caso de alguma ação adversa em outros locais ou rios importantes, e que penetram no Brasil pelos setores oeste/sudoeste, leia-se rios Japurá, Içá e Juruá, esse Batalhão do CFN ficaria imobilizado, o impedindo de movimentar-se dentro da AOC naquela área de importância estratégica.

Importante destacar que já foi mencionado neste estudo que na cidade de Coari foi construído o Terminal Aquaviário da Petrobrás⁴⁵ de onde são escoados petróleo e gás produzidos na região de Urucu. É uma posição estratégica para o Brasil na região. Deste terminal foi construído um oleoduto que abastece de petróleo a Refinaria de Manaus a qual supre com GLP mercados de estados do Norte e do Nordeste. Observando os rios que penetram nos setores oeste/sudoeste, todos desembocam no rio Solimões abaixo de Tabatinga. Ou seja, tendo um BtlOpRib estacionado naquela cidade, uma terminal estratégico poderia ser

⁴⁵<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/terminal-coari.htm>.

atingido sem qualquer defesa por parte da MB naquele ambiente operacional do Alto Solimões.

Desta forma, e de acordo com o que foi mencionado no capítulo dois quanto a importância de se definir uma necessária posição estratégica que controle uma parcela importante da região, no caso, a fronteira oeste/sudoeste, e impeça que ações sejam perpetradas a partir dos principais rios afluentes do rio Solimões- Japurá, Içá, Javari e Juruá, este autor entende que um BtlOpRib poderia ser criado na cidade de Tefé (figura 8), ao invés de Tabatinga, onde, inclusive, já existe uma Brigada do EB, uma pista da FAB e uma agência do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA).

Esse posicionamento em Tefé coincidiria com os objetivos previstos na PND e na END, pois fortaleceria a interoperabilidade entre as FA na região, e ainda, contribuiria com a segurança estabelecendo um arco de proteção (figura 9) contra o narcotráfico que está entrando no Brasil fazendo uso da rota Solimões.



Figura 8 - rotas principais do narcotráfico
Fonte: Exército Brasileiro

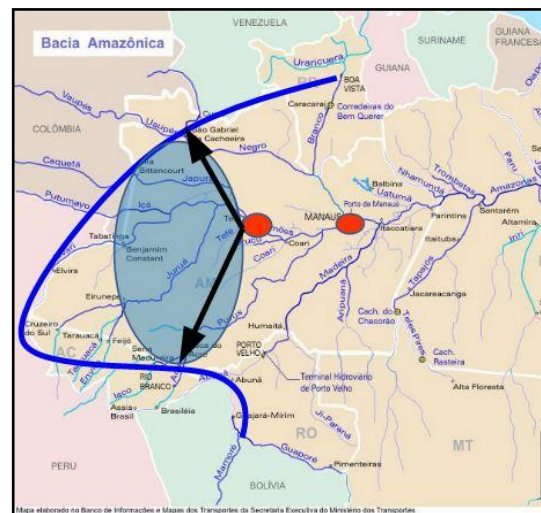


Figura 9 - Posição estratégica e arco de segurança
Fonte: Exército Brasileiro

Mantendo o que é realizado atualmente, desse Batalhão em Tefé, seria destacado um pelotão na CFT em Tabatinga, em sistema de rodízio, para garantir a necessária segurança de suas instalações navais na cidade. O pelotão contribuiria com as tarefas da CFT. Tal situação diminuiria o esforço logístico que hoje é realizado pela FAB, a qual transporta a cada dois meses um pelotão de Manaus para Tabatinga. De Tefé um pelotão chegaria em menos de oito horas navegando. Em uma situação de crise, cabe registrar que o Comando de Fronteira Solimões/ 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8ºBIS) cumpre tarefas de defesa da cidade de Tabatinga.

6.2.2 Criação de uma Estação Naval de Tabatinga

Este subprojeto também foi proposto a fim de aumentar a presença da MB na fronteira da AOC e aumentar sua capacidade de manutenção de meios navais naquela área. No entanto, este autor faria uso das argumentações já delineadas no item 6.2.1, quando reforça a necessidade de se escolher uma posição geográfica estratégica que possibilitaria a MB reagir contra ações adversas perpetradas naquele ambiente operacional.

Reforça ainda que criar uma unidade logística em Tabatinga poderia aumentar sua vulnerabilidade em situações adversas. Ela também estaria isolada por água em caso de ações adversas realizadas em posições rio abaixo, tendendo a torná-la inoperante.

Este autor entende que a melhor posição para o estabelecimento de uma Estação Naval seria na cidade de Tefé. Nesta cidade, essa unidade teria a possibilidade de criar parcerias com a Brigada do EB já existente na cidade, fomentaria o desenvolvimento de infraestrutura logística local em todos os aspectos, possibilitando o desenvolvimento de capacidades ainda não exploradas, tais como realizar a manutenção de meios navais em locais afastados dos principais centros logísticos. Dessa forma, as FA na cidade poderiam trabalhar com maior interoperabilidade, tanto no campo operacional quanto no campo logístico.

O Comandante da ENRN, CF Andresson, ao ser entrevistado sobre a criação de uma Estação Naval em Tabatinga, respondeu que “este projeto poderia inibir a entrada de drogas”, mas ressalta que “a manutenção destas estruturas na área citada, necessitaria de um grande fluxo logístico proveniente de Manaus e também um desenvolvimento da região de Tabatinga”, pois esta cidade é bastante precária. Ele acredita que essas OM deveriam “ser quase autossuficientes”, contemplando “todas as estruturas necessárias para a manutenção destas OM”. Dessa forma, o oficial sugere que na cidade de Tefé, seria melhor “por estar mais ou menos no meio do caminho entre Tabatinga e Manaus”

6.2.3 Criação de um Comando da Tropa de Desembarque Ribeirinho em Manaus

Em uma área como a AOC onde existem grandes dificuldades operacionais e logísticas, já apontadas anteriormente, é natural que se tenha necessidades de comando e controle adicionais quando se cria outras organizações militares.

No momento em que for criado um terceiro BtlOpRib na região, este autor entende que seria importante criar um CmdoTrDbqRib, a semelhança do Comando da Tropa de Desembarque (CmdoTrDbq)⁴⁶, unidade do CFN localizada no RJ e que tem a tarefa de “dotar o componente de Comando dos GptOpFuzNav de elementos inteiramente voltados ao planejamento e à execução de diversas operações”.

Esta nova unidade, o CmdoTrDbqRib, serviria como catalisadora de planejamentos de alto nível, assessorando o Com9ºDN no planejamento dos exercícios e das operações, tanto conjuntas quanto interagências, com maior produtividade e em um nível estratégico e operacional que seja adequado ao emprego de um GptOpFuzNav de nível Unidade Anfíbia (UANf).

Em 2010, Monteiro já realçava a necessidade de “assegurar a existência das necessárias agências de comando e controle”, garantindo com isso “a compatibilidade de procedimentos operacionais entre os BtlOpRib”. Para atingir esse objetivo, indicava a necessidade de ser criada uma Unidade que seria “responsável pelo emprego coordenado dos BtlOpRib que atuariam na Bacia Amazônica” (MONTEIRO, 2010).

Esta organização militar possibilitaria também um estreitamento nas relações com as Brigadas do EB, com unidades da FAB na região, com as agências ligadas aos órgãos de segurança pública de todos os Estados e com o ComFlotAM.

Sua criação também fortaleceria os BtlOpRib e os liberaria para a execução da manutenção de um ciclo interno de adestramento, tirando dos mesmos encargos administrativos, ligados as fases de reconhecimentos estratégicos e operacionais, e ainda, dos planejamentos, que ora são realizados por essas unidades em função das necessidades que se impõem.

6.2.4 Ampliação e Elevação da Agência Fluvial de Tefé à categoria de Capitania

Em virtude da elevação da quantidade de meios flutuantes utilizados, tanto por moradores quanto por elementos adversos que descem o rio Solimões com destino a Manaus, estes últimos praticando atos ilícitos, a área sob controle operacional da atual agência da MB

⁴⁶ <http://www.cmdotrdbq.mb/trpdbq/>

em Tefé já mostra a necessidade de um incremento de meios para que ela possa executar com eficiência e eficácia suas ações.

As atividades da Agência⁴⁷ abrangem os seguintes municípios do Amazonas: Alvarães, Carauari, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Maraã, Tefé e Uarini, além de inúmeras comunidades compreendidas nessa extensa área, atingindo quase 3.000 km de vias navegáveis. As distâncias que se impõem à agência para sua atuação tornam suas ações limitadas em virtude da falta de meios logísticos e de pessoal.

Ampliando esta unidade do SSTA da MB na região, certamente propiciará uma maior efetividade nas ações e criará condições para que se ampliem os contatos com a Brigada do EB existente na cidade e autoridades locais.

6.3 Subprojetos propostos para inserção no PAED para a MB

Alguns subprojetos não foram inseridos no LBDN, mas este autor os considera fundamentais para que a MB adquira algumas capacidades. As unidades militares que existem atualmente executam suas tarefas com dificuldades em virtude das relações de comando ora existentes e das distâncias envolvidas. As responsabilidades da MB na região têm crescido de uma forma extraordinária, todavia a Força praticamente continua com a configuração de combate operacional que tinha no século passado, ou seja, o ComFlotAM, o BtlOpRib e o EsqdHU-3. Desta forma, serão listadas algumas propostas, visando aumentar a capacidade operacional, assim como serão detalhados os motivos.

6.3.1 Criação da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas

A criação do ComFlotAM foi feita por D. Pedro II, por meio do Aviso de 2 de junho de 1868. Ele teve como sede inicial a cidade de Manaus, capital da província do Amazonas, e tinha como tarefa policiara as fronteiras fluviais do norte/ noroeste, fazendo valer as normas e tratados existentes à época para garantir os interesses do Império⁴⁸.

⁴⁷ <https://www.marinha.mil.br/com9dn/node/183>

⁴⁸ <http://www.comflotam.mb/node/9>

Naturalmente estar presente na sede da província, em uma região onde os rios eram as únicas vias para deslocamento das pessoas e materiais, teve como motivo garantir a segurança da própria capital e da navegação regionalizada. Era uma visão padronizada de garantir sua segurança porque Manaus era o centro econômico da Amazônia, tinha as maiores concentrações demográficas e para ela todos os movimentos por água fluíam a partir das fronteiras norte, pelo rio Negro, e oeste, pelo rio Solimões. À época, cabe registrar, não existiam ameaças.

O ComFlotAM tem como uma de suas tarefas “manter uma Força Pronta, aprestada para executar OpRib e efetuar Patrulha Naval (PatNav) no rio Amazonas, a montante de Santarém, e nos rio Negro e Solimões e seus tributários”. Além dessa tarefa principal, ele ainda tem tarefas secundárias quais sejam, “cooperar com a CFAOC nas suas atividades, participar nos programas de cooperação com as demais FA, colaborar com outras agências governamentais na fiscalização da legislação e participar de Ações Cívico-Sociais (ACISOS) e no desenvolvimento socioeconômico”⁴⁹.

Em virtude dos inúmeros problemas relativos às novas ameaças ocorrendo nas áreas de fronteiras, o ComFlotAM atualmente se faz presente onde e quando pode em virtude das distâncias envolvidas. Tendo seus meios concentrados na cidade de Manaus, quando ocorre algum problema na fronteira, e cito a cidade de Tabatinga como exemplo, para que algum meio chegue a esta cidade, mesmo estando o navio nas suas melhores condições de navegação, e não ocorrendo nenhum tipo de problema durante o traslado, ele chegará ao local após oito dias⁵⁰, não logrando êxito em realizar ações imediatas na sua resolução.

A CFT tem sob sua subordinação operacional um PelFuzNav o qual a apóia nas ações de Inspeção Naval (InspNav), na sua Segurança Orgânica (SegOrg) e aos navios quando estes estão operando na região. Todavia, ela não tem condições de atuar de forma eficiente e eficaz contra o narcotráfico presente na região, decorrente da falta de meios operacionais e logísticos adequados.

Na END está descrito que “sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente (...) nas grandes bacias fluviais do Amazonas”(BRASIL, 2014). Nos dias atuais, com relação à AOC, Manaus está localizada em um local estratégico, é a principal cidade e a capital mais importante, no entanto sua localização não é central em

⁴⁹ <https://www.marinha.mil.br/comflotam/node/6>

⁵⁰ Informação passada pelo CMG Silva Filho, Comandante da Flotilha do Amazonas em 2016/ 2017, por meio de entrevista (Apêndice A).

relação à própria AOC, e os meios de combate nela posicionados estão muito afastados das áreas de fronteira dificultando sobremaneira qualquer ação de controle ou de projeção de força.

Ao contrário de Manaus, observando o desenho geográfico da AOC, nota-se claramente que a cidade de Tefé ocupa um ponto central. Se nela for posicionada uma força naval capaz de interagir com a população local, certamente ela contribuirá na inspeção da navegação nos rios por meio de patrulhas, apoiará a fiscalização das ações do SSTA presente na cidade e combaterá com mais eficiência e eficácia os narcotraficantes que adentrarem o território a partir da fronteira a oeste.

Dessa forma, tendo sido sugerida a criação de um BtlOpRib e de uma Estação Naval em Tefé, ao invés de Tabatinga, e ainda, a elevação da Agência de Tefé para Capitania, este autor sugere que seja incluído o subprojeto de criação da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas em Tefé, a qual teria, administrativamente, o mesmo perfil do atual ComFlotAM.

Essa Divisão Naval teria como tarefas as mesmas do ComFlotAM, no entanto sua área de atuação seria em toda a malha fluvial a partir da cidade de Coari até Tabatinga e rios afluentes, ou seja, o Alto Solimões. Sugere-se ainda, a concentração na cidade de cinco navios subordinados, sendo três patrulhas, um da classe Pedro Teixeira e dois da classe Roraima, e ainda, dois Navios de Assistência Hospitalar. O navio classe Pedro Teixeira cumpriria ações prioritariamente na calha principal do rio Solimões, em virtude de sua estrutura e calado, e os da classe Roraima seriam empregados em patrulhas nos afluentes.

Tendo uma nova Divisão Naval da Flotilha do Amazonas na cidade de Tefé, junto com um BtlOpRib e uma Estação Naval, proporcionaria um melhor controle de todos os meios navais que descessem os rios Solimões, Içá, Japurá, Javari e Juruá, uma maior rapidez nas movimentações de meios navais que se fizerem necessárias para a região de fronteiras e uma necessária interoperabilidade com as FA existentes na região. Além disso, em uma visão em perspectiva, com a aquisição de equipamentos previstos no LBDN, essa Divisão poderia tornar-se uma o Comando Naval da Flotilha do Alto Solimões, tendo como sede a cidade de Tefé.

Criando uma 2ª Divisão Naval da Flotilha e o 3ºBtlOpRib em Tefé, decorrente da importância cada vez maior da AOC, e a fim de possibilitar um melhor comando e controle sobre ações que tenham navios, tropas de fuzileiros navais e aeronaves, quando for necessário, poderá ser formado uma Força Tarefa Ribeirinha do Alto Solimões a partir de Tefé, a qual teria como propósito a realização do planejamento e o emprego de meios da MB em situações reais no Alto Solimões. Isto possibilitaria uma maior interoperabilidade com

outras unidades das FA e das forças de segurança do Estado do Amazonas. As operações, tanto conjuntas quanto interagências, também terão maior produtividade em nível de qualificação estratégica e adequada ao emprego de um GptOpFuzNav de nível UAnf.

6.3.2 Criação da 1ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas

Em consonância com a criação de uma 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas na cidade de Tefé, considera-se fundamental criar a 1ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas em Manaus, a qual teria, administrativamente, o mesmo perfil do atual ComFlotAM. Ela teria quatro navios subordinados, sendo dois patrulhas, um navio classe Pedro Teixeira e um navio classe Roraima, e ainda dois Navios de Assistência Hospitalar.

Essa Divisão teria como tarefas as mesmas do ComFlotAM, no entanto teria como área de responsabilidade o rio Negro, e seus tributários, o rio Solimões, e seus tributários, mas neste último somente até a cidade de Coari, exclusive. Além disso, em uma visão em perspectiva, com a aquisição de equipamentos previstos no LBDN, essa Divisão poderia tornar-se um Comando Naval da Flotilha do Baixo Solimões e Amazonas, tendo como sede a cidade de Manaus.

Criando uma 1ª Divisão Naval da Flotilha em Manaus, e já existindo o 1ºBtlOpRib na cidade, quando for necessário, poderá ser formada uma Força Tarefa Ribeirinha do Baixo Solimões e Amazonas a partir de Manaus, a qual teria como propósito a realização do planejamento e o emprego de meios da MB em situações reais. As operações, tanto conjuntas quanto interagências, também terão maior produtividade em nível de qualificação estratégica e adequada ao emprego de um GptOpFuzNav de nível UAnf.

6.3.3 Criação de uma Companhia de Apoio ao Desembarque Ribeirinho

De acordo com o Anexo A, o 1ºBtlOpRib possui atualmente trinta e seis embarcações de transporte de tropa (ETT que têm capacidade de transportar seis militares armados e equipados e atuar em inspeções navais e no combate ao tráfico. Elas possuem motores de popa de dois ou quatro tempos e potência de 40HP/50HP. São quarenta e um

motores, sendo vinte e quatro unidades do fabricante yamaha, duas unidades suzuki e quinze unidades maranello (Anexo A).

Além dessas embarcações de menor porte, o Batalhão possui cinco lanchas de transporte de tropa (LAEPFLU-12). Elas têm capacidade de transportar trinta militares armados e equipados. Elas possuem motores de popa de dois ou quatro tempos e potência de 90HP/115HP/150HP. São quinze motores, sendo seis do fabricante yamaha, quatro suzuki e cinco mercury.

O Batalhão possui também seis embarcações de desembarque pneumática (EDPn), com motores de popa de dois tempos e potência de 25HP. São dois motores do fabricante yamaha.

Em 2018, o Batalhão assinou um contrato visando receber uma lancha de multipropósito que tem capacidade tanto operacional quanto logística. Ela transporta dezoito militares e possui motores de quatro tempos e potência de 200HP. São dois motores do fabricante MERCURY. De acordo com o descrito no LBDN, o Batalhão receberá mais trinta e três embarcações desse modelo.

Diante do descrito, e sabendo que na AOC existem restrições operacionais e limitações logísticas, tendo uma dotação desta grandeza, o 1ºBtlOpRib tem dificuldade em manter suas embarcações e lanchas em um local adequado e realizar as manutenções previstas, em virtude de não ter em seus quadros militares qualificados e capacitados para manter tanto as embarcações quanto os motores descritos.

Dessa forma, este autor entende que seria fundamental a criação de uma Companhia de Apoio ao Desembarque Ribeirinho (CiaAPDbqRib), a semelhança da Companhia de Apoio ao Desembarque (CiaApDbq)⁵¹, unidade do CFN localizada no RJ.

Essa nova unidade, a CiaAPDbqRib, seria composta por militares que sairiam do efetivo do próprio 1ºBtlOpRib, receberia toda a carga administrativa e operativa com relação as embarcações e poderia ser posicionada no mesmo local onde nos dias atuais encontra-se a ENRN. Ela atuaria estrategicamente, com total autonomia, e em proveito não apenas do 1ºBtlOpRib mas do Com9ºDN, quando houver necessidade. Teria capacidade de planejar uma correta manutenção de seus meios navais orgânicos pois seria também absorvida pela cadeia financeira e de suprimento da MB, tendo autonomia própria.

⁵¹ <https://www.marinha.mil.br/sim/pt-br/estrutura-organizacional-0>

6.3.4 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR)

Na cidade de Manaus, decorrente do número de militares servindo atualmente no Com9ºDN, não existem PNR para suprir a quantidade necessária. Desta forma, no caso de serem criadas estruturas militares em Tefé, poderiam ser feitos investimentos na construção de PNR em áreas pertencentes a União, em estreita colaboração e acordos institucionais com o EB, que já tem sua Brigada instalada em uma ampla área. Essa ação estratégica muito favoreceria a cidade possibilitando o fomento e desenvolvimento da construção civil local. Cabe registrar que em Tefé já existem Hospitais em pleno uso e um Posto Médico de Guarnição de Tefé (Tefé/AM)⁵² do EB, tipo III.

6.4 Subprojetos de Equipamentos para a MB

Neste item será abordado o subprojeto de equipamento já planejado pela MB que considero fundamental para melhor atender ao previsto na END quanto à mobilidade operacional e tática na AOC.

6.4.1 Lanchas de Combate e Embarcações para o SSTA

Ainda em 2001, durante os estudos para o estabelecimento do empreendimento modular número quinze (EM-15), foi estabelecido um cronograma de transformação do GptFNMa em BtlOpRib, quando observou-se a necessidade de mobiliar a nova Unidade com trinta e quatro lanchas de combate.

O EM-15 possibilitaria que o CFN, atuando como força estratégica na AOC, tivesse capacidade expedicionária, tendo como um de seus objetivos adquirir mobilidade estratégica para responder rapidamente a qualquer tipo de ameaça ou agressão, conforme

⁵² <http://www.dsau.eb.mil.br/index.php/unidades>.

citado pelo Almirante Monteiro em 2010 quando exercia o cargo de Comandante Geral do CFN (MONTEIRO, 2010).

Disse ainda Monteiro, que uma “força estratégica deve possuir estruturas flexíveis e versáteis, e ser dotada de grande mobilidade estratégica” (MONTEIRO, 2010). Como já pontuado anteriormente, quando abordamos tópicos da END, essa mobilidade significaria ter “capacidade de chegar rapidamente à região sob conflito o que a diferencia de mobilidade tática que significa manter-se movimentando-se dentro da área ou região sob conflito” (BRASIL, 2016).

Na DMN, entende-se por reservas táticas “forças articuladas, em profundidade, numa determinada área estratégica, com mobilidade suficiente para serem empregadas na própria área estratégica onde estão localizadas” visando “apoiar ou contra atacar forças adversas que tenham penetrado e estejam atuando no território brasileiro”. Atuar desta forma passa pelo adequado emprego do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (BRASIL, 2017)

Sendo criado o 3ºBtlOpRib, a 2ªDivisão Naval da Flotilha em Tefé, e ampliada a agência do SSTA já existente na cidade, tais medidas possibilitariam denominar essas OM como “reservas táticas”. No entanto, para cumprir suas tarefas, elas teriam que possuir embarcações que possibilitem a elas atuarem com eficiência e eficácia contra o narcotráfico.

Em 2017, quando o autor foi o Comandante do 1ºBtlOpRib, foram realizados testes com o protótipo de uma lancha multipropósito de fabricação totalmente nacional, essencial para possibilitar o desenvolvimento de uma mobilidade estratégica e operacional ao GptOpFuzNav, elemento integrante de uma Força de Emprego Rápida (FER). Além da capacidade de transportar dezoito militares, sendo cinco tripulantes e um Grupo de Combate totalmente armados e equipados, ela perfaz uma velocidade de quarenta nós em velocidade de cruzeiro e tem autonomia de trezentas milhas. Além desse perfil, ela terá uma metralhadora pesada.50mm em sua proa e duas metralhadora a gás 7,62mm em suas laterais, ou seja, um poder de combate considerado essencial.

Os resultados foram considerados muito positivos, pois a lancha ofereceu o considerado fundamental naquele ambiente operacional para se opor as novas ameaças: transporte de tropa, alta velocidade, blindagem, poder de choque e mobilidade estratégica e tática. A MB assinou um contrato com a empresa fabricante a qual produzirá um modelo para atuar na AOC (figura 10).



Figura 10 – Lancha Multipropósito ARUANÃ
Fonte: 1ºBtlOpRib

No EM-15, utilizado como referência na ampliação do BtlOpRib em Manaus a partir de 2002, foi planejado um total de trinta e quatro lanchas de combate. Em função do proposto nos itens 6.2.1 e 6.2.2, ou seja, a criação de um 3ºBtlOpRib e de uma Divisão Naval da Flotilha, ambos em Tefé, e ainda, em função do crescimento do narcotráfico, o qual dispõe de meios com grande velocidade, Este autor propõe que sejam adquiridas dezessete lanchas de combate para o 1ºBtlOpRib e oito para o 3ºBtlOpRib o a fim de que eles possam atuar e apoiar todas as ações das Unidades da MB e de outras FA, quando e onde for necessário. Estas embarcações seriam mobiliadas na Companhia de Apoio ao Desembarque Ribeirinho.

6.5 Considerações parciais

A MB realizou um planejamento estratégico visando à modernização de seus meios de combate e uma nova articulação de suas Unidades em 2013. Para consolidar esse trabalho interno, e torná-lo viável de acordo com perspectivas econômicas e políticas, as informações migraram para o MD. Neste, foi realizado um trabalho de amplo alcance unindo em um único arcabouço as necessidades das três FA. Os projetos e subprojetos mais importantes foram sintetizados no LBDN, o qual mostrou a sociedade brasileira, e ao mundo, quais caminhos no campo militar o Brasil escolheu seguir.

Para que os caminhos escolhidos sejam menos tortuosos, é fundamental observar diariamente a evolução no entorno estratégico do Brasil e em seu âmbito interno, detectar as

novas ameaças e, a partir da conjuntura analisada, desenvolver capacidades para garantir a defesa e segurança do País. Essas capacidades devem estar calcadas em uma estratégia para que o Brasil e suas FA atuem de forma conjunta em todos os ambientes operacionais, particularmente no ribeirão existente na AOC em virtude de suas peculiaridades muito singulares.

Objetivou-se nesta seção descrever ações e alterações estratégicas significativas em alguns subprojetos, e sugerir a inserção de outros que o autor entende como essenciais, para que a MB possa ADQUIRIR AS CAPACIDADES DESEJADAS PARA melhor se opor e combater o narcotráfico.

O autor entende ainda que a cidade de Tefé reúne todas as condições estratégicas e operacionais para que a MB possa criar importantes unidades, tais como uma Divisão Naval e um BtlOpRib, e ampliar a agência fluvial existente no local e integrante do SSTA.

Dessa forma, a MB atuará com eficiência, tendo condições de estar presente onde for necessário, e com eficácia, ou seja, não apenas estar presente, mas realizar qualquer atividade com a rapidez necessária.

7 CONCLUSÃO

A AOC tem um valor geopolítico imensurável na América do Sul. Historicamente, sua conquista demandou difíceis ações durante séculos, que resultaram em diversas escaramuças entre os portugueses, detentores por direito da região, contra espanhóis, franceses, holandeses e norte-americanos, invasores que tentaram se estabelecer na região em diferentes momentos, em virtude do seu tamanho geográfico e das inúmeras possibilidades econômicas que apresentavam.

Para as FA, e particularmente para a MB, nos dias atuais, manter essa conquista, controlar e garantir sua defesa e segurança, cumprindo inúmeras atribuições subsidiárias e outros eventos que se façam necessários, requer um correto planejamento, uma visão apurada e um dimensionamento de parcela da MB que na AOC exercem atividades por conta da dimensão geográfica.

O EB encontra-se posicionado no interior da AOC em cidades ribeirinhas e próximo às fronteiras, contudo ele é estático e tem como principal tarefa a defesa do território brasileiro contribuindo para impedir a entrada por terra, e pelos rios penetrantes, de elementos adversos. A FAB é dinâmica no espaço aéreo atuando para impedir a entrada pelo ar de aeronaves não registradas.

Apesar de estarem atuantes na AOC, essas Forças pouco estão presentes nos rios, as principais estradas da AOC. Assim, faz-se necessário entender o dimensionamento do Poder Naval em função da dificuldade que o Estado tem de se fazer presente nos rios e do enorme vazio demográfico existente na região, proporcionando facilidades para prática de crimes de naturezas diversas.

O cenário atual aponta para o crescimento desses crimes, nomeados como novas ameaças. O principal, sem dúvida, é o tráfico de drogas dominado por narcotraficantes ligados principalmente as FARC, que têm provocado uma percepção negativa da população, gerando um ambiente ribeirinho antagônico. Índices apontados pela SSP-AM mostram números alarmantes, indicando um aumento na apreensão de cocaína que praticamente dobrou entre 2016 e 2018.

Esses índices mostram ainda que a AOC passou a ter mais importância para o narcotráfico, por ser uma região com grandes facilidades para sua passagem visando os mercados da Europa e dos EUA, e em função do aumento do consumo no Brasil.

Notou-se também a elevação do número de apreensões de armas entre 2017 e 2018, as quais deveriam ter sido entregues pelas FARC ao governo colombiano, fruto de acordo recente, mas que são utilizadas para a segurança do tráfico.

Essas informações mostram vulnerabilidades existentes na AOC. Estrategicamente, os narcotraficantes aumentam a criminalidade contra a população ribeirinha e os meios de transporte de mercadorias dessa população ao longo dos rios, desde as fronteiras, para garantir um continuado e seguro tráfico de drogas e imporem uma cultura de medo. Isto causa enormes danos econômicos ao comércio da região.

Além disso, os narcotraficantes estão cada vez mais audaciosos e fazem uso de embarcações de pequeno porte para transportar uma quantidade elevada de drogas. Usam ribeirinhos, muitos sem qualquer passagem pela polícia, para transportá-la e conseguem chegar a vários locais ao longo dos rios, principalmente em cidades próximas à capital.

Manaus, por ser a capital do Estado do Amazonas, aparece como área mais afetada por esse tráfico. Em todos os índices da SSP-AM, nota-se um aumento da criminalidade na cidade em função do tráfico.

A MB está presente na cidade de Manaus há 150 anos porque nela se concentra a maior economia da AOC e uma grande concentração demográfica. No entanto, o Poder Naval já não consegue deter ou mitigar o avanço do narcotráfico sobre a cidade e sobre as maiores cidades ribeirinhas no rio Solimões a partir do setor oeste da AOC.

Com o passar dos anos, o que antes ocorria nas fronteiras, ou próximo a estas, avançou pelos rios e chegou à capital com vigor e um potencial destrutivo. O uso intensivo dos rios para cometer atos ilícitos mostra que há necessidade de um olhar mais atento para a forma como são feitos esses transportes, sobre quais caminhos são mais utilizados, quem transporta, quais tipos de embarcações estão envolvidas e, principalmente, como detê-los ou, pelo menos, como dificultar esses movimentos.

Para isso, foi necessário buscar orientações na PND e na END, pois são estes documentos que indicarão o caminho e a estratégia que o Estado brasileiro adotará a fim de alcançar objetivos estratégicos. Alguns são fundamentais, pois cresce de importância a interoperabilidade entre as FA no sentido de vigiar de forma conjunta a navegação nas águas jurisdicionais brasileiras, o espaço aéreo e as fronteiras terrestres, dando-lhes capacidade de reagir empregando, quando e onde for necessário, as reservas táticas e estratégicas.

Para que as reservas sejam empregadas é necessário ter mobilidade estratégica, operacional e tática em virtude das grandes dimensões envolvidas.

A base dessa mobilidade é ter um sistema de vigilância, controle e monitoramento de toda a região, uma correta articulação de Unidades da MB e a presença do Poder Naval em uma posição geográfica estratégica central a fim de que esse conjunto de ações permita antecipar movimentos ao longo das fronteiras, ou quando estas forem ultrapassadas, possibilitando o emprego dos meios navais de combate de forma adequada, exequível e aceitável.

Geograficamente, foi estudado o mapa da AOC para que fosse apontado um ou mais locais de onde poderia ser lançado um poder de combate com o objetivo de reagir às ações de narcotraficantes contra a população nas fronteiras ou próximo a elas. Essa, ou essas posições, deveriam ser próximas ao rio Solimões, o principal rio, e ter capacidade de anular ou minimizar ações adversas nos rios, pois fortaleceriam o desenvolvimento do modal de transporte fluvial possibilitando seu continuado crescimento na região e ainda, exerceria um melhor controle sobre quando, como e o que passa pelos principais rios que cortam o interior da AOC.

Outro fator abordado nos remete a localização do Terminal Aquaviário de Coari, local estratégico na região, e de onde são escoados para os Estados da Região Norte e Nordeste petróleo e gás produzidos na região de Urucu. Observando-se os rios que penetram nos setores oeste do Brasil, todos desembocam no rio Solimões, acima da cidade de Coari. Não ter meios navais de forma permanente em algum ponto ou cidade acima deste terminal é uma clara vulnerabilidade estratégica.

Nesse contexto, identificaram-se posições que permitiriam às FA e aos OSP atuarem de forma centralizada em matéria de comando e controle. Notou-se, durante o estudo, que dentre todas as cidades, estar presente em Tefé é fundamental, pois ela fica no rio Solimões, localizada logo abaixo da foz dos três principais rios penetrantes – Japurá, Içá e Juruá, que, a partir das fronteiras oeste, entram no Brasil e deságuam no rio Solimões, acima do Terminal Aquaviário de Coari.

Corroborando essa conclusão, nela já estão presentes uma Agência Fluvial da MB, um Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA-TF) da FAB e o 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Amazonas (3ºBPM). Presente também está o Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva do EB (16ªBInfSI), a qual tem várias Unidades subordinadas na cidade de Tefé e outras em Tabatinga, como o Comando de Fronteira Solimões/ 8º Batalhão de Infantaria de Selva.

Salienta-se ainda que a centralização de tropas e meios de combate das FA nesta cidade, possibilitaria a criação de um Centro de Comando e Controle Conjunto na cidade, que

poderia fomentar a instalação de órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência e da Polícia Federal, que trocariam informações por meio de uma única rede de comando e controle. Dessa forma, possibilitaria que planejamentos de alto nível pudessem ser revisados e modificados, se necessário.

Além de apontar Tefé como uma cidade estratégica no combate ao narcotráfico, faz-se necessário algumas ações estratégicas visando investir mais e melhor no preparo individual dos militares da MB, rearticular unidades previstas para serem criadas e inseridas no LBDN para o crescimento da MB na AOC e a adquirir equipamentos para responder com sucesso no combate a essas novas ameaças.

No que se refere à articulação e aos equipamentos, se a MB conseguir cumprir no menor tempo possível os projetos e subprojetos traçados no LBDN, ela teria a possibilidade de atender às diretrizes apontadas na END, e certamente possibilitaria melhorar o combate ao tráfico de drogas na AOC. Quanto ao tráfico, desde a aprovação da PND, passando pela END, o estado brasileiro tem estabelecido objetivos para tentar reduzi-lo.

Pela dimensão da região é impossível estar em todos os locais ao mesmo tempo e manter uma vigilância constante nas fronteiras detectando todos os invasores. Quando o Poder Naval necessita realizar o emprego limitado da força, movimentando por água seus meios de combate para a fronteira oeste, vários dias de navegação são consumidos até que se alcance os limites mais extremos. Isto impossibilita uma ação imediata e fragiliza a posição da MB, sendo esta uma vulnerabilidade estratégica.

Dessa forma, além de ser indicada como uma posição estratégica na AOC, concluiu-se também ao longo deste estudo que na cidade de Tefé a MB poderia criar as Unidades já previstas no LBDN, em seus subprojetos de articulação. Foi mostrado que tanto o 3ºBtlOpRib como a Estação Naval poderiam ser em Tefé ao invés de Tabatinga. Além dessas Unidades, entende-se como fundamental a ampliação e elevação da Agência Fluvial de Tefé para capitania.

Este estudo mostrou ainda, a importância de serem realizadas ações estratégicas com o objetivo de inserir subprojetos não contemplados no LBDN. Foi sugerida a criação de duas divisões navais, a 1ª e a 2ª Divisão Naval da Flotilha do Amazonas, uma em Manaus e outra em Tefé. Seria criada em Tefé uma organização por tarefas, o Comando da Força Naval Ribeirinha, a qual poderá ser ativada quando necessário, e uma CiaApDbqRib em Manaus. Tanto a 1ª como a 2ª Divisão Naval seriam subordinadas ao Comando da Flotilha do Amazonas.

A Criação de unidades da MB em Tefé e em Manaus, concomitante com a elevação da Agência em Tefé para Capitania, certamente contribuirá para que o Poder Naval adquira maior capilaridade e interoperabilidade com o EB, a FAB e com os integrantes da OSP. As distâncias, tanto para a fronteira quanto para a foz dos rios que desembocam no rio Solimões – Japurá, Içá e Juruá, seriam bem menores, possibilitando maior rapidez contra qualquer ação adversa.

Torna-se cada vez mais importante a aquisição de equipamentos que possibilitem maior rapidez nas ações e a necessária mobilidade estratégica, operacional e tática. Destaca-se a necessidade premente de aquisição de lanchas de combate que dariam mobilidade operacional e tática e serviriam tanto para apoiar os meios navais em suas ações como para suprir as unidades componentes do SSTA na AOC.

Concretizando esse subprojeto, seguramente a MB teria uma maior capacidade de permanência de seus militares nas operações, contribuindo para reagir a ações adversas realizadas por narcotraficantes. Os projetos ou subprojetos de lanchas de combate devem ter capacidade de transporte de tropa, poder de combate, blindagem e proporcionar tanto a desejada mobilidade operacional como a mobilidade tática. Certamente, com a aquisição de meios navais previstos no LBDN visando a reestruturação da Marinha na região, ter-se-ia a desejada mobilidade estratégica.

Não era o escopo deste estudo o aprofundamento de conceitos relativos à OpRib, no entanto, percebeu-se que o Poder Naval tem realizado ao longo de vários anos inúmeras operações e exercícios no interior da AOC enquadrando-as no escopo deste tipo de operação. No entanto, OpRib é uma Operação de Guerra Naval. Seus conceitos são previstos durante o estabelecimento formal de conflitos e em tempos de guerra. O Brasil não vive um estado de guerra e o que está latente na AOC são novas ameaças, principalmente o narcotráfico.

Dessa forma, a semelhança do que foi feito em 2014, quando foi adotado o conceito de ProjAnf como uma das modalidades de OpAnf, por motivos muito similares, e de acordo com as novas necessidades de emprego advindas do período posterior ao término da guerra fria, durante este estudo foi observado a necessidade de um olhar crítico para a Doutrina Militar Naval aprovada em 2016 a fim de verificar a possibilidade de ser adotada uma nova modalidade de OpRib a qual nomeiei Projeção Ribeirinha (ProjRib).

Ela se adequaria perfeitamente ao que é realizado na AOC em tempos de paz, e abarcaria todas as atividades de emprego limitado da força, tais como as patrulhas e GLO, e ainda, as atividades benignas, tais como as inspeções navais e as operações de ajuda humanitária, quando ocorrem cheias nos momentos de chuvas intensas sobre os rios da região.

Ela estaria ainda no centro do modelo de Grove e teria total conformidade com o emprego do Poder Naval brasileiro no combate as novas ameaças. Desta forma, o CFN permaneceria como uma força estratégica da MB para projeção de poder no interior da AOC, podendo ser empregado de forma expedicionária em um amplo espectro de operações. Esta modalidade de OpRib também se adequaria perfeitamente a articulação e aos equipamentos previstos no LBDN. Não sendo objeto deste estudo, não houve um aprofundamento do tema e sugere-se, se for o caso, um estudo mais aprofundado por parte dos setores do EMA e do CFN responsáveis pela Doutrina na MB.

Tendo como objetivo principal analisar se o emprego estratégico do Poder Naval na AOC, em face do cenário atual, contribui no cumprimento das atribuições subsidiárias, principalmente no combate ao narcotráfico, à luz do previsto na PND, este estudo assentou-se em eventos históricos, na característica geográfica da AOC, nos documentos de alto nível que direcionam a política e a estratégia para a região, na constituição e atuação da MB na AOC, e ainda, nos projetos e subprojetos previstos no LBDN. Ao final, nos possibilita concluir que o Poder Naval contribui no cumprimento das atribuições subsidiárias, todavia de forma menos eficiente e eficaz do que se almeja. Ele teria uma melhor produtividade se o planejado para a articulação da MB na AOC fosse redirecionado para Tefé, considerando esta cidade como A posição geográfica estratégica. Teria ainda, a necessária mobilidade estratégica e tática se os meios navais de combate previstos no LBDN fossem adquiridos o mais breve possível, principalmente as lanchas de combate, as quais dariam o necessário crescimento operacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Alfred Mahan e os elementos do Poder marítimo (III)- parte I**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 129 n. 10/12, out./dez. 2009.

BARREIRA, Marcio Rossini. **A Participação dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais nas Operações Conjuntas, Combinadas e Interagências na Amazônia**. Revista O ANFÍBIO. Rio de Janeiro, ISSN 2358-4394. V.36. 2018.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro. Editora Garamond Ltda, 2004.

BRASIL. CGCFN-3101 - **Manual do Companhia de Fuzileiros Navais**. 1ª Edição. 2008.

_____. CGCFN-3101.1 - **Manual do Pelotão de Fuzileiros Navais**. 1ª Edição. 2008.

_____. **Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004. Dispõe sobre a Patrulha Naval**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5129.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm#art9>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Estado do Amazonas. Secretaria de Segurança Pública. **Apreensão de drogas no AM cresceu 64% em 2017; número ultrapassou 16 toneladas**. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2018/02/apreensao-de-entorpecentes-cresceu-64-em-2017-ultrapassando-mais-de-16-toneladas/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Lei Complementar nº 97 de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. **Livro Branco de Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01 – Glossário das Forças Armadas**. 5 ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015.

_____. **Programa de Articulação e Equipamento de Defesa.** Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ELIA, Rui da Fonseca. **A Marinha na Amazônia Ocidental.** Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 120, n. 07/09, jul./set. 2000.

FERNANDES NUNES, José Geraldo. **O poder naval na Amazônia Ocidental. Situação atual, perspectivas e reflexos para a Defesa Nacional.** Disponível em: <<https://issuu.com/sae.pr/docs/segurancaamazonia>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FERREIRA, Renato Rangel. **Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder naval no Atlântico Sul.** Revista Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 45, 2014.

FORTUNA, Hernani Goulart. **Amazônia: Visão Político-Estratégica.** Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº 39, 2000.

FORTUNA, Hernani Goulart. **Amazônia: Uma Visão Político-Estratégica.** Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, jan./mar. 2010.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GAMA E SILVA, Roberto. **Amazônia Brasileira.** Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 120 n. 01/03, jan./mar. 2008.

GAMA E SILVA, Roberto. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 128 n. 04/06, abr./jun. 2008.

GAMA E SILVA, Roberto. **Commodities e Minerais.** Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 128 n. 07/09, jul./set. 2008.

GAMA E SILVA, Roberto. **Olho grande na Amazônia Brasileira.** Rio de Janeiro. Rio Fundo Editora, 1991.

PIMENTEL JUNIOR, Gilberto R. **A Próxima Singradura.** Revista Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, Ano XI – Número 43 – 2012. ISSN 2177-7608.

MATTOS, Adherbal Meira. **Direito, Soberania e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro. Destaque, 2001.

MATTOS, Carlos de Meira, citado por Vidigal, **Revista Marítima Brasileira**, nº 07/09, jul.-set. 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as projeções de poder.** Rio de Janeiro. J. Olympio, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. **A Próxima Singradura**. Revista O ANFÍBIO. Rio de Janeiro, nº 28. Ano XXIX. 2010. EDIÇÃO EXTRA.

OLIVEIRA, Áthila de FARIA. **O futuro do Corpo de Fuzileiros Navais e as ameaças do século XXI**. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/OLIVEIRAA.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PAWLYSCHYN, Harold Enrique Añez. **Novas Ameaças e o Impacto da Defesa e Desenvolvimento da Amazônia**. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro. 2016.

PRAZERES, Leonardo. **CV e Família do Norte exploram nova rota de tráfico de maconha na Amazônia**. UOL. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2018/02/cv-e-familia-do-norte-exploram-nova-rota-de-trafico-de-maconha-na-amazonia/>>. Acesso em: 30 abr. 2018

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 5.^a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus; Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Grandes tendências da segurança internacional contemporânea**. Disponível em: <http://www.academia.edu/13562910/Grandes_tend%C3%A2ncias_da_seguran%C3%A7a_internacional_contempor%C3%A2nea>. Acesso em: 09 mai. 2018.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **As “novas ameaças” às democracias latinoamericanas: uma abordagem teórico conceitual**. Disponível em: <http://www.academia.edu/8476365/AS_NOVAS_AMEA%C3%87AS_%C3%80S_DE_MOCRACIAS_LATINOAMERICANAS_UMA_ABORDAGEM_TEORICO_CONCEITUAL>. Acesso em: 09 mai. 2018.

SILVA, Calte. Antonio Ruy de Almeida. **“As novas ameaças” e a MARINHA do Brasil**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. v. 128 n. 07/09, jul./set. 2008.

SOARES, Teixeira. **Amazônia**. Companhia Brasileira das Artes Gráficas, Rio de Janeiro (GB), n. 128, 1967.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2003.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A internacionalização da Amazônia**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 122, n. 04/06. abr/jun. 2002.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos**. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/182>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ZENTGRAF, Maria Christina. **Introdução ao estudo da metodologia científica**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2010. Módulo de ensino.

APÊNDICE A
Entrevista
CMG SILVA FILHO
Ex-Comandante da Flotilha do Amazonas

1. PROPÓSITO

Coletar dados que possibilitem a ampliação, retificação ou ratificação de conhecimentos sobre o tema “Operações Ribeirinhas: Possíveis Atuações no Nível Estratégico para o Poder Naval” e o título “Emprego estratégico do Poder Naval a fim de cumprir as atribuições subsidiárias na Amazônia Ocidental (AOC)” a fim de ser apresentada uma tese à Escola de Guerra Naval como requisito da disciplina Monografia (III-P-6-T2) do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM / 2018).

2. JUSTIFICATIVA

A AOC, parcela da Amazônia sulamericana, é importante para o Brasil por conta de suas características geográficas, por sua importância geopolítica, o que torna fundamental a presença do Poder Naval na região, pois os rios constituem as principais vias para o transporte de pessoal e material. O contrabando, descaminhos e outras ameaças conturbam a vida dos ribeirinhos, provocando insegurança pela dificuldade que o Estado tem de se fazer presente. Geopoliticamente é uma fraqueza do Estado Brasileiro não ter capilaridade para estar onde e quando é necessário.

No momento, a AOC cresce de importância em virtude de novas ameaças, principalmente o narcotráfico. Com a evolução do seu crescimento, observou-se que os elementos transgressores passaram a utilizar as vias fluviais como importante rota comercial para o tráfico motivando o crescimento de um ambiente ribeirinho antagônico, aumentando a criminalidade contra a população residente na região.

No item 5.4 da PND, é apontado que a política de vivificar as fronteiras, promovendo a migração e o estabelecimento da população na região não teve o atrativo suficiente. Aponta ainda em seu item 7.6 que para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, Na END aponta que é necessário “desenvolver capacidade de permanente prontidão operacional, integrando forças conjuntas ou mantendo unidades em condições de atuar em diferentes cenários operacionais e projetar poder em áreas de interesse estratégico”. Em função desse contexto, ter uma posição geográfica central pode não apenas beneficiar a

concentração de forças navais, mas provocaria uma grande vantagem estratégica em relação a elementos adversos.

Desta forma, o objetivo principal desta entrevista é coletar dados versando sobre a contribuição do Poder Naval do Com9ºDN na AOC, sob o ponto de vista estratégico, no cumprimento das atribuições subsidiárias contra as novas ameaças, principalmente o narcotráfico, em face de um cenário atual e prospectivo.

3. PERGUNTAS

1 - Qual a influência da malha fluvial da AOC no cumprimento de suas tarefas?

R: A malha fluvial da AOC é a principal via de comunicação da região e vital para o cumprimento das tarefas da Flotilha do Amazonas, pois os meios se deslocam nos rios da região.

2 - Quais vias fluviais são as mais importantes?

R: Na AOC as principais vias fluviais são: o rio Solimões, pois permite acesso à cidade de Tabatinga, onde está localizada a região da tríplice fronteira, Brasil, Colômbia e Peru; Rio Negro, acesso à cidade de Manaus, principal cidade da Amazônia Ocidental, Rio Madeira, por possibilitar o escoamento de grãos da região Centro-Oeste e o Rio Amazonas, por permitir o acesso ao Oceano Atlântico.

3 - No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) está descrito que “novas formas de abordar temas tradicionais passaram a influir no ambiente internacional no século XXI”. Problemas tais como “tráfico mundial das drogas e delitos conexos, a biopirataria, ilícitos transnacionais e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa”. Dentre as novas ameaças, o narcotráfico é a que mais causa transtorno em sua área de responsabilidade nos dias atuais? Quais transtornos ele tem causado para a população ribeirinha?

R: Sim, juntamente, com roubos as embarcações efetuadas pelos chamados ‘ratos d’água”. O principal transtorno é sensação de insegurança, o aumento do custo dos fretes na região e conflito entre facções.

4 - Em quais pólos sob seu comando ocorreram mais incidência de problemas relativos ao narcotráfico?

R: O narcotráfico na região é mais intenso na rota Solimões que liga Tabatinga à Manaus, destaque para as cidades de Tabatinga, Manaus e Coari. Em uma forma menor no Rio Japurá, na cidade de Japurá.

5 - Mesmo sendo uma atribuição subsidiária prevista na missão da MB, como a Flotilha do Amazonas, sob seu comando, planejou suas ações para cumprir essas atribuições, principalmente no combate ao narcotráfico?

R: Neste sentido a Flotilha cumpria as determinações do Com9DN e realizava ações conjuntas com outras agências.

6 - Manter, controlar e garantir a segurança da população que vive na AOC, e ainda, realizar a defesa contra agentes externos e cumprir atribuições subsidiárias, onde for necessária a presença do estado brasileiro, requer um correto dimensionamento tanto das FFAA quanto das forças de segurança pública, para que elas possam ter mobilidade, versatilidade, flexibilidade e capacidade de permanecer em determinado local o tempo necessário a fim de cumprir suas atividades com excelência. Quantos meios de combate o senhor tinha a sua disposição, em prontidão operativa, para cumprir essas atribuições?

R: A Flotilha contava com 5 meios operativos, voltados para a realização de Patrulhas Navais e tarefas afins.

7 - O senhor avalia que eram suficientes? Se a resposta for negativa, poderia detalhar?

R: Tendo em vista as dimensões da região, que à distância de Tabatinga a Manaus, são cerca de 800 milhas náuticas e que um navio da Flotilha leva cerca de 8 dias para chegar a cidade. Os meios disponíveis não são suficientes. Entretanto, é importante citar que na região é muito importante contar com a interoperabilidade entre as FFAA na região para mitigar as carências de cada Força.

8 - O dimensionamento do Poder Naval na AOC, devido as distâncias envolvidas, poderia ser redimensionado para melhor cumprir suas atribuições subsidiárias, principalmente no combate ao narcotráfico. Como o senhor visualiza o quantitativo de meios de combate necessário?

R: É importante citar que o combate ao narcotráfico é uma atividade na qual as forças de segurança devem ter papel central. As forças Navais atuam em atividade de apoio e logística, nesse sentido seria necessário um aumento do número de meios, o qual requer uma análise mais aprofundada do caso. Esse estudo já foi vislumbrado no PAEMB, mas deve ser atualizado em virtude da nova situação econômica do país.

9 - A logística atual do Poder Naval na AOC, devido as distâncias envolvidas, é adequada a um movimento estratégico para o combate ao narcotráfico?

R: Não.

10 - A logística atual do Poder Naval na AOC, devido as distâncias envolvidas, poderia ser redimensionada por necessidade de realização de um movimento estratégico para melhor

cumprir suas atribuições subsidiárias, principalmente no combate ao narcotráfico na fronteira oeste ?

R: Sim, mas requer um estudo mais aprofundado.

11 - Quantos dias os meios de combate da FlotAM, saindo de Manaus, consomiam até chegar aos seguintes locais: Coari - Tefé - Santo Antônio do Içá - Vila Bittencourt - Ipiranga - Cruzeiro do Sul – Tabatinga.

R: Coari – 2 dias, Tefé – 3 dias; Santo Antônio do Içá – 6 dias; Vila Bittencourt – 7 dias; Ipiranga – 8 dias; Cruzeiro do sul – 18 dias; Tabatinga – 8 dias.

12 - Estando os meios de combates concentrados em Manaus, como o senhor conseguia controlar com eficiência e eficácia qualquer ocorrência que acontecesse na região próxima a fronteira oeste?

R: Atualmente usamos os Pelotões de Fronteira do EB para obter informações atualizadas da região.

13 - Existem parâmetros para verificar o tempo de reação do Poder Naval na AOC ao ser informado sobre ações na fronteira oeste da AOC ?

R: Existem, os navios de serviço precisam reagir em até 2 horas, durante o expediente e 4 horas fora do expediente.

14 - Alguns subprojetos foram inseridos no LBDN tais como a criação de um BtlOpRib em Tabatinga e de uma Estação Naval de Tabatinga. Qual sua opinião sobre posicionar essas Unidades militares em Tabatinga? Na sua opinião, elas estariam vulneráveis? A posição nesta cidade conseguiria inibir ou mesmo deter a entrada de drogas na AOC? O senhor teria uma opinião sobre onde posicionar essas unidades para melhor controlar o que entra pelos rios e são deslocados por rio até Manaus ?

R: O posicionamento destas unidades seriam muito importante para atender as Tarefas da MB na região.

15 - Na sua avaliação, estabelecer uma posição estratégica, ou posições estratégicas, a meio caminho, entre Manaus e Tabatinga, favoreceria o desenvolvimento de ações visando conter ocorrências envolvendo o narcotráfico nos rios da região, principalmente o rio Solimões?

R: Sim.

16 - Caso o senhor concorde com a pergunta quinze, em quais pontos ou locais de importância operativas existentes na AOC, na margem do Rio Solimões, o senhor posicionaria de forma fixa parcela de sua Força visando antecipar ações e ficar mais próximo da fronteira oeste?

R: Nas cidades de Coari e Tefé por estarem próximo as foz dos rios Içá e Japurá, dois rios com acesso à fronteira com a Colômbia.

17 – Na sua opinião, seria válida a inclusão de subprojetos ainda não existentes no LBDN tais como a criação da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Alto Solimões em TEFÉ e 1ª Divisão Naval da Flotilha do Alto Solimões e Amazonas em MANAUS para subdividir a área sob administração do Com9ºDN a fim de melhor controlá-la ?

R: Iria contribuir com as Tarefas da MB na região.

18 - Aplicar conceitos inerentes a Operações Ribeirinhas, uma Operação de Guerra Naval, atende as necessidades de apoio a ações para melhor cumprir as atribuições subsidiárias, principalmente no combate ao narcotráfico na Amazônia Ocidental?

R: Parcialmente, considero que se deve desenvolver uma técnica específica para as novas ameaças.

APÊNDICE B
Entrevista
CF(FN) MARCELO MENDES
Comandante do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas

1. PROPÓSITO

Coletar dados que possibilitem a ampliação, retificação ou ratificação de conhecimentos sobre o tema “Operações Ribeirinhas: Possíveis Atuações no Nível Estratégico para o Poder Naval” e o título “Emprego estratégico do Poder Naval a fim de cumprir as atribuições subsidiárias na Amazônia Ocidental (AOC)” a fim de ser apresentada uma tese à Escola de Guerra Naval como requisito da disciplina Monografia (III-P-6-T2) do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM / 2018).

2. JUSTIFICATIVA

A AOC, parcela da Amazônia sulamericana, é importante para o Brasil por conta de suas características geográficas, por sua importância geopolítica, o que torna fundamental a presença do Poder Naval na região, pois os rios constituem as principais vias para o transporte de pessoal e material. O contrabando, descaminhos e outras ameaças conturbam a vida dos ribeirinhos, provocando insegurança pela dificuldade que o Estado tem de se fazer presente. Geopoliticamente é uma fraqueza do Estado Brasileiro não ter capilaridade para estar onde e quando é necessário.

No momento, a AOC cresce de importância em virtude de novas ameaças, principalmente o narcotráfico. Com a evolução do seu crescimento, observou-se que os elementos transgressores passaram a utilizar as vias fluviais como importante rota comercial para o tráfico motivando o crescimento de um ambiente ribeirinho antagônico, aumentando a criminalidade contra a população residente na região.

No item 5.4 da PND, é apontado que a política de vivificar as fronteiras, promovendo a migração e o estabelecimento da população na região não teve o atrativo suficiente. Aponta ainda em seu item 7.6 que para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, Na END aponta que é necessário “desenvolver capacidade de permanente prontidão operacional, integrando forças conjuntas ou mantendo unidades em condições de atuar em diferentes cenários operacionais e projetar poder em áreas de interesse estratégico”. Em função desse contexto, ter uma posição geográfica central pode não apenas beneficiar a

concentração de forças navais, mas provocaria uma grande vantagem estratégica em relação a elementos adversos.

Desta forma, o objetivo principal desta entrevista é coletar dados versando sobre a contribuição do Poder Naval do Com9ºDN na AOC, sob o ponto de vista estratégico, no cumprimento das atribuições subsidiárias contra as novas ameaças, principalmente o narcotráfico, em face de um cenário atual e prospectivo.

3. PERGUNTAS

1 - Qual a influência da malha fluvial da AOC no cumprimento de suas tarefas?

R: As tarefas do 1ºBtlOpRib são as seguintes: Realizar Operações Ribeirinhas (OpRib), prover guarda e proteção às instalações navais e civis de interesse da Marinha na região e realizar ações de segurança interna. Analisando o efeito desejado dessas tarefas, os objetivos principais do Batalhão são o controle sobre as Operações Ribeirinhas e as instalações navais e civis de interesse da MB. Uma vez que a definição de OpRib está atrelada ao controle de uma Área Ribeirinha, sendo que uma das características de uma Área Ribeirinha é a extensa superfície hídrica, pode-se afirmar que a malha fluvial da AOC influencia nas tarefas do Batalhão principalmente porque exercem as funções de principais vias de transporte na região. Dessa forma, o controle da malha fluvial é essencial para que tropas e meios se desloquem para as regiões mais distantes da AOC, de modo a cumprir a missão do 1ºBtlOpRib. Além disso, grande parte dos rios que compõem a malha fluvial da AOC delimita ou passa por fronteiras com outros países.

2 - Quais vias fluviais são as mais importantes?

R:

a) Rio Negro: liga Manaus a São Gabriel da Cachoeira, sendo navegável por boa parte do ano por 720 Km acima de sua foz, que se localiza no encontro das águas, em Manaus, possuindo muitas pedras a partir desse ponto e bancos de areia nos períodos de seca até a sua nascente, nos Andes colombianos. Principais cidades em suas margens: Manaus, Novo Airão, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira;

b) Rio Solimões: liga Manaus a Tabatinga, cidade localizada na tríplice fronteira com a Colômbia e com o Peru, sendo chamado de Rio Amazonas em águas estrangeiras até a sua nascente, nos Andes peruanos. É navegável durante todo o ano. Principais cidades em suas margens: Manaus, Manacapuru, Anori, Anamã, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tabatinga;

c) Rio Branco: Sendo um dos afluentes do Rio Negro, é a principal via fluvial que banha a cidade de Boa Vista. Está sob influência de um período de chuvas sendo que, no período chuvoso, o rio é facilmente navegável do Rio Negro até a cidade de Caracará. Acima desta cidade, a navegação é dificultada pela presença de algumas cachoeiras e corredeiras. Principais cidades em suas margens: Caracará e Boa Vista. Em 07JUN2018 o Com9DN ativou a Agência Fluvial de Caracará, em posição estratégica para a navegação no Rio Branco, principal calha do estado de Roraima, o que assegura a ligação fluvial com o oceano Atlântico, por meio dos rios Negro e Amazonas;

d) Rio Amazonas: Resultado do encontro do Rio Negro e do Rio Solimões, desembocando no Oceano Atlântico. Liga Manaus a Belém, sendo navegável durante todo o ano. Junto ao Rio Solimões, possui uma extensão de 6.992 km desde a sua nascente até a sua foz, possuindo mais de mil afluentes, sendo o principal rio da Bacia Amazônica. Principais cidades em suas margens na AOC: Manaus, Itacoatiara e Parintins.

e) Rio Içá: Afluente do Rio Solimões já cerca da fronteira com a Colômbia, recebe o nome de Putumayo em território estrangeiro. Sua nascente se localiza nos Andes equatorianos. É navegável em quase toda sua totalidade. Junto ao Rio Japurá, é uma das principais rotas utilizadas pelo narcotráfico. Santo Antônio do Içá e a comunidade de Ipiranga são as principais localidades banhadas por esse rio.

f) Rio Javari: Afluente do Rio Solimões já cerca da fronteira com o Peru, demarcando efetivamente em cada margem o território de cada país na maior parte de sua extensão. Sua nascente encontra-se em território peruano, sendo navegável em período de seca somente para embarcações miúdas. As cidades de Benjamin Constant e Atalaia do Norte são banhadas por esse rio.

g) Rio Juruá: é um rio que nasce no Peru e que banha os estados do Acre e Amazonas, desaguando no Rio Solimões, sendo a principal via de transporte para as cidades de Eirunepé no Amazonas e de Cruzeiro do Sul, no Acre. De sua nascente até a sua foz, possui cerca de 3.000 km de extensão, sendo 1.500 km navegáveis. É considerado um dos rios mais sinuosos da Bacia Amazônica;

h) Rio Purus: é um rio que nasce no Peru e que banha os estados do Acre e Amazonas, desaguando no Rio Solimões, possuindo uma grande sinuosidade, com isso, apresentando grandes perigos à navegação. É navegável em grande parte de sua extensão, porém não possui instalações portuárias dotadas de infraestrutura adequada. As cidades de Lábrea e Boca do Acre são as principais que são banhadas por esse rio.

i) Rio Madeira: Sua nascente fica em território boliviano, na Cordilheira dos Andes, desaguando no Rio Amazonas, sendo o principal afluente desse rio. É caracterizado por carregar grande quantidade de sedimentos e troncos de árvore, oferecendo perigos à navegação, principalmente no período de seca, devido à grande quantidade de bancos de areia que são formados. Principais cidades que se localizam às margens desse rio: Manicoré, Humaitá e Porto Velho.

j) Rio Japurá: é um curso de água que nasce na Colômbia e deságua no Rio Solimões e é paralelo ao Rio Içá. Tem 733 km em solo brasileiro. Após o trecho de corredeiras na Colômbia, o rio Japurá entra em território brasileiro apresentando-se longo, porém pouco profundo com inúmeras ilhas dentro de seu leito. Na época de seca, a profundidade pode chegar até 1,20m. As cidades de Maraã, Japurá e Vila Bittencourt são as principais que são banhadas por esse rio.

3 - No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) está descrito que novas formas de abordar temas tradicionais passaram a influir no ambiente internacional no século XXI. Problemas tais como tráfico mundial das drogas e delitos conexos, a biopirataria, ilícitos transnacionais e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa. Dentre as novas ameaças, o narcotráfico é a que mais causa transtorno em sua área de responsabilidade nos dias atuais? Quais transtornos ele tem causado para a população ribeirinha?

R: O narcotráfico é um crime que sempre envolve valores elevados de dinheiro, com isso acaba sendo uma ameaça que envolve vários outros delitos. As disputas por rotas ou pontos do narcotráfico acabam levando as organizações criminosas se armarem mais fortemente. Sua logística tem se aprimorado devido a ausência de limitações burocráticas diante das dificuldades que a região naturalmente apresenta. O contrabando de armas acaba caminhando junto com o narcotráfico. As organizações criminosas investem cada vez mais se em métodos mais eficazes para contrabandear drogas e armas, com isso, acabam abrindo possibilidades pra outros ilícitos transfronteiriços. As forças de segurança do Estado acabam perdendo espaço e força para se contrapor aos armamentos, meios e métodos que vêm sendo atualizados constantemente, necessitando assim, de apoio constante das Forças Armadas. Nesse cenário o narcotráfico torna-se a ameaça que mais causa transtorno nos dias atuais.

A população ribeirinha, maior vítima da ausência do Estado é muito prejudicada devido a sua situação de vulnerabilidade. A presença do Estado na AOC é bem limitada, principalmente devido às distâncias envolvidas e às limitações quanto aos transportes de uma localidade a

outra. Nessa ausência, o narcotráfico acaba se beneficiando e tenta impor suas regras e influência na população. As localidades ribeirinhas tornam-se favoráveis à incidência de crimes ligados ao narcotráfico e delitos correlatos. Em alguns casos, a população fica refém das regras impostas e o tráfico acaba influenciando na economia local.

4 - Em quais áreas da AOC têm ocorrido mais incidência de problemas relativos ao narcotráfico?

R: A área com maior incidência de problemas com o narcotráfico são as áreas de fronteira, porém, como na AOC os rios são os principais eixos de transporte, as incidências de problemas relativos ao narcotráfico também se depositam nessas vias, interiorizando pelo território nacional. Os grandes rios penetrantes da AOC são a base para entrada de drogas no país. Os rios Japurá, Içá, oriundos da Colômbia e rios Javari e Juruá oriundos do Peru são afluentes que formam o Rio Solimões. Atualmente tem sido o corredor mais utilizado pelos traficantes para entrada de drogas no território brasileiro. Essa droga chega navegando até Manaus onde é distribuída por diversos pontos do país e do exterior. Os rios Negro e Madeira também apresentam considerável movimentação do narcotráfico, porém de forma menos intensa que no rio Solimões. Devido as grandes distâncias envolvidas desde a fronteira até a cidade de Manaus, principal ponto de distribuição das drogas na região, outros pontos pela “Rota Solimões” são utilizados como base e apoio para os traficantes. Assim, as cidades ribeirinhas, principalmente pela pouca presença do Estado, acabam sofrendo forte influência do narcotráfico e tornando-se focos de atuação e disputas das Organizações Criminosas. Cidades como Tefé, Coari, Santo Antônio do Içá, Vila Bittencourt, Japurá e Marã são exemplos de cidades onde os problemas com a segurança aumentaram consideravelmente devido à influência do narcotráfico.

5 - Mesmo sendo uma atribuição subsidiária prevista na missão da MB, como o 1ºBtlOpRib tem planejado suas ações para cumprir essas atribuições, principalmente no combate ao narcotráfico?

R: O 1ºBtlOpRib tem buscado cumprir seu Plano Anual de Adestramento que incluiu adestramentos voltados para as tarefas subsidiárias. As regras de engajamento, nas tarefas de GLO ou no combate ao narcotráfico, são diferentes das tradicionais em caso de conflito armado e por isso merecem bastante atenção porque mudam as técnicas empregadas pela tropa. O material, armamento e munição também varia em função da tarefa a ser realizada. Para cumprir as demandas que vem se apresentando, há uma necessidade de utilização de

material específico, como armamento menos letal, uso de “Drones” e embarcações específicas para combate fluvial. O Batalhão tem gerenciado, junto à OM competentes, a aquisição de lanchas de combate adequadas a essas demandas, com armamento orgânico, velocidade e proteção balística para garantir uma vantagem em relação às adversidades que o combate ao narcotráfico apresenta. As ações do 1º BtlOpRib contra o narcotráfico envolvem atividades de segurança de pessoal, meios e instalações de interesse da MB, no contexto das Patrulhas Navais (PATNAV), Inspeções Navais (IN) e Patrulhamento, geralmente em coordenação com os meios flutuantes da Flotilha do Amazonas ou das Capitania Fluviais da Amazônia Ocidental e de Tabatinga, apoiados pelas aeronaves do 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (Esqd-HU3), ou até mesmo envolvendo tropas do Exército Brasileiro, órgãos de segurança pública e instituições voltadas para o combate aos delitos transfronteiriços e crimes ambientais, no contexto das operações ÁGATA. Cabe ressaltar que o 1º BtlOpRib mantém um Destacamento de Fuzileiros Navais subordinado à Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT), no valor PelFuznav (36 militares), contribuindo para o cumprimento da missão designada para o Batalhão, na área sob responsabilidade da CFT. Faz parte do Componente de Combate Terrestre da Força de Emprego Rápido do 1º BtlOpRib, funcionando como um grupo avançado na área de Tabatinga, com a missão de apoiar as IN realizadas pela CFT, prover segurança orgânica às instalações da CFT e prover segurança às ações de Inspeção Naval (IN) realizados durante as PATNAV dos navios da Flotilha do Amazonas na área de Tabatinga, a fim de contribuir para o incremento das ações navais desencadeadas na área sob jurisdição da CFT.

6 - Manter, controlar e garantir a segurança da população que vive na AOC, e ainda, realizar a defesa contra agentes externos e cumprir atribuições subsidiárias, onde for necessária a presença do estado brasileiro, requer um correto dimensionamento tanto das FFAA quanto das forças de segurança pública, para que elas possam ter mobilidade, versatilidade, flexibilidade e capacidade de permanecer em determinado local o tempo necessário a fim de cumprir suas atividades com excelência. Com os meios de pessoal e material que o senhor tem a sua disposição para cumprir essas atribuições, o senhor avalia que são suficientes? Se a resposta for negativa, poderia detalhar?

R: Para cumprir todas as tarefas atribuídas ao Batalhão de forma plena, seria necessário o recebimento total dos meios, equipamentos e pessoal previstos no dimensionamento da OM para BtlOpRib, fruto das Diretrizes para o Planejamento Naval (DIPNAV) em aumentar, progressivamente, os meios e a estrutura de apoio na Região Amazônica. Levando-se em

consideração que para o cumprimento das atribuições outorgadas à OM, seriam necessários demais apoios; assim, julgo que com a consecução do Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) na AJ do Com9ºDN, o 1º BtlOPRib teria condições plenas de pessoal e material para cumprimento pleno de suas tarefas.

7 - O dimensionamento do 1ºBtlOpRib, devido as distâncias envolvidas em relação a fronteira oeste, poderia ser redimensionado para melhor cumprir as atribuições subsidiárias, principalmente no combate ao narcotráfico. Como o senhor visualiza o esse incremento de pessoal e material?

R: O 1ºBtlOpRib é a única Unidade de Fuzileiros Navais em toda a AOC. Possui diversas tarefas que tem que desempenhar normalmente. A Unidade tem seu efetivo em cerca de 80% da Tabela de Lotação. A capacidade de cumprir todas as tarefas fica limitada. As dimensões da AJ do Com9ºDN são continentais e abarcam 26% do território nacional; assim, sem uma capacidade efetiva de mobilidade estratégica do 1ºBtlOpRib para poder movimentar-se e permanecer por um tempo na área da demanda as ações ficam muito prejudicadas. Um incremento de pessoal acarretaria outras demandas como construção de infraestrutura, PNR e etc. Talvez a redução da demanda de tarefas não voltadas para a atividade fim do Batalhão, facilitaria a priorização do seu poder de combate para as atividades fim. O material poderia ser atualizado com equipamentos mais apropriados para as tarefas subsidiárias, como armamentos menos letais, equipagens de defesa NBQR, aparelhos de comunicação via satélite, equipamentos optrônicos do tipo termal e embarcações do tipo lancha de Combate.

8 - A logística de manutenção atual do 1ºBtlOpRib, devido as distâncias envolvidas em relação a fronteira oeste, é adequada a um movimento estratégico para a fronteira a fim de combater o narcotráfico?

R: A capacidade do 1ºBtlOpRib de mobilidade estratégica é extremamente dependente dos navios da Flotilha do Amazonas (FLOTAM). Hoje a FLOTAM não tem navio específico de transporte de tropa e meios de Fuzileiros Navais. Toda a manutenção feita nos meios do 1ºBtlOpRib são feitos no próprio Batalhão, ou levados de maneira sumária, em caso de um GptOpFuzNav, à área de operações. Com as distâncias de Manaus até a fronteira oeste, a logística de manutenção fica praticamente inviável de acontecer. Os movimentos até a fronteira ficam limitados a grandes esforços logísticos para apoiar esse movimento, principalmente em relação à manutenção dos meios. Mesmo com a capacidade de manutenção sumária dos navios, os casos mais específicos deveriam retornar até a cidade de Manaus, o que leva bastante tempo e prejudicaria a missão.

9 - Quantos dias os meios de combate do 1ºBtlOpRib, saindo de Manaus, por água e por via aérea, consomem até chegar aos seguintes locais: Coari - Tefé - Santo Antônio do Içá - Vila Bittencourt - Ipiranga - Cruzeiro do Sul – Tabatinga?

R:

a) Via fluvial

LTrT: Coari: 6h; Tefé: 12h; Santo Antônio do Içá: 18h; Vila Bittencourt: 20h; Ipiranga: 20h; Cruzeiro do Sul: 36h; Tabatinga: 24h.

Lancha Aruanã: Coari: 3h40; Tefé: 7h15; Santo Antônio do Içá: 11h; Vila Bittencourt: 12h; Ipiranga: 12h, Cruzeiro do Sul: 21h30; Tabatinga: 14h30.

b) Via aérea

Amazonas C105: Coari: 45min; Tefé: 1h20; Cruzeiro do Sul: 3h10; Tabatinga: 2h20.

Cougar HM-3: Santo Antônio do Içá: 4h; Vila Bittencourt: 4h30; Ipiranga: 4h30.

10 - Estando seus meios de combates concentrados em Manaus, o senhor consegue controlar com eficiência e eficácia qualquer ocorrência que aconteça na região próxima a fronteira oeste?

R: O controle das atividades do Pelotão que se encontra em Tabatinga é realizado por meio de SITREP diário utilizando o Correio Lotus Notes. É possível também a comunicação via celular. Como dito anteriormente, esse Pelotão fica subordinado à CFT, assim como todos os efetivos que embarcam em navios para Patrulhas Navais estão subordinados à essas OM. Em caso de possível acionamento de um reforço a esse pelotão, uma das soluções seria o envio de tropas junto a um navio da FLOTAM, para servir de Base de Combate Ribeirinha, de modo a efetuar o comando e controle das operações.

11 - Existem parâmetros para verificar o tempo de reação do 1ºBtlOpRib ao ser informado sobre ações na fronteira oeste da AOC?

R: O 1ºBtlOpRib possui três Lanchas de Transporte de Tropa (LTrT) que possuem a capacidade de transporte de 28 militares em cada. Tais lanchas necessitam de três reabastecimentos até Tabatinga. Com os dados de planejamento, as lanchas conseguem chegar em 24 horas. Tais tempos nunca foram testados. Por meio de navio, é possível chegar em até 9 dias.

12 - Alguns subprojetos foram inseridos no LBDN tais como a criação de um BtlOpRib em Tabatinga e de uma Estação Naval de Tabatinga. Qual sua opinião sobre posicionar essas Unidades militares em Tabatinga? Na sua opinião, elas estariam vulneráveis? A posição nesta cidade conseguiria inibir ou mesmo deter a entrada de drogas na AOC? O senhor teria uma opinião sobre onde posicionar essas unidades para melhor controlar o que entra pelos rios e são deslocados por rio até Manaus?

R: Na minha opinião, a criação de um BtlOpRib em Tabatinga ampliaria a área de atuação dos fuzileiros navais naquela região que, atualmente, limitam-se à segurança das inspeções navais e à segurança das instalações. Sob o ponto de vista deste Comandante, o Batalhão não estaria vulnerável, uma vez que poderia contar com o apoio mútuo do 8º Batalhão de Infantaria de Selva, dos órgãos de segurança pública ali presentes e da própria Capitania Fluvial de Tabatinga. A vulnerabilidade estaria na não ativação da Estação Naval com navios que pudessem prestar o apoio mútuo aos fuzileiros navais. Com relação à detenção da entrada de drogas na AOC, provavelmente haveria uma diminuição do fluxo através da tríplice fronteira, porém, as ações de combate ao narcotráfico deveriam se estender por toda a região por onde se inserem os rios penetrantes cujas nascentes estão nos países produtores de drogas. O posicionamento mais adequado para deter o fluxo de drogas até Manaus seria na região de Tefé – Coari.

13 - Caso o senhor concorde com a pergunta doze, em quais pontos ou locais de importância operativa existentes na AOC, na margem do Rio Solimões, o senhor posicionaria de forma fixa parcela de sua Força visando antecipar ações e ficar mais próximo da fronteira oeste?

R: A cidade de Tefé, no Rio Solimões, encontra-se em um importante ponto crítico da AOC, pois é ali que deságua o Rio Japurá. Pode-se considerar que essa cidade é um ponto estratégico para o controle do narcotráfico na AOC, uma vez que o Rio Japurá é uma das principais rotas de tais ilícitos e onde existe infraestrutura e apoio mútuo com demais instituições como o EB e DPF. Dali poderiam ser lançadas PATNAV na direção de Coari onde se encontra o terminal aquaviário de Coari, fundamental para o escoamento de petróleo e gás produzido na região de Urucu. Ele recebe esses produtos pelo oleoduto Rio Solimões, armazena e entrega a navios para o abastecimento de petróleo da Refinaria de Manaus e suprimento do mercado de GLP nos estados do Pará, Rondônia, Maranhão e parte do Ceará e de Pernambuco. A região é palco de disputa de criminosos armados conhecidos como “Piratas do Solimões” que têm causado prejuízo e pânico a passageiros, tripulantes e empresas que se utilizam dos rios da região.

14 – Na sua opinião, seria válida a inclusão de subprojetos ainda não existentes no LBDN tais como a criação da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Alto Solimões em TEFÉ e uma 1ª Divisão Naval da Flotilha do Alto Solimões e Amazonas em MANAUS para subdividir a área sob administração do Com9ºDN a fim de melhor controlá-la ?

R: Devido à grande extensão da AOC e às grandes distâncias percorridas de Manaus até a região de fronteira e as limitações atuais de meios navais para poder manter presença nessa área, a criação de outra Divisão da Flotilha iria contribuir muito para as ações na região da fronteira. O pré-posicionamento diminuiria o tempo de reação a possíveis demandas e possibilitaria a uma maior presença da Marinha nessa região.

15 - O senhor acredita que pelas características inerentes às tropas do CFN, permanecendo estática em Tabatinga ela estaria sendo utilizada de acordo com o que prevê a END e a doutrina de emprego?

R: Acredito que, caso haja a criação de um BtlOpRib em Tabatinga, será necessário dotá-lo de lanchas que possuam autonomia e características condizentes ao emprego de fuzileiros navais, para permitir a mobilidade de sua tropa, uma vez que está não esta prevista a criação de uma Flotilha ou uma Divisão da Esquadra naquela cidade.

16 - No caso de narcotraficantes utilizarem os rios afluentes do rio Solimões que penetram na fronteira oeste, estando em Tabatinga ela conseguiria reagir de forma eficiente e eficaz?

R: Para conseguir reagir de maneira eficaz deveria ter equipamentos mais modernos e adequados para esse tipo de missão. As ETT de hoje não seriam adequadas. As Lanchas de Operações Fluviais (LopFlu) são os meios adequados para esse tipo de combate. Apesar de poderem ser feitos bloqueios nos afluentes do Solimões, existem diversos outros furos, paranás e igarapés que permitiriam contornar bloqueios e barreiras que a tropas utilizaria. Poderia diminuir o tráfico, porém, não acabaria, uma vez que a característica desse tipo de delito é sempre buscar outras áreas favoráveis ao seu escoamento.

17 - Estabelecer uma posição estratégica, ou posições estratégicas, a meio caminho, entre Manaus e Tabatinga, favoreceria o desenvolvimento de ações visando conter ocorrências envolvendo o narcotráfico nos rios da região, principalmente o rio Solimões?

R: O rio Solimões é o principal eixo de entrada do narcotráfico. Tabatinga é uma das portas de entrada com o principal destino em Manaus. A distância entre Tabatinga e Manaus é cerca de 890 milhas náuticas. O desdobramento de um ou mais pontos entre as cidades para servir de base de apoio logístico e de combate contribuiria em muito nas ações contra o narcotráfico,

contudo, geraria uma maior necessidade de meios de comando e controle e para o apoio logístico.

18 - Caso o senhor concorde com a pergunta quinze, em quais pontos ou locais de importância operativa da AOC, observando a geografia da AOC e os rios penetrantes – Japurá, Içá e Juruá, onde o senhor posicionaria este BtlOpRib visando antecipar ações e ficar mais próximo da fronteira oeste?

R: A localidade de Tefé é um ponto de importância operativa com boas características o combate ao narcotráfico na fronteira. Ela encontra-se nas proximidades da confluência dos rios Japurá, Içá e Juruá. Com a mobilidade adequada, o Batalhão poderia ser rapidamente desdobrado para foz dos rios fronteiriços da AOC.

19 - Qual a distância, a partir de Manaus, dos principais pontos ou locais de importância operativa sugeridos para que o BtlOpRib possa agir ou reagir frente ao cumprimento de suas atribuições subsidiárias como o Narcotráfico? Quais deficiências e vulnerabilidades o senhor visualizaria nos pontos sugeridos?

R: Até Ipiranga: 1.340 Km; Até Eirunepé: 1.250 Km; Até Vila Bittencourt: 1.350 Km; Até Tefé: 600 km. As maiores deficiências seriam em relação aos apoios logísticos prestados aos meios que estariam nessas localidades. São localidades distantes de cidades dos grandes centros e apresentam uma limitada quantidade de facilidades. Não há estradas e em grande parte do ano, os meios navais da FLOTAM não conseguem alcançar devido ao regime de águas dos rios, ficando extremamente dependente de apoio aéreo. Outra deficiência, devido à distancias e à dificuldade de transporte seria o caso de uma possível necessidade de reforço imediato. Isso demandaria meios e tempo para acontecer.

20 - Aplicar conceitos inerentes a Operações Ribeirinhas, uma Operação de Guerra Naval, atende as necessidades de apoio a ações para melhor cumprir as atribuições subsidiárias, principalmente no combate ao narcotráfico na Amazônia Ocidental?

R: É possível aplicar os conceitos inerentes a uma OpRib em diversas situações, uma vez que, segundo a doutrina, na fase do Desenvolvimento das Ações, além de um possível desembarque Ribeirinho, está previsto o controle do tráfego fluvial, que pode ocorrer de várias maneiras, dentre elas, com PATNAV, IN, bloqueios interdições, dentre outros. Também podem ocorrer ações de bloqueio terrestre a uma localidade, o que pode contribuir para a supervisão das atividades dos narcotraficantes, patrulhas nas cidades, além da atividade de Assistência Hospitalar e Ações Cívico-Sociais, o que inibe tal atividade ilícita.

APÊNDICE C
Entrevista
CMG ANDRESSON
Comandante da Estação Naval do Rio Negro (ENRN)

1. PROPÓSITO

Coletar dados que possibilitem a ampliação, retificação ou ratificação de conhecimentos sobre o tema “Operações Ribeirinhas: Possíveis Atuações no Nível Estratégico para o Poder Naval” e o título “Emprego estratégico do Poder Naval a fim de cumprir as atribuições subsidiárias na Amazônia Ocidental (AOC)” a fim de ser apresentada uma tese à Escola de Guerra Naval como requisito da disciplina Monografia (III-P-6-T2) do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM / 2018).

2. JUSTIFICATIVA

A AOC, parcela da Amazônia sulamericana, é importante para o Brasil por conta de suas características geográficas, por sua importância geopolítica, o que torna fundamental a presença do Poder Naval na região, pois os rios constituem as principais vias para o transporte de pessoal e material. O contrabando, descaminhos e outras ameaças conturbam a vida dos ribeirinhos, provocando insegurança pela dificuldade que o Estado tem de se fazer presente. Geopoliticamente é uma fraqueza do Estado Brasileiro não ter capilaridade para estar onde e quando é necessário.

No momento, a AOC cresce de importância em virtude de novas ameaças, principalmente o narcotráfico. Com a evolução do seu crescimento, observou-se que os elementos transgressores passaram a utilizar as vias fluviais como importante rota comercial para o tráfico motivando o crescimento de um ambiente ribeirinho antagônico, aumentando a criminalidade contra a população residente na região.

No item 5.4 da PND, é apontado que a política de vivificar as fronteiras, promovendo a migração e o estabelecimento da população na região não teve o atrativo suficiente. Aponta ainda em seu item 7.6 que para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, Na END aponta que é necessário “desenvolver capacidade de permanente prontidão operacional, integrando forças conjuntas ou mantendo unidades em condições de atuar em diferentes cenários operacionais e projetar poder em áreas de interesse estratégico”. Em função desse contexto, ter uma posição geográfica central pode não apenas beneficiar a

concentração de forças navais, mas provocaria uma grande vantagem estratégica em relação a elementos adversos.

Desta forma, o objetivo principal desta entrevista é coletar dados versando sobre a contribuição do Poder Naval do Com9ºDN na AOC, sob o ponto de vista estratégico, no cumprimento das atribuições subsidiárias contra as novas ameaças, principalmente o narcotráfico, em face de um cenário atual e prospectivo.

3. PERGUNTAS

1 - Qual a influência da malha fluvial da AOC no cumprimento de suas tarefas logísticas?

Em virtude da malha fluvial ser utilizada como o principal modal de transporte para o deslocamento de insumos necessários ao cumprimento das tarefas da ENRN, sua influência é primordial no cumprimento da missão desta Estação. Atualmente cerca de 60% dos insumos e alimentos escoados na região, utiliza os rios como via para deslocar tais cargas.

2 - Quais vias fluviais o senhor considera as mais importantes logisticamente?

As principais são o Rio Amazonas, Madeira e Solimões.

3 - No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) está descrito que novas formas de abordar temas tradicionais passaram a influir no ambiente internacional no século XXI. Problemas tais como tráfico mundial das drogas e delitos conexos, a biopirataria, ilícitos transnacionais e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa. Dentre as novas ameaças, o narcotráfico é a que mais causa transtorno em sua área de responsabilidade nos dias atuais?

Até o momento não houve notícia de que o narcotráfico influenciou diretamente nas atividades de responsabilidade desta OM. Porém, há relatos de que, em face do crescimento desordenado das cidades e o aparecimento de comunidades próximas às áreas militares, tais fatos podem futuramente causar sérios transtornos a segurança das instalações, em virtude do relacionamento estreito do narcotráfico e as áreas citadas.

4 – O senhor poderia citar em quais áreas da AOC têm ocorrido mais incidência de problemas relativos ao narcotráfico?

Em relação aos rios, citaria o Rio solimões (Letícia até Manaus) e seus afluentes, principalmente o rio Japurá (Cauca até Manaus) , escoando o tráfico de drogas até a cidade de Manaus.

5 - Mesmo sendo uma atribuição subsidiária prevista na missão da MB, como a ENRN tem planejado suas ações para cumprir as atribuições logísticas?

Está previsto pelo PAEMB a elevação desta Estação à Base Naval até 2030. Assim, a MB pretende em face do aumento de meios e instalações militares planejadas para área, estruturar a ENRN de forma a aumentar a capacidade de apoio já existente e criar novas capacidades. Para isso, desde 2016, esta estação vem seguindo um cronograma de transformação para atingir a meta de elevação à Base em 2030.

6 - Manter, controlar e garantir a segurança da população que vive na AOC, e ainda, realizar a defesa contra agentes externos e cumprir atribuições subsidiárias, onde for necessária a presença do estado brasileiro, requer um correto dimensionamento tanto das FFAA quanto das forças de segurança pública, para que elas possam ter mobilidade, versatilidade, flexibilidade e capacidade de permanecer, esta essencial em determinado local o tempo necessário, a fim de cumprir suas atividades com excelência. Com os meios de pessoal e material que o senhor tem a sua disposição para cumprir as atribuições logísticas, o senhor avalia que são suficientes? Se a resposta for negativa, poderia detalhar?

Na minha avaliação não são suficientes. A missão desta estação é: Contribuir para o aprestamento dos meios operativos da MB sediados na área do Com9DN ou em operações na área. Para consecução do seu propósito, cabe à ENRN as seguintes Tarefas:

- prover facilidades de estacionamento aos navios da MB;
 - prover serviços de manutenção e reparo a níveis de 1 e 2 escalões, compatíveis com as facilidades disponíveis, aos navios da MB, devendo manter suas oficinas prontas para utilização por pessoal especializado;
 - prover a infra-estrutura de apoio às OM da área;
 - prover a manutenção dos PNR;
 - exercer atividade industrial; e
 - prover o apoio de comunicações aos navios sediados ou em trânsito na Amazônia Ocidental.
- A atividade finalística da Estação é realizar a manutenção dos meios do Com9DN, para isso, atualmente contando com 12 navios, prontamente mostra-se com infraestrutura insuficiente para atender tal demanda. Podemos citar como exemplos, o cais de atracação dos navios, com comprimento inadequado e a existência de um (01) dique flutuante, que prejudica o cumprimento do PROGEM. Em relação ao pessoal, somado ao fato desta Estação necessitar de um quadro de profissionais voltado a área industrial, a principal dificuldade está relacionada a qualificação do pessoal. Hoje cerca de 40% do efetivo é composto de MN-RC/QPA, que além de não possuírem a qualificação técnica necessária, cumprem um ano de vida militar, no caso do RC, ou até menos, no caso do MN-QPA pois tem que cumprir requisitos de carreira. Uma outra parcela do efetivo é composta por militares RM-2, que apesar de serem especializados em áreas que atendem a atividade industrial, não possuem a

experiência necessária, além de serem contratados por 8 anos. Assim, para que A ENRN progrida no cumprimento de sua missão, é necessário um incremento de pessoal e infraestrutura.

7 – Se ocorresse um redimensionamento da ENRN, devido as distâncias envolvidas em relação a fronteira oeste, ela poderia melhor cumprir as atribuições, principalmente no apoio de serviços e ao combate ao narcotráfico. Como o senhor visualiza esse incremento de pessoal e material?

Sem dúvida, como relatado nas respostas anteriores o aumento de pessoal qualificado e infraestrutura é fundamental. Porém, tal redimensionamento poderia ser conseguido também com parcerias, caso existam. Na minha opinião, na AOC se trabalha muito bem conjuntamente com as outras forças e também órgãos civis. Sei que ainda necessitam aprimoramentos em vários pontos, mas as grandes distâncias envolvidas impõem que o apoio mútuo ocorra dessa forma. Colocar novas estruturas em diferentes pontos da AOC, acarretaria um grande esforço por parte da MB para a manutenção destas, mais pessoal, mais PNR, mais sistema de saúde, mais apoio logístico, enfim, poderíamos ajudar mutuamente e incrementar o que já existe. O desenvolvimento da Base industrial de defesa da área da AOC, poderia ajudar bastante neste sentido. Temos na região estaleiros que tem a mesma tarefa que a ENRN, fazem tudo que nós fazemos e mais.

O modelo de gestão do AMRJ mudou recentemente. Eles agora fazem exatamente o que a ENRN faz desde 1978. A circular nº 1 /2018 do Gabinete do Comandante da Marinha, instrui que: o “AMRJ deverá ter suas atividades concentradas, principalmente, para: realizar controle de qualidade nos reparos navais; ter a capacidade de elaborar editais e contratos para terceirização de serviços de manutenção e reparos; coordenar os reparos realizados por diversas empresas em um único meio; e realizar reparos quando a Base Industrial de Defesa Nacional(BIDN) não tiver condições de executar”. Para informação, mais de 90% dos serviços da ENRN são terceirizados. Apesar da resposta da pergunta 5 citar o planejamento de elevação desta estação à Base Naval em 2030, tal redimensionamento vai de encontro a orientação do GCM, que coloca nossa principal OMPS com papel de gerenciamento dos serviços. Assim, julgo que o redimensionamento seria no sentido de desenvolver parcerias com a BIDN e incrementar a ENRN com pessoal atuando nas áreas de Licitações, contratos, direito, gerenciamento de projetos, controle da qualidade, enfim, melhorar pontualmente a estrutura industrial da ENRN mas visando a utilização dos mesmos por parceiros da BIDN, deixando a ENRN o papel de gerenciamento dos serviços. Tive a oportunidade de verificar esta parceria no Reino Unido entre a Marinha inglesa, Babcock e Bae Systems e a Marinha

Francesa com a DCNS, a meu ver com bons resultados. Porém, cabe ressaltar, que este modelo tem como fator principal, a garantia de um orçamento anual, a fim de honrar os compromissos assumidos e planejar a longo prazo, o que é bem incerto em nossa economia.

8 - A logística de manutenção atual do ENRN, devido as distâncias envolvidas em relação a fronteira oeste, é adequada a um movimento estratégico para a fronteira a fim de apoiar os meios de combate em suas ações contra o narcotráfico?

A ENRN dispõe hoje de uma barca oficina (1945) e de um dique flutuante, duas lanchas de ataque Rápido e uma lancha de emprego geral. Tomando como base a Operação Parentins e Chapa quente (encontro das águas), temos uma autonomia de 9 dias para aguada e 5 dias de combustível somente para os geradores. Não temos capacidade de armazenamento/transferência de combustível. A parte de oficina também é limitada a serviços de tornearia e ajustagem e pequenos reparos de estruturas navais. Temos a capacidade de produzir 150 refeições/dia, e podemos alojar: 07 Oficiais, SO/SG: 12, CB/MN: 45. Não existe também um meio com características para realizar o fluxo logístico entre Manaus e a área de atuação, teríamos que “safar” com meios da flotilha. Existe também a necessidade de um empurrador/rebocador para realizar desencilhe dos meios, fato corriqueiro na região, que poderia servir também, junto com uma balsa, de transporte de carga. Sem falar que quando estes meios não estão na ENRN perdemos as capacidades da barca oficina e o dique, o que interromperia os principais serviços que a ENRN executa, a docagem e todos os serviços de metalurgia e usinagem. Logo, dependendo do tempo de permanência, número de meios e pessoal envolvido, enfim da envergadura do movimento, poderemos cumprir a missão, mas quanto mais a oeste, na minha opinião, a logística de manutenção torna-se inadequada.

9 - Estando sua OM concentrada em Manaus, o senhor consegue controlar com eficiência e eficácia qualquer apoio logístico ou de manutenção que seja necessário na região próxima a fronteira oeste?

Com meios próprios da ENRN, não. Precisaríamos de apoio de outros meios, tanto de navios, como aeronaves em caso de transporte de cargas e de equipamentos de comunicação. Mesmo assim este apoio seria limitado em virtude da característica dos meios da FlotAM. A exemplo do ocorre no EB, a ENRN deveria possuir meios próprios para apoio logístico como empurradores e balsas, capazes de deslocar grandes quantidades de carga, mais adequados para o deslocamento na região.

10 - Alguns subprojetos foram inseridos no LBDN tais como a criação de um BtlOpRib em Tabatinga e de uma Estação Naval de Tabatinga. Qual sua opinião sobre posicionar essas Unidades militares em Tabatinga? Na sua opinião, elas estariam vulneráveis? A posição nesta

cidade conseguiria inibir ou mesmo deter a entrada de drogas na AOC? O senhor teria uma opinião sobre onde posicionar essas unidades para melhor controlar o que entra pelos rios e são deslocados por rio até Manaus ?

Na minha opinião estes projetos poderiam inibir a entrada de drogas. Mas cabe ressaltar que a manutenção destas estruturas na área citada, necessitaria de um grande fluxo logístico proveniente de Manaus e também um desenvolvimento da região de Tabatinga. Esta cidade não possui os serviços necessários à manutenção das estruturas e os que possui são bastante precários.

A fim de amenizar a vulnerabilidade destas OM's, as mesmas devem ser quase auto-suficientes, devemos contemplar todas as estruturas necessárias para a manutenção destas OM's. Seria a meu ver um complexo de estruturas, com seus recursos próprios, como engenharia, manutenção de viaturas, obras civis, manutenção de motores, manutenção de armamento, Fornecimento de combustível, facilidades portuárias, PNR, estação rádio, e outras atividades industriais capazes de apoiar e garantir a permanência na área, sem depender dos grandes centros, deixando para este, somente o fornecimento de insumos necessários a manutenção. Dentre as cidades do rio Solimões, as que teriam mais porte para a instalação das OM's seria Tefé e Coari.

11 - Em quais pontos ou locais de importância operativa existente na AOC, na margem do Rio Solimões, o senhor posicionaria de forma fixa uma nova Estação Naval visando antecipar ações e ficar mais próximo da fronteira oeste?

A cidade de Tefé, por estar mais ou menos no meio do caminho entre Tabatinga e Manaus

12 – Na sua opinião, seria válida a inclusão de subprojetos ainda não existentes no LBDN tais como a criação da 2ª Divisão Naval da Flotilha do Alto Solimões em TEFÉ e uma 1ª Divisão Naval da Flotilha do Baixo Solimões e Amazonas em MANAUS para subdividir a área sob administração do Com9ºDN a fim de melhor controlá-la ?

ida, seria bastante válido. Citando novamente o que ocorre no exército, Manaus seria o grande centro e desta cidade partiria todos os insumos necessário para o funcionamento das OM.

ANEXO A
RELAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DO 1ºBTLOPRIB

1 – EMBARCAÇÃO DE TRANSPORTE DE TROPA (ETT)

O 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas possui 36 ETT, motorizadas com motores de popa de 2 ou 4 tempos, potência de 40HP/50HP, dos fabricantes YAMAHA, SUZUKI e MARANELLO, CFM a distribuição a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
YAMAHA 40HP 4T	24UN
MARANELLO 40HP 2T	15UN
SUZUKI 50HP 4T	02UN

2 – LANCHAS DE APOIO ESCOLAR FLUVIAL (LAEPFLU-12)

O 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas possui 05 embarcações do modelo LAEPFLU-12, motorizadas com motores de popa de 2 ou 4 tempos, potência de 90HP/115HP/150HP, dos fabricantes YAMAHA, SUZUKI e MERCURY, CFM a distribuição a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
YAMAHA 90HP 2T	03UN
YAMAHA 150HP 4T	03UN
SUZUKI 115HP 4T	04UN
MERCURY 115HP 4T	05UN

3 – EMBARCAÇÃO DE DESEMBARQUE PNEUMÁTICA (EDPn)

O 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas possui 06 EDPn, motorizadas com motores de popa de 2 tempos, potência de 25HP, fabricante YAMAHA, CFM a distribuição a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
YAMAHA 25HP 2T	02UN